

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS**

**GABRIELA LAPA TELES BARBOSA**

**O LUGAR DO SINAL-NOME NAS COMUNIDADES SURDAS NO  
SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO**

**JUAZEIRO - BA  
2019**



**GABRIELA LAPA TELES BARBOSA**

**O LUGAR DO SINAL-NOME NAS COMUNIDADES SURDAS NO  
SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO**

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Ciências Humanas,  
Universidade do Estado da Bahia,  
Campus III, para obtenção do título de  
Mestre em Educação, Cultura e Territórios  
Semiáridos.

Linha de Pesquisa: Comunicação  
Intercultural e Letramento

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carla Conceição da  
Silva Paiva

JUAZEIRO-BA  
2019

B238I

Barbosa, Gabriela Lapa Teles

O lugar do sinal-nome nas comunidades surdas no semiárido pernambucano. / Gabriela Lapa Teles Barbosa. – 2019.  
106 fl.: il.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Conceição da Silva Paiva.  
Dissertação (Mestrado Acadêmico) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Campus III. Juazeiro-BA: 2019.  
Inclui Referências.

1. Identidade surda. 2. Sinal-nome. 3. Semiárido pernambucano. 4. Representação. 5. Desconstrução. I. Paiva, Carla Conceição da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia. III. Departamento de Ciências Humanas. IV. Título.

CDD: 378.098113

## FOLHA DE APROVAÇÃO

"O LUGAR DO SINAL- NOME NAS COMUNIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO  
PERNAMBUCANO"

**GABRIELA LAPA TELES BARBOSA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, em 08 de março de 2019, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, conforme avaliação da Banca Examinadora:

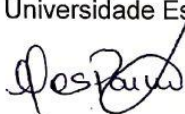
Professora Dr.<sup>a</sup> CARLA CONCEIÇÃO DA SILVA PAIVA (Orientadora)

Universidade: Universidade do Estado da Bahia - UNEB

Doutorado em: Multimeios

Universidade: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Assinatura:



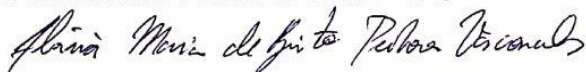
Professora Dr.<sup>a</sup> FLÁVIA M.<sup>a</sup> DE BRITO PEDROSA VASCONCELOS (Examinadora Interna)

Universidade: Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF

Doutorado em: Arte e Cultura Visual

Universidade: Universidade Federal de Goiás – UFG

Assinatura:



Professora Dr.<sup>a</sup> FLAVIANE REIS (Examinadora Externa)

Universidade: Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Doutorado em: Educação

Universidade: Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Assinatura:



À Cleverton, criador do meu sinal-nome.

## AGRADECIMENTOS

A concretização desta pesquisa foi uma conquista de muita dedicação, horas de leitura e estudo. Mas, não poderia deixar de falar também em sorte, por ter cruzado o caminho de tantas pessoas especiais, que colaboraram para que este momento chegasse. Primeiramente, agradeço a Patrícia Loureço, professora de Libras do IF Sertão-PE, por ter me incentivado a oferecer o curso de Fotografia aos estudantes Surdos do campus Salgueiro, em 2016. Aquele convite me fez descobrir o meu sinal-nome e a curiosidade pelo universo cativante da cultura Surda, abrindo o caminho para toda a construção dessa pesquisa.

Também expressei minha gratidão aos amigos, professores e funcionários da secretaria do PPGESA pelo apoio durante toda essa trajetória. Aos intérpretes de Libras que mediaram cada etapa da pesquisa com responsabilidade, ética, paciência e dedicação, especialmente Edicleide, Aline, Everaldo, Herculano e Nacelha. Às igrejas Batista em Areia Branca e Batista de Petrolina, e ao campus Salgueiro do IF Sertão-PE, por me receberem e acolherem a proposta do estudo. A Nacelha e Everaldo, por todo o suporte com as entrevistas em Petrolina, e pela participação na pesquisa, enriquecendo ainda mais o meu trabalho com suas histórias.

Agradeço à minha orientadora, professora Carla, por ter abraçado esse desafio junto comigo, desde o início, com sua organização, empenho e paciência em todo o processo de orientação. Tive muita sorte de poder trilhar esse caminho com você e tenho igual orgulho de partilhar o resultado. Da mesma forma, sou grata à banca examinadora, pelas contribuições no processo de avaliação, tão pertinentes ao amadurecimento da pesquisa.

Por fim, agradeço aos Surdos e ouvintes que participaram, dividindo suas memórias, imagens e sinais-nome. E, claro, à minha família, minha maior fonte de apoio: minha mãe, irmã e marido, que me apoiaram em todas as etapas, desde o primeiro processo seletivo para aluno especial do PPGESA, assim como as amigas Naira, Vânia e Sandra, que torceram e incentivaram a conseguir a licença sem a qual tudo isso teria sido muito mais difícil. A todos, uma enorme gratidão!

Para que serve nomear? Seguramente, há nisso alguma relação com o poder primordial das palavras para definir, para enumerar, para permitir o controle e a manipulação, para passar da esfera dos objetos e imagens ao mundo dos conceitos e nomes [...]

Oliver Sacks (2010, p. 23)

## RESUMO

Esta pesquisa analisou as experiências de criação e adoção de sinais-nome em duas comunidades Surdas do Semiárido pernambucano, localizadas nas cidades de Salgueiro e Petrolina (PE), com o intuito de investigar o papel dessa tradição na formação identitária de Surdos e ouvintes. A partir de uma perspectiva desconstrucionista, buscou-se discutir a influência das representações na produção da identidade Surda, apresentando o sinal-nome como uma narrativa visual que reflete a percepção dos Surdos sobre si e sobre os ouvintes, e pode interferir na construção da subjetividade desses sujeitos. Para tanto, foram feitas observações participantes e entrevistas em profundidade documentadas por vídeo, com quinze pessoas. Os principais resultados encontrados indicaram que o sinal-nome é considerado e valorizado como um traço característico da cultura Surda, sendo a aquisição do nome visual um marco da inserção dos sujeitos – tanto Surdos como ouvintes – nas duas comunidades onde o estudo foi desenvolvido. A maioria dos participantes entrevistados considerou que o sinal-nome legitima a riqueza gramatical e semântica da Libras, bem como, o potencial criativo dos Surdos para explorar essa Língua. Além disso, esse artefato cultural demonstrou ter a função prática de otimizar a comunicação nas comunidades Surdas, e, ao mesmo tempo, um grande valor simbólico de representação da identidade pessoal, que é influenciado pela performance repetitiva do sinal e pelo grau de envolvimento dos Surdos e ouvintes com as comunidades.

Palavras-chave: Identidade Surda. Sinal-nome. Semiárido pernambucano. Representação. Desconstrução.

## ABSTRACT

This research analyzed the experiences of creation and adoption of name-signs in two Deaf communities of the Pernambuco Semi-arid, located in the cities of Salgueiro and Petrolina (PE), in order to investigate the role of this tradition in the identity formation of Deaf and hearing. From a deconstructionist perspective, we sought to discuss the influence of representations on Deaf identity, presenting the name-sign as a visual narrative that reflects the perception of the Deaf on themselves and on the hearing, and can interfere in the construction of subjectivity of these subjects. For that, participant observations and in-depth documented video interviews were conducted with fifteen people. The main results indicated that the name-sign is considered and valued as a characteristic feature of the Deaf Culture, and the acquisition of the visual name symbolizes the insertion of the subjects - both deaf and hearing - in the two communities where the study was developed. Most of the respondents considered that the name-sign legitimizes the grammatical and semantic richness of Libras, as well as the creative potential of the Deaf to explore that Language. Moreover, this cultural artifact has been shown to have the practical function of optimizing communication in the Deaf communities and, at the same time, a great symbolic value of representation of personal identity, which is influenced by the repetitive performance of the signal and by the degree of involvement of the Deaf and hearing with the communities.

Keywords: Deaf Identity. Name-signs. Pernambuco Semi-arid territory. Representation. Deconstruction.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Sinal-nome de Gabriela.....	12
Figura 2 Sinal-nome de Aline .....	57
Figura 3 Sinal-nome de Francineide .....	58
Figura 4 Sinal-nome de Cleverton.....	59
Figura 5 Sinal-nome de Alisson .....	61
Figura 6 Sinal-nome de Edicleide.....	63
Figura 7 Sinal-nome de Layane .....	65
Figura 8 Sinal-nome de Márcia .....	67
Figura 9 Novo sinal-nome de Márcia.....	67
Figura 10 Sinal-nome de José Carlos .....	72
Figura 11 Sinal-nome de Herculano.....	74
Figura 12 Sinal-nome de Dalila .....	76
Figura 13 Sinal-nome de Everaldo .....	77
Figura 14 Sinal-nome de Eduardo.....	79
Figura 16 Sinal-nome de Jaime .....	82
Figura 17 Sinal-nome de Valdir .....	83

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 CAMINHOS DA PESQUISA</b> .....	24
2.1. PROBLEMATIZANDO A IDENTIDADE COMO DIFERENÇA NOS/DOS TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS .....	24
2.2. A DESCONSTRUÇÃO COMO NORTE METODOLÓGICO .....	26
2.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	27
2.4. PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS .....	32
<b>3 PARA QUÊ DESVELAR A IDENTIDADE SURDA?</b> .....	36
<b>4 O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS</b> .....	52
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	96
<b>APÊNDICES</b> .....	104
<b>ANEXOS</b> .....	107



## 1 INTRODUÇÃO

Comecei a conhecer alguns Surdos no meu ambiente de trabalho, quando ingressei como servidora no Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE), em 2014. Durante um curso de fotografia ministrado para eles, ganhei o meu sinal-nome, composto pela representação manual da letra G e o movimento de passar a mão nos cabelos.

Figura 1 Sinal-nome de Gabriela



**Fonte:** Elaboração própria.

Quando me batizaram<sup>1</sup>, os Surdos escolheram um sinal que era muito diferente do que eu projetava que um dia poderia receber. Sempre pensei que os óculos, os quais uso desde os sete anos de idade, seriam minha característica mais marcante. No entanto, depois de um tempo, ao refletir sobre aquele sinal-nome, percebi que também dizia muito sobre mim e o lugar que o meu cabelo ocupava na construção da minha identidade.

A partir dessa experiência, passei a observar que muitos Surdos e ouvintes com os quais eu convivía tinham sinais-nome. Alguns, como eu, foram surpreendidos pela característica escolhida para compor seus nomes visuais, e, mesmo assim, desenvolveram relações de apego e valorização com essas “novas” identidades, enquanto outros preferiram mudar de sinal para serem representados

---

<sup>1</sup> Batismo, na cultura Surda, é o processo de nomeação das pessoas com um sinal específico (Souza; Gediel, 2017)

por uma característica que achavam mais adequada. Da mesma forma, encontrei quem não se lembrasse do sinal recebido, passando a perceber como era difícil se referir a alguém durante uma conversa com um Surdo, quando não conseguia memorizar os sinais das pessoas de quem se falava, ou quando o assunto da conversa era alguém que ainda não tinha sido batizado. Essas sutilezas me inquietaram para conhecer melhor a tradição do batismo de sinal, bem como as experiências de Surdos e ouvintes com os seus nomes visuais. Assim, nasceu a curiosidade sobre o objeto de estudo desta dissertação.

Trazer os sinais-nome para discussão no Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA) foi desafiador, pois além de haver poucas pesquisas, no Brasil, sobre essa tradição, também eram escassos os estudos feitos no Programa sobre fenômenos identitários e culturais situados nos espaços urbanos do Semiárido. Antes de ingressar no PPGESA, participei de duas disciplinas eletivas como aluna especial, e pude perceber que muitos estudantes tinham dificuldade para escolher temas e objetos de pesquisa fora do estereótipo rural que todos construímos sobre a região semiárida ao longo de nossas vivências, seja pelos livros, filmes ou noticiários que vimos a respeito.

Durante as aulas de Fotografia para Surdos que ministrei no campus do IF Sertão-PE, alguns ouvintes me questionaram a razão de ensinar os Surdos a fotografar, porque não acreditavam que, sem conseguir ouvir, eles fossem capazes de aprender ou se expressar por meio da fotografia. Em experiências como essas, percebi que, assim como havia dificuldade de problematizar questões urbanas no Semiárido fora dos símbolos tradicionais, estereotipados sobre a sua identidade, muitos aspectos relacionados à cultura Surda ainda eram invisibilizados por narrativas preconceituosas. Em função disso, surgiu meu desejo de contribuir com a desconstrução desses dois estereótipos, estudando algo que apregoasse melhor a complexidade cultural do Semiárido e da própria cultura Surda, enquanto fenômenos urbanos.

Desde o final do século XX, movimentos sociais pelos direitos dos Surdos e pesquisadores de diversas áreas vêm reivindicando novas formas de representação identitária, calcadas na valorização da diferença e no reconhecimento da Surdez como uma experiência cultural, sugerindo a grafia com inicial maiúscula<sup>2</sup>. Porém, é

---

<sup>2</sup> Segundo Ladd (2003), quando grafados com inicial minúscula, os termos “surdo” e “surdez” remetem à patologia.

perceptível a força que as antigas narrativas ainda têm sobre esse tema. Lamentavelmente, ainda são muito limitados os olhares da Educação e das Ciências Sociais que reconheçam os diversos aspectos da cultura Surda, como sua corporeidade, ideia de comunidade e o próprio sinal-nome como uma prática sócio-educativa, por exemplo. Parte dessa limitação pode ser compreendida se analisarmos o lugar do sujeito Surdo na nossa sociedade, marcado pela ideia de exclusão. Quando olhamos para a história dos Surdos, podemos perceber que a maneira como as identidades Surdas foram construídas historicamente, calcadas em discursos normalizadores, afetou a forma como esses sujeitos puderam ou não desempenhar seus papéis na sociedade. Muitos, como aponta Sacks (2010) foram impedidos de receber educação, casar, herdar, por serem considerados incapazes em razão de sua condição física (a ausência de um ouvido funcional).

Assim, trazer um artefato cultural como o sinal-nome para um Programa de Pós-Graduação em Educação pareceu oportuno para fomentar novas/outras percepções sobre a Surdez e os Surdos, tanto com o intuito de proporcionar a discussão e reconhecimento dessa forma de representação e comunicação, como para oferecer uma base ao estudo dos sinais-nome como objeto educacional. Em se tratando dos Surdos, defendo que, por meio da desconstrução, pode ser possível compreender sua multiplicidade cultural e identitária, sem decair em estereótipos, corroborando, portanto, com as correntes teóricas pós-estruturalistas em Estudos Culturais e Estudos Surdos<sup>3</sup>. Entendo, ainda, que incentivar a reflexão sobre os diferentes discursos que constroem nossas identidades é um importante papel dos espaços educacionais, como a Universidade e os cursos de Pós-graduação, pois acredito que é nesses locais onde surgem olhares mais críticos sobre a realidade, como a reflexão sobre as identidades culturais urbanas presentes no Semiárido.

### 1.1. UMA IDENTIDADE URBANA PARA O SEMIÁRIDO

Quando falo em Semiárido Brasileiro, refiro-me a um território simbólico e espacial construído no campo do discurso, a partir de práticas linguísticas que o

---

<sup>3</sup> Os Estudos Culturais surgiram em meados do século XX como uma corrente teórica centrada na contestação dos binarismos epistemológicos tradicionais para visibilização de formas alternativas de estudo da Cultura (COSTA, 2000). Os Estudos Surdos são considerados um território de investigação dentro dos Estudos Culturais, que enfatiza a cultura, a diferença e o reconhecimento político dos Surdos, e teve origem nos movimentos Surdos organizados (SOUZA; SOUZA, 2012).

instituem e atribuem características geográficas e culturais específicas, em um processo histórico de significação. Como produtos do discurso, essas atribuições não são neutras, mas mediadas por disputas de poder e interesses que vão se transformando com o tempo, ditando novas formas de perceber e representar essa localidade, produzindo consequências simbólicas e materiais (KRÜGER, 2004; ALBUQUERQUE JR., 1999).

Segundo Albuquerque Jr. (1999), os discursos regionalistas do começo do século XX foram os primeiros a criar representações subjetivas para caracterizar, por exemplo, o Nordeste como região. Nessa época, a ruptura com o paradigma naturalista motivou a criação das identidades nacionais como forma de fortalecer cada nação no cenário geopolítico global, a partir da superação das diferenças regionais pela consolidação de um modo próprio, singular, de definir o todo. Para tanto, vários jornalistas, estudiosos e curiosos foram enviados do Centro-Sul do Brasil a conhecer as outras regiões do país, até então invisibilizadas. Em decorrência disso, nos relatos feitos pelos viajantes, o Nordeste passou a ser narrado como “uma grande região rural, devastada pelas calamidades” (ALBUQUERQUE JR., 1999, p. 57).

Com a emergência das sociedades modernas, ao longo do século XX, as identidades regionais foram sendo fortalecidas a partir de vários enunciados que buscavam distingui-las umas das outras e valorizar sua singularidade em oposição à homogeneização provocada pela ideia de nação. Nesse processo, o cangaço, o messianismo, o coronelismo e a seca despontaram como principais símbolos da identidade nordestina, sendo repetidos e institucionalizados pelos discursos midiáticos, literários, artísticos e acadêmicos dos anos subsequentes (ALBUQUERQUE JR., 1999). Na constituição da identidade do Nordeste, o conceito de sertão, como um espaço geográfico, era usado, até então, para se referir à porção do território nordestino que se opunha ao litoral, afastada dos centros urbanos e caracterizada pela vegetação exótica e a má distribuição de chuvas, tendo como base as representações criadas por Euclides da Cunha, em 1902, no livro “Os Sertões: Campanha de Canudos”, e reproduzidas pelos jornalistas e literatos que estiveram pela região posteriormente. Todavia, foi, principalmente na literatura, que se deu a construção e consolidação da identidade desse território como um espaço negativo, no qual a aridez do clima era determinante da miséria e do atraso social e econômico em que ele se encontrava, como fizeram, por exemplo,

Graciliano Ramos, Américo de Almeida, Raquel de Queiroz, etc. (MOREIRA NETO, 2013).

Nesse sertão, diversos grupos humanos foram homogeneizados sob o estereótipo de sertanejos, justiceiros e homens do campo cuja perspectiva central de vida era sobreviver à aridez do clima local, predominando assim uma concepção homogeneizante de sertão e Nordeste que era altamente influenciada pelas imagens da literatura, do jornalismo, do cinema e das artes em geral, que perpetuavam a prática da migração como a única opção para os moradores e moradoras desses espaços. Essa relação alicerçada na ideia de “Combate à seca” foi ratificada pelas políticas públicas de acesso à água e urbanização, criadas a partir dos anos 1940. Na tentativa de equiparar o Nordeste ao modelo de desenvolvimento econômico do eixo Sul-Sudeste do Brasil, os discursos governamentais dessa época disseminaram uma representação do Semiárido como um espaço geograficamente delimitado pelas áreas suscetíveis à desertificação, e caracterizado pelas desigualdades sociais, criando órgãos como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) para atuar na minimização desses “problemas” (MOREIRA NETO, 2013; CARVALHO, 2013; CARVALHO; REIS, 2013).

Em contrapartida, a partir dos anos 1990, movimentos sociais e instituições de educação passaram a se articular em defesa de outros significados para o sertão, passando a defender uma outra concepção territorial baseada na ideia de Semiárido, reivindicando o reconhecimento da complexidade desses territórios a partir da desconstrução dos estereótipos vigentes e visibilização de outros modos de vida existentes na região, que viabilizavam uma coexistência mais harmônica com a natureza, em oposição a lógica de “Combate à seca”. Foi no bojo dessas discussões que surgiu a ideia-projeto da Convivência, cujo objetivo era dar visibilidade à multiplicidade de modos de vida existentes no Semiárido, e fomentar práticas de desenvolvimento pautadas nas necessidades do lugar e nos saberes dos seus habitantes (CARVALHO, 2013).

Apesar de constituir um importante marco na trajetória de construção da identidade desse território, a ideia da Convivência parece ainda não ter alcançado a plenitude das discussões sobre a complexidade da vida nessa região (MOREIRA NETO, 2015). Embora tenha contribuído para ressignificar o campo e os tipos humanos que vivem nele, dando visibilidade às demandas dos povos tradicionais como os índios, os quilombolas, comunidades de fundos de pastos, ciganos, etc.,

essa ideia-projeto ainda parece limitar a identidade do Semiárido ao espaço rural, voltando-se pouco para a concepção desses territórios como lugares também urbanos, cujos habitantes articulam-se e convivem nas cidades. É o que percebi, por exemplo, na produção de pesquisas de Pós-graduação dentro do Programa de Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Esse Programa tem produzido dissertações que olham majoritariamente para o mesmo viés cultural, da ruralidade, mesmo tendo entre suas propostas fomentar a discussão sobre os territórios numa perspectiva multicultural e complexa. Nos últimos anos, os trabalhos defendidos abordaram comunidades quilombolas (GOMES, 2017), cultura indígena (FLORÊNCIO, 2016), fundos de pastos (SILVA, 2017), educação no campo (MARTINS, 2017; ALVES, 2017); assentamentos rurais (RIOS, 2015) etc., sugerindo uma dificuldade da academia para pensar a semiaridez no espaço urbano.

Entendo que o debate sobre os saberes considerados tradicionais no Semiárido é importante para o movimento de descolonização do conhecimento e contextualização e compreensão desse novo território que vem sendo ressignificado. No entanto, também é necessário problematizar as relações de pertencimento e convivência que são estabelecidas dentro das cidades pelos mais diversos grupos culturais. Atento para o fato de que esses grupos também fazem parte da dinâmica de construção dos territórios semiáridos, e sofrem processos de invisibilização, tanto por essa identidade regional associada ao rural, como pela dinâmica social onde estão inseridos, e o Surdos, por exemplo, ainda se apresentam como parte invisível nos espaços urbanos do Semiárido.

## 1.2. A SURDEZ COMO EXPERIÊNCIA CULTURAL E IDENTITÁRIA EM CONSTRUÇÃO

De acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5,10% da população nacional nasceu com, ou adquiriu ao longo da vida, algum grau de deficiência auditiva (OLIVEIRA, 2012). Somente nos estados da Bahia e Pernambuco, mais de 50 mil pessoas foram consideradas surdas por esse levantamento (IBGE, 2010). Embora o conceito de surdez como uma patologia ainda predomine em nossa sociedade, servindo de base

para milhares de sujeitos construírem suas identidades como “surdos” (com inicial minúscula), “pessoas com necessidades específicas”, “deficientes auditivos”, etc., existem outras possibilidades de representação que vão além do comprometimento da audição. Elas ganharam força na segunda metade do século XIX, a partir da emergência das teorias pós-colonialistas e pós-estruturalistas sobre identidade, mas foram sendo construídas desde o século XVIII, na medida em que se desenvolveram as primeiras práticas de educação de surdos (SACKS, 2010; WITCHES; LOPES, 2018).

Até então, as culturas hegemônicas de valorização do corpo funcional, que habilitava os homens para lutar e trabalhar, cujas proporções eram matematicamente “perfeitas”, determinavam o referencial sobre o que era considerado “normal” e “estranho” e ditavam o lugar que cada sujeito podia ocupar dentro dessas categorizações. Nesse entendimento, os surdos eram considerados incapazes de aprender a falar oralmente e viver em sociedade, tendo sido marginalizados e submetidos a diversos tratamentos corretivos em escolas e hospitais. Porém, a ausência da audição ou dificuldade para ouvir nunca foi determinante de incapacidade para essas pessoas. Aqueles que já haviam aprendido uma Língua Oral, antes do comprometimento da audição, conseguiam se comunicar pela escrita ou leitura labial, e os que nasciam surdos, dentro de famílias surdas, utilizavam sinais (SACKS, 2010; SKLIAR, 2013; DUARTE, 2013).

Em meados do século XVIII, os sinais usados por surdos pobres, na França, deram origem à Língua de Sinais Francesa, influenciando o desenvolvimento de várias Línguas de Sinais Nacionais, e de métodos de ensino não-oralistas, que foram disseminados pela Europa e Estados Unidos. Nessa esteira, o acesso à educação e à formação acadêmica proporcionaram aos surdos construírem e reivindicarem novas representações para si, fora do escopo da deficiência e calcadas no reconhecimento de um modo de vida diferente. Desse movimento surgiram conceitos como “povo Surdo”, “orgulho Surdo”, que, grafados com S maiúsculo<sup>4</sup>, remetiam a essa nova identidade, e foram aos poucos sendo

---

<sup>4</sup> Neste capítulo, adotei a grafia “surdos”, com inicial minúscula, quando foi preciso falar das pessoas com deficiência auditiva, conforme o entendimento clínico que predominou até metade do século XIX. Já a grafia “Surdos”, com inicial maiúscula, foi utilizada em toda a dissertação em referência às pessoas que constroem suas identidades baseando-se na surdez como uma experiência cultural, seguindo o posicionamento predominante entre os pesquisadores dos Estudos Culturais e Surdos.

introduzidos na sociedade por meio de representações positivas na televisão, no rádio, na literatura e nas universidades, entre outros (SACKS, 2010; STROBEL, 2016; WITCHES; LOPES, 2018).

Esse reposicionamento identitário ganhou força quando, junto às lutas de outros grupos culturais minoritários, sobreveio o movimento de descolonização do pensamento ocidental, que contestava os “discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos” (BHABHA, 2013, p. 239). Nessa época, o Brasil vivia um processo de reabertura política que culminou com a constitucionalização dos direitos sociais individuais e coletivos, levando, entre diversas categorias, os movimentos sociais pelos direitos dos Surdos a se organizar para reivindicar, por meio das garantias constitucionais, o reconhecimento de suas formas de comunicação, o direito à acessibilidade nos espaços urbanos, públicos e privados, o acesso à educação especializada, etc. (STROBEL, 2016; SOUZA; IAVENICKI, 2016). Fortaleceu-se, então, a ideia da identidade Surda como uma criação cultural que justificava e dava sentido à existência do “povo Surdo”, o qual era formado por pessoas que sinalizavam em Línguas de Sinais, viviam em comunidade e partilhavam suas próprias tradições (STROBEL, 2016).

Alguns autores, como Coelho (2011) e Gomes (2011), observam que ao propor combater os estereótipos da deficiência com uma identidade positiva, essas narrativas reivindicaram o reconhecimento da identidade Surda como uma experiência cultural numa perspectiva quase salvacionista, de resgate às origens e essências Surdas que haviam sido suprimidas pelos “colonizadores” (COELHO, 2011; GOMES, 2011). Por conseguinte, acabaram construindo uma identidade para os Surdos que é igualmente estereotipada – sinalizante de Línguas de Sinais, não-oralizado, que evita a cultura ouvinte, vive em contato somente com as comunidades de Surdos, utiliza os meios visuais de comunicação, etc (COELHO, 2011). Dessa forma, os discursos pós-colonialistas acabaram suprimindo as diferenças identitárias e culturais existentes entre os próprios Surdos, em favor de uma concepção homogeneizadora da sua cultura, que deixa à margem, por exemplo, as demandas de representação dos filhos de pais surdos (CODAs, em Inglês); dos Surdos que usam implantes cocleares, dos oralizados, das pessoas que, independentemente do grau de surdez, desenvolvem relações de pertencimento com as comunidades

Surdas, e a pluralidade de tradições das próprias comunidades (COELHO, 2011; HIRONS<sup>5</sup> apud KUSTERS; DE MEULDER, 2013).

Entre o fim dos anos 1990 e o início dos anos 2000, problematizando essas questões numa perspectiva menos homogênea, Ladd (2003) propôs o estudo da identidade Surda como um processo em constante desenvolvimento, que ele chamou de Surdidade<sup>6</sup>, o qual se conecta com as realidades sociais, culturais e históricas nas quais os Surdos estão inseridos. Para o referido autor, as identidades Surdas não deveriam ser estudadas como um conjunto fixo de traços comuns a toda comunidade Surda, simplesmente repassados entre gerações. Ele defende o reconhecimento das particularidades de cada grupo, e das dinâmicas e tensões que atuam sobre eles produzindo novas representações. Porém, esse autor ainda restringe as experiências de identificação e representação relacionadas com a cultura Surda como algo possível de ser vivido apenas pelos sujeitos biologicamente surdos (LADD, 2005; 2013; KUSTERS; DE MEULDER, 2013).

Diante das lutas enfrentadas pelos Surdos para se desvincular das representações estereotipadas da deficiência, é compreensível que os discursos criados desde então tenham caminhado nessa linha tênue entre a constituição de uma identidade positiva e a supressão das próprias diferenças. Contudo, no contexto de instabilidade que caracteriza as sociedades pós-modernas, frente à fluidez dos processos de identificação e das representações, bem como, o intercâmbio entre as diferentes culturas proporcionado pela globalização das tecnologias e dos meios de comunicação, faz-se importante e necessário problematizar as identidades Surdas como fenômenos que sofrem influência dessas transformações (HALL, 2005; BAUMAN, 1999; BURITY, 2001).

Por isso, esta pesquisa parte do entendimento da Surdez como uma experiência cultural e identitária em permanente construção, que acontece a partir da relação desenvolvida pelos membros das comunidades Surdas com as diferentes formas de representação de si, criadas nesses espaços coletivos para dar sentido à existência. Situo a produção da identidade Surda nas comunidades por entender que é nessas coletividades que se inventam, modificam e disseminam as tradições culturais e os discursos que dão sustentação aos modos Surdos de ser, funcionando

---

<sup>5</sup> HIRONS, S. *The challenge of essentialism in Deafhood*. Unpublished manuscript, 2009.

<sup>6</sup> Surdidade é o processo por meio do qual as identidades Surdas são construídas e atualizadas constantemente, de acordo com os contextos sociais, culturais e políticos em que as pessoas Surdas estão inseridas (LADD, 2003).

como marcadores da diferença e da alteridade (LADD, 2003; LOPES, VEIGA NETO, 2006; STROBEL, 2016; PERLIN, 2004; KARNOPP, KLEIN, LAZZARIN, 2011).

Uma dessas tradições é o sistema de nomeação das pessoas em Línguas de Sinais, por meio do qual cada participante de uma comunidade Surda recebe um sinal para ser identificado no grupo (HEREDIA, 2008). Essa prática surgiu da necessidade dos Surdos identificarem melhor as pessoas de quem falavam, durante uma conversa, pois o “nome de família”, geralmente dado em línguas oral-auditivas, era difícil de compreender e sinalizar (HOLCOMB, 2011). Segundo Heredia (2008), geralmente, os sinais-nome se referem a características físicas ou aspectos visuais marcantes, como uso de roupas ou penteados. Menos frequentemente, há possibilidade de o sinal fazer referência a um tipo de ocupação social da pessoa batizada, como jornalista, advogado, ou à procedência geográfica, como italiano, pois a preferência é para características que não se repetam, e dessa forma, poderia haver sinais parecidos que confundissem uma pessoa com outra.

Portanto, geralmente é um único sinal, que não tem igual, embora eles possam ser semelhantes. Um pequeno movimento que diferencie um sinal de outro é visto como uma grande variação, entendendo que a língua de sinais se trata de um idioma construído a partir dessas diferenças que aos olhos de um ouvinte podem ser sutis e até passar despercebida, ao que aos olhos de um surdo são altamente significativas (HEREDIA, 2008, p. 8, tradução nossa).

Além da função de otimizar a comunicação nas comunidades Surdas, estudos feitos em outras Línguas de Sinais demonstraram que os sinais-nome também podem funcionar como instrumento de legitimação das culturas e identidades Surdas. Segundo Heredia (2008) e Dalcin (2006), conforme foram crescendo as consciências e lutas dos Surdos por novas representações, o ato de nomear alguém com um sinal específico passou a simbolizar uma espécie de autorização ou permissão para que a pessoa seja incluída na comunidade, e adquira uma identidade diferente do “nome de família”. Muitos estudiosos como Meadow (1977), Mindess (1990) e Supalla (1992) têm se dedicado a investigar as características e consequências dessa tradição cultural, porém, após revisão da literatura, percebi que a maioria das investigações abordava apenas os sinais dos Surdos, desconsiderando que os ouvintes membros de comunidades sinalizantes também são batizados dessa forma. Além disso, no Brasil, encontrei apenas um estudo sobre o tema, feito pelas pesquisadoras Souza e Gediél (2017) em uma comunidade Surda de Minas Gerais (MG).

Ao vivenciar o uso dos sinais-nome em meu dia-a-dia, percebi que essa tradição também estava presente no cotidiano das comunidades Surdas do semiárido pernambucano, e que funcionava como um elemento agregador para Surdos e ouvintes, pois por meio dessa forma de representação visual, eles pareciam estabelecer relações bem particulares de reconhecimento de si, aceitação e pertença à cultura Surda local. A partir da observação do uso desses sinais, interessou-me conduzir essa investigação para saber como eles atuam na formação identitária dos membros das comunidades Surdas no semiárido pernambucano, influenciando a maneira como eles se veem e são vistos, e articulando a construção de suas identidades. Para tanto, foram escolhidas como campo de pesquisa duas comunidades Surdas urbanas localizadas nos municípios de Petrolina e Salgueiro, ambas em Pernambuco, pela proximidade geográfica com o Programa PPGESA.

O estudo comparativo em duas comunidades distintas, em linhas gerais, tenta identificar como as experiências de criação e adoção do sinal-nome atuam na formação identitária de Surdos e ouvintes, além de responder as provocações iniciais acerca do sinal-nome. Dessa forma, acredito ser possível refletir também sobre as características particulares com que cada uma delas se relaciona com a cultura Surda e, conseqüentemente, constrói suas subjetividades individuais e seus sentidos de coletividade, revelando a multiplicidade de processos que envolvem a construção identitária e questionando: Como as experiências de criação e adoção do sinal-nome atuam na formação identitária de Surdos e ouvintes do Semiárido que frequentam comunidades urbanas?

Para responder a esse questionamento, apresentei a proposta de analisar as experiências dos Surdos e dos ouvintes em duas comunidades Surdas urbanas distintas, conforme delineado no Capítulo 2, intitulado Caminhos da pesquisa, em relação à criação e a adoção do sinal-nome, priorizando a atuação desses elementos na construção de um modo de ser. Especificamente, primeiro estudei os processos constitutivos da formação identitária, destacando como alguns artefatos, como a Língua de Sinais Brasileira e o sinal-nome, corroboram ou não para a identificação de Surdos e ouvintes com a cultura Surda; em seguida, verifiquei a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de Surdos e ouvintes em comunidades Surdas urbanas de Salgueiro (PE) e Petrolina (PE), e, por fim, identifiquei elementos semelhantes e divergentes na criação e adoção do sinal-nome entre Surdos e ouvintes.

Busquei discutir a questão sob o ponto de vista dos Estudos Culturais e Estudos Surdos, com o propósito de obter um enfoque mais atual sobre o tema, voltado para o reconhecimento e a problematização da identidade como processo múltiplo e inacabado. Ao contextualizar essa problemática no Semiárido brasileiro, pretendi contribuir com as discussões sobre a vertente urbana desses territórios, que muitas vezes ficam à sombra de uma identidade construída, particularmente, pelos simbolismos do campo e da ruralidade. Ao mesmo tempo, objetivei proporcionar visibilidade e dizibilidade às comunidades Surdas urbanas situadas no Semiárido, para que as suas demandas de comunicação e representação possam ser conhecidas e problematizadas, com vistas a uma contextualização desses processos na educação e na sociedade.

Tendo em vista esses propósitos, estruturei esta dissertação da seguinte forma: no capítulo 2, intitulado Caminhos da Pesquisa, apresentei as perspectivas teórico-metodológicas que nortearam a investigação. O capítulo 3, Para quê desvelar a identidade Surda?, foi dividido em três subseções, nas quais abordei, primeiramente, como as identidades são construídas à luz das teorias pós-colonialistas e pós-estruturalistas; em seguida, quais os principais discursos que têm influenciado as representações sobre a Surdez e os Surdos, e por último, abordei a tradição de nomear as pessoas nas Línguas de Sinais, apresentando a origem desse costume e suas principais características. No capítulo 4, intitulado O lugar do sinal-nome na formação identitária de Surdos e ouvintes, descrevi e analisei as observações e entrevistas realizadas em duas comunidades de Salgueiro e Petrolina (PE) sobre as experiências de Surdos e ouvintes com os seus sinais-nome, atentando para as semelhanças e divergências entre eles e a relação dessa tradição com a formação de suas identidades. Por fim, o capítulo 5 foi dedicado às considerações sobre os resultados da pesquisa, apontando as dificuldades e realizações mais significativas, bem como, sugerindo possibilidades de investigação futuras dentro da temática investigada.

## 2 CAMINHOS DA PESQUISA

### 2.1. PROBLEMATIZANDO A IDENTIDADE COMO DIFERENÇA NOS/DOS TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

Ao propor uma pesquisa sobre identidade e diferença nas comunidades Surdas do Semiárido Brasileiro (SAB), por meio do estudo dos sinais-nome, parti da concepção de Carvalho (2011), que considera o Semiárido como territórios plurais e simbólicos, nos quais são construídos milhares de significados que produzem diferentes identidades para os sujeitos e os espaços nele compreendidos, em variados contextos históricos e culturais. Sabe-se, como já discutido, que as políticas desenvolvimentistas praticadas no Brasil, a partir dos anos 1940, produziram identidades que marcaram o Semiárido como uma região prejudicada pelo baixo índice de chuvas, e pelo atraso econômico e social em comparação com as regiões Sul e Sudeste do país, tendo principalmente a mídia e a literatura, reforçando estereótipos tanto sobre esse território em si, como sobre os seus habitantes, tipificados nas figuras da concepção de Sertão e dos retirantes e vaqueiros, por exemplo.

Em contrapartida, a proposta da Convivência com o Semiárido tem produzido outros significados para esses territórios e os sujeitos, evidenciando elementos relacionados a outra perspectiva da relação homem/natureza nos ambientes de clima seco, bem como a valorização de outras identidades e a diversidade cultural dos grupos humanos que habitam os espaços do SAB. Porém, os estudos sobre essa temática ainda carecem de abordagens que problematizem a urbanidade, os modos de ser e construir identidades nas cidades semiáridas, como já assinalei na Introdução desta dissertação, uma vez que identifiquei durante a revisão de literatura, que os fenômenos do campo permanecem priorizados nas investigações científicas contextualizadas nessa região, invisibilizando, por exemplo, a produção de identidades de grupos como as comunidades Surdas, e a compreensão dos territórios semiáridos como um espaço também urbano.

Foi nessa discussão que busquei a diferença como paradigma norteador de investigação, por entender que falar do Semiárido como um lugar plural, de complexidades e sentidos, implica em reconhecer a multiplicidade de modos de vida existentes nesses espaços, onde os sujeitos se reconhecem e constroem suas

identidades tanto dentro como fora do campo (CARVALHO, 2011), a partir de variados marcadores simbólicos e culturais. Nessa esteira, defendi a necessidade de olhar para as diferenças que caracterizam os territórios semiáridos brasileiros, sua gente e seus modos de vida, buscando, assim como Santos (2016), uma visão descolonizadora, que considere as crenças e valores dos próprios sujeitos enquanto protagonistas desses lugares, para desconstruir as visões caricatas/estereotipadas criadas pelos outros (de fora). Por isso, esta dissertação está alicerçada na ideia de valorização do pertencimento dos sujeitos urbanos e das comunidades surdas no espaço Semiárido, para proporcionar a eles visibilidade e dizibilidade.

Segundo Martins (2004), esses conceitos foram criados por Albuquerque Jr. (1999) ao discutir a invenção do Nordeste nos discursos políticos e artísticos do começo do século XX, e se referem à produção de sentido; aquilo que é dito e percebido sobre determinada coisa – a sua identidade (MARTINS, 2004). No debate sobre identidade dos Surdos, o referido paradigma norteou o estudo das experiências de criação e adoção do sinal-nome enquanto marcadores da diferença e produtores de identidades nas comunidades Surdas do Semiárido, numa perspectiva pós-estruturalista, considerando a identidade e a diferença como elementos performativos, que nunca estão fechados em definições concretas, mas sim, em constante modificação. Acredito que essa escolha paradigmática foi importante não só pelo reconhecimento dos diferentes processos de representação e comunicação das comunidades Surdas locais, mas também para pensar em propostas de convivência com as diferenças que considerem essa performatividade, de maneira a colaborar com a desconstrução dos estereótipos que surgem pela compreensão da identidade como um produto de categorias ou estruturas, fixas, uniformes e universais. Para tanto, adotei a desconstrução como método de investigação, partindo da abordagem pós-estruturalista de Jacques Derrida.

Optei por fomentar essa discussão em um Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos por concordar com Reis e Pinzoh (2016) que, muitas vezes, a educação é promovida com base em uma compreensão categorizada do mundo, que invisibiliza diversos modos de ser e pensar em função dos estereótipos normatizados como verdades que permeiam os processos e práticas educacionais, como, por exemplo, a oposição entre cultura erudita/popular, cultura escrita/oral, litoral/sertão, e também, ouvinte/Surdo. Corroboro com a ideia de que se antes, a Ciência Moderna considerava esses múltiplos sentimentos e

percepções como saberes não-científicos, e valorizava as categorias binaristas como fontes de conhecimento verdadeiro, os novos paradigmas que têm norteado as Ciências Sociais e Humanas vêm abrindo caminho para estudar os fenômenos a partir da percepção dos sujeitos (CARVALHO, 2011) e da compreensão da mudança e da performatividade como características das sociedades pós-modernas (HALL, 2005). Nessa esteira, investigar o papel dos sinais-nome, criados e usados em comunidades Surdas do Semiárido, como marcadores de diferenças que produzem identidades cambiantes<sup>7</sup> e heterogêneas entre Surdos e ouvintes proporcionou não só o desenvolvimento de uma investigação que validou o conhecimento e as práticas culturais de um grupo ainda marginalizado nesse território, como também se apresentou como um processo de pesquisa que articulou novas formas de construção do conhecimento em Educação.

## 2.2. A DESCONSTRUÇÃO COMO NORTE METODOLÓGICO

Ao optar pelo paradigma da diferença em uma investigação em Educação, percebi a necessidade de adotar um método de investigação que não direcionasse a análise do objeto de estudo à busca por categorias ou conceitos fundamentais, pois estaria falando de identidades produzidas por diferenças que estabelecem fronteiras flexíveis, sujeitas à mudança, não podendo ser reduzidas ou fixadas em estruturas determinadas. Por essa razão, decidi conduzir o presente estudo tendo como norte metodológico a Teoria Pós-estruturalista da Desconstrução. É importante destacar que ponderei esse arcabouço como “norte metodológico” e não como um “método” de verificação propriamente dito porque, conforme alertam Mac Lure e Burman (2015), seria igualmente contraditório restringir o pensamento desconstrucionista a uma série de etapas pré-estabelecidas para o desenvolvimento de uma pesquisa científica, uma vez que teria dificuldades para identificar o binarismo, deslocá-lo e desconstruí-lo, estabelecendo um novo conceito “fundamental”.

Ao contrário disso, a desconstrução é uma proposta de pensamento elaborada por Jaques Derrida no início do século XX, que sugere subverter as categorizações binárias utilizadas pela Ciência Moderna no estudo dos fenômenos, para desconstruir os discursos hegemônicos de poder, expondo sua parcialidade.

---

<sup>7</sup> O termo é utilizado por Hall (2005) para indicar que as identidades pós-modernas mudam constantemente.

Derrida (2009) defende que a realidade não é natural, e que o mundo é experimentado pelos sujeitos por meio de discursos ou interações textuais que produzem sistemas de classificação, como natureza/cultura, fala/escrita, homem/mulher, cujas definições não são absolutas, pois refletem somente uma dentre várias possibilidades de compreender cada elemento componente do binário. A proposta da desconstrução, portanto, está embasada em buscar os rastros dessa parcialidade, visibilizando o que ficou excluído, desvelando os processos pelos quais as coisas adquirem significado, ao invés de buscar definir o significado por si. Porém, desconstruir os discursos não implica na destruição ou negação das categorias existentes, mas sim, em evidenciar outras possibilidades de entendimento da realidade, que podem ser edificadas conforme as falas nas quais elas se baseiam sejam alteradas, e os elementos do binário invertidos (PRIKLADNICKI, 2007; MAC LURE, BURMAN, 2015; JUNIOR, 2010; STRATHERN, 2002).

Para fazer a desconstrução na pesquisa científica, Mac Lure e Burman (2015) sugerem ler os dados como textos, frutos de cadeias de significados que não são naturais nem inocentes e que estão sempre sujeitos à supressão; procurar oposições binárias nas transcrições de entrevistas, notas de observação, questionários, documentos etc., e questioná-las, “não com intuito destrutivo, [...] achando que você vai revelar alguma verdade mais profunda, mas com o propósito de abrir espaços textuais que parecem fechados” (p. 368). A partir dessa perspectiva, iniciei a pesquisa usando a desconstrução como norte, tendo em mente que conceitos como “Surdo”, “ouvinte”, “identidade Surda” e “comunidade Surda” não são universais, mas foram produzidos por discursos específicos, em contextos históricos e culturais também singulares que também precisavam ser analisados.

### 2.3. INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Ciente dessa necessidade, primeiro, fiz leituras de diversos materiais bibliográficos, produções encontradas na Internet e recomendadas pela banca de qualificação, e promovi reflexões sobre os processos de produção dessas categorias, que estão descritas no Capítulo 3, para, em seguida, investigar em campo como os sinais-nome são construídos nos territórios semiáridos de Petrolina e Salgueiro, quais diferenças eles produzem e como afetam a compreensão sobre o

significado de ser “Surdo”, “ouvinte”, ter uma “identidade Surda” e fazer parte de uma “comunidade Surda”. Para tanto, escolhi realizar a coleta de dados com os seguintes instrumentos: a observação participante, a entrevista em profundidade e a vídeo-documentação, conforme descrito a seguir.

### 2.3.1. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Segundo Somekh e Jones (2015), a observação implica em presenciar o fenômeno e registrar as impressões obtidas, e pode ser feita de forma estruturada, não estruturada, estudo de segmento ou participante. Apesar de oferecer desafios ao pesquisador, como a impossibilidade de registrar o fenômeno na íntegra, devido à necessidade de escolha entre o que observar e documentar, e o risco de desvio da atenção do pesquisador pelas atividades do grupo observado, esse instrumento é um dos mais importantes para coleta de dados. Ele permite registrar impressões sobre o fenômeno a partir da visão, olfato, audição, tato e até mesmo o paladar, proporcionando uma captação de dados mais rica (SOMEKH; JONES, 2015).

Somekh e Jones (2015) orientam ainda que, quando se escolhe a desconstrução como horizonte metodológico, as observações devem ser feitas buscando-se fugir do óbvio, de modo a expor outras possibilidades de significados para o fenômeno em estudo. Por isso, optei pela observação participante, um tipo de análise que oferece uma maior interação com os sujeitos da pesquisa, na medida em que, como salientam as autoras acima mencionadas, o observador pode ser inserido nas atividades do grupo para captar seu comportamento.

Quando comecei a construir esta pesquisa, acreditava que essa interação seria necessária para facilitar a aproximação entre os participantes e a pesquisadora, que poderia se apresentar e falar sobre o seu sinal-nome, convidando os outros a fazerem o mesmo. Essa atitude sugeria uma igualdade de condições com o grupo, que para as autoras já mencionadas, pode mitigar os efeitos negativos que a presença de um investigador/ ou elemento externo ao grupo tende a causar nas pessoas observadas, e que, de fato, confirmei durante a coleta dos dados. Nessa etapa, percebi que essa iniciativa foi fundamental para deixar os participantes mais à vontade para falar sobre suas experiências com os sinais-nome.

Do mesmo modo, percebi, no percurso metodológico, que a experiência de observação, descrição e análise dos dados pelo pesquisador é uma atividade

complexa, uma vez que carrega intencionalidades de ambas as partes (entrevistador e entrevistado). Concordei, assim, com Somekh e Jones (2015), quando argumentam que fazer observação usando a desconstrução como método implica em impor uma ordem para os dados coletados, fazer decisões sobre o que incluir e excluir da pesquisa, de modo que não se pode considerá-la encerrada pelos resultados que são encontrados. É preciso reconhecer que as interações humanas no e com o mundo não são naturais nem inocentes, mas textuais, sempre mediadas, não tendo sentido fora do contexto em que foram construídas (MAC LURE; BURMAN, 2015). Essa reflexão indica que tenho em mente que os dados coletados por mim não esgotam a compreensão sobre o sinal-nome como objeto de estudo, nem sobre as questões que foram levantadas ao longo da pesquisa. Trata-se, na verdade, de caminhos que busquei abrir para a investigação dos sinais-nome tanto nos territórios semiáridos onde esta pesquisa se situa, como em outras regiões brasileiras.

As observações foram realizadas da seguinte forma: fiz quatro visitas às comunidades Surdas de Salgueiro e Petrolina (PE), priorizando observar, registrar e descrever as experiências dos sujeitos participantes com a criação e adoção dos sinais-nome na Língua de Sinais Brasileira, para posteriormente, analisá-las conforme as práticas de desconstrução, que detalhei na subseção 2.5, nomeada como Procedimentos para análise de dados. Nos primeiros encontros, procurei me familiarizar sobretudo com a comunidade de Petrolina (PE), que eu ainda não conhecia. Nessas ocasiões, conversei com o responsável pela instituição e frequentei a programação da Igreja para que as pessoas se acostumassem à minha presença e ficassem mais à vontade, de maneira que pudesse estabelecer uma relação de confiança com os possíveis participantes. Na medida em que aceitavam contribuir com a minha pesquisa, os Surdos e ouvintes foram indicando outros sujeitos, e assim, consegui a anuência quatro ouvintes e três Surdos em Salgueiro, e quatro ouvintes e quatro Surdos em Petrolina, totalizando quinze participantes. O número de entrevistados Surdos foi menor na primeira comunidade pois, inicialmente, havia quatro interessados em participar, mas apenas três conseguiram estar presentes nos dias e horários marcados para as entrevistas. Todas as visitas foram mediadas por intérpretes de Libras e registradas por meio de vídeo-documentação, cujos procedimentos explico a seguir.

### 2.3.2. VÍDEO-DOCUMENTAÇÃO

Escolhi a vídeo-documentação como instrumento de coleta de dados para complementar as informações sobre o fenômeno estudado, através do registro material/visual das entrevistas e dos sinais dos participantes da pesquisa. Concordo com Loizos (2015) que a imagem, “com ou sem acompanhamento de som, oferece um registro restrito, mas poderoso, das ações temporais e dos acontecimentos reais – concretos, materiais” (p. 137), podendo ser um importante aliado da pesquisa em Ciências Humanas, ainda mais no atual contexto histórico em que vivemos, no qual o visual e a mídia têm tanta influência na sociedade. Ainda segundo o referido autor, esse recurso pode imprimir maior credibilidade aos estudos que envolvem ações humanas complexas difíceis de serem captadas e descritas por um único observador enquanto se desenrola. Outra vantagem do vídeo é que permite ao pesquisador assistir às imagens repetidas vezes, atentando para detalhes que poderiam escapar à descrição verbal/escrita dos dados no caderno de campo.

Assim, fiz as filmagens concomitantemente à etapa de observação, mediante assinatura do termo de autorização de uso de nome, imagem e sinal-nome, que foram assinados por quatorze dos quinze participantes (ver anexo 4). Seguindo as orientações de Loizos (2015), gravei todas as visitas realizadas nas duas comunidades Surdas, inclusive as conversas com cada participante em particular, pedindo que ele ou ela comentasse com mais profundidade alguns aspectos que haviam sido observados e pareceram relevantes para a pesquisa.

Também filmei os sinais-nome dos participantes, porém, respeitando os termos de autorização, incluí na pesquisa somente as imagens das pessoas que assinaram o referido documento e concordaram com a publicação dos seus sinais, pois uma das ouvintes entrevistadas preferiu não ter o sinal publicado, permitindo apenas a utilização do nome e depoimento.

As entrevistas foram traduzidas para os participantes Surdos por profissionais intérpretes de Libras, que também participaram da pesquisa respondendo às questões sobre os seus sinais-nome. Porém, tive bastante dificuldade com a tradução de algumas perguntas, que não foram bem compreendidas pelos participantes, tanto em Salgueiro como em Petrolina (PE). Para não interferir nos resultados, deixei claro durante a descrição dos dados coletados quais foram os problemas de tradução e o que os participantes responderam nessas situações.

Também nas duas comunidades, precisei recorrer a mais de um intérprete para sanar as dúvidas de tradução e ajudar a minimizar algumas falhas ocorridas durante as gravações, como em Petrolina (PE), quando o áudio da tradução não foi bem captado pela câmera.

As gravações foram realizadas, inicialmente, com uma câmera de vídeo. Porém, diante do mau desempenho do equipamento, optei por gravar com celular e tripé. Inicialmente, a proposta lançada aos participantes foi realizar filmagens individuais, primeiro com a entrevista e, em seguida, cada pessoa apresentando o próprio sinal-nome. Contudo, em Salgueiro (PE), enquanto os ouvintes concordaram com essa dinâmica, os Surdos preferiram ser entrevistados juntos. Já em Petrolina (PE), todos optaram por participar individualmente. Por essa razão, não foi possível manter uma uniformidade em relação às entrevistas, ficando padronizadas apenas as gravações dos sinais-nome.

### 2.3.3. ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

Bastante utilizada nas Ciências Sociais, a entrevista surgiu como método de pesquisa na primeira metade do século XX, tendo como principais características a flexibilidade para formulação de perguntas e respostas, e a intensidade das informações coletadas (DUARTE, 2012). No decorrer desta dissertação, as entrevistas foram gravadas em vídeo e realizadas após a etapa de observação. A princípio, eu pretendia entrevistar Surdos e ouvintes individualmente, para dedicar mais tempo a cada pessoa e evitar que a presença dos demais causasse constrangimento, porém, quando iniciei a coleta de dados em Salgueiro-PE, percebi que os Surdos preferiram ser entrevistados juntos, e que não se importaram com a presença de outros intérpretes de Libras no local da entrevista, além da profissional que estava traduzindo nossos diálogos.

Na verdade, a presença do grupo inteiro, e das outras intérpretes, mostrou-se oportuna, porque, quando alguns entrevistados tiveram dificuldade para compreender o que estava sendo perguntado, os outros tentaram e conseguiram, na medida do possível, ajudar a minimizar esse problema. Além disso, percebi que a presença dos colegas deixava os entrevistados mais seguros para falar, pois podiam ver os outros respondendo às questões e refletir sobre a melhor maneira de expressar suas respostas. Depois dessa experiência, decidi adotar a mesma

dinâmica na coleta de dados em Petrolina-PE, e fazer as entrevistas com o grupo. No entanto, os participantes dessa comunidade preferiram ser entrevistados individualmente.

Tendo em vista que usei a desconstrução como norte, não pareceu adequado estabelecer estruturas rígidas de perguntas, por isso, com base em Meadow (1977), escolhi algumas questões para iniciar as entrevistas e acrescentei outras que se mostraram pertinentes no decorrer da coleta de dados. As principais questões norteadoras, tanto para Surdos como para ouvintes que tinham sinais-nome, foram: a) Apresente seu nome e sinal-nome; b) Quando você foi batizado e quem criou o seu sinal? c) Qual o significado do seu sinal?; d) Onde, quando e com que frequência você usa o seu sinal?; e) Qual sua ocupação/função social? e f) Você considera importante o uso do sinal-nome? Por quê?

Durante essa etapa da coleta de dados, entrevistei, também, sujeitos Surdos que já haviam criado sinais para outras pessoas. Com eles, foram usadas as seguintes questões-guia: a) Quais critérios são observados para criar o sinal-nome?; b) Onde, quando e como você se apropriou dessa ferramenta (a criação dos sinais)? e c) Por que é importante dar um sinal-nome a surdos e ouvintes?

Em ambos os casos, segui as indicações de Schostak e Barbour (2015) e registrei, além das respostas às questões, as variações de opinião expressas pelos participantes dos grupos, bem como os detalhes das discussões, pois essa postura permite detalhar melhor as descrições, fornecendo maior embasamento para as interpretações e análises posteriores.

#### 2.4. PROCEDIMENTOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

Os dados que coletei por meio das observações, entrevistas e filmagens foram analisados usando uma metodologia generativa, conforme proposta por Lather (1993), que considera que os fenômenos não podem ser estudados fora dos jogos de representação nos quais estão inseridos. Para tanto, o pesquisador deve buscar identificar essas estruturas e questioná-las, desvelando as relações de poder e outras tensões sociais que participam da dinâmica pela qual os discursos sobre a realidade e os fenômenos são produzidos e compreendidos, porém, não de forma a encontrar respostas que esgotem as questões. Ainda para esse autor, partindo da filosofia pós-moderna e pós-estruturalista, os resultados das pesquisas só

respondem temporariamente, parcialmente aos problemas estudados, pois, há sempre outras redes e jogos de significado sendo produzidos. Nesse raciocínio, ele propõe a metodologia generativa para romper com os métodos hegemônicos de redução e classificação dos fenômenos em categorias binaristas e oposicionais.

Seguindo essa alternativa, o pesquisador deve buscar ampliar o entendimento sobre os fenômenos, questionando as estruturas nas quais eles parecem se enquadrar, por isso a denominação “generativa”. Como explicam Somekh e Jones (2015), as análises de dados feitas conforme esse entendimento buscam explorar reflexivamente as práticas de representação, lutando contra “os limites e categorias que tratam de estipular o que se deve saber e fazer. [...] São tarefas textuais que buscam transferir o domínio” (p. 190).

Para analisar os dados, portanto, segui as orientações das referidas autoras, a partir dos registros de áudio e vídeo captados durante as observações e entrevistas, bem como utilizando as descrições de minhas impressões em diário de campo. Assisti a todas as gravações e selecionei os trechos que considerei pertinentes para um estudo detalhado, transcrevendo as falas dos sujeitos e registrando observações sobre elas. Então, procedi à leitura reflexiva das anotações. Segundo Jones (2015), esse recurso “tem a capacidade de evidenciar de que forma certos pontos cegos pessoais bloqueiam a visão necessária ao pensamento criativo” (p. 1888), uma prática que consiste em questionar tanto os sistemas valorativos pelos quais são interpretados o objeto de estudo, como pelos quais o fazem os sujeitos de uma pesquisa.

Na última fase de coleta de dados, as filmagens que fiz dos sinais dos participantes também foram analisadas generativamente, conforme essas práticas de desconstrução. Primeiro, descrevi cada sinal, de acordo com o que foi captado pelo vídeo. Em um segundo momento, refleti sobre essas descrições, tentando identificar as representações contidas nelas e questionando-as, de modo a revelar outras possibilidades de interpretação. O mesmo procedimento foi utilizado para analisar as impressões de cada sujeito entrevistado sobre os seus sinais, bem como, sobre a identificação com a cultura Surda gerada pela experiência com essa tradição.

## 2.5. COMUNIDADES SURDAS URBANAS: QUAIS ESTUDAR?

Optei por desenvolver o estudo em comunidades Surdas por entender que as tradições e marcas da identidade e da diferença Surda são inventadas, modificadas e compartilhadas nesses espaços coletivos, o que é reafirmado por Strobel (2016), quando afirma que as comunidades são formadas por grupos de Surdos e não surdos com interesses comuns. Localizá-las no espaço urbano pareceu ser mais adequado à pesquisa, em função do sinal-nome ser uma tradição originária do uso da Língua de Sinais, que é ensinada e praticada principalmente nas cidades, onde há acesso a intérpretes, professores e outros Surdos que falam esse idioma. A escolha da quantidade e localização das comunidades estudadas deu-se priorizando dois critérios: a proximidade geográfica e a presença de membros conhecidos das pesquisadoras, que pudessem mediar o contato e aproximação para a coleta de dados, de modo a tornar a pesquisa viável.

Nesse sentido, percebi que as cidades de Petrolina e Salgueiro, ambas no território Semiárido de Pernambuco, atendiam às duas situações. Distante apenas 800m de Juazeiro, onde está situada a Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Petrolina conta com várias igrejas frequentadas por Surdos. Em duas delas, a Igreja Batista em Areia Branca e a Igreja Batista de Petrolina, havia intérpretes e Surdos que eu conhecia e que poderiam, pela familiaridade comigo, permitir o desenvolvimento da pesquisa. Inicialmente, tentei contato com a primeira instituição, porém, devido ao baixo número de Surdos encontrados nos cultos, e à indisponibilidade de intérprete, decidi concretizar o estudo na segunda igreja.

A Igreja Batista de Petrolina é conhecida como Igreja dos Surdos, devido ao trabalho de evangelização que realiza em Língua de Sinais Brasileira. Frequentada por Surdos e ouvintes, ela é dirigida pelos pastores Valdir, filho de pais Surdos, e Everaldo, que é professor e intérprete de Libras. Essa instituição oferece diversas atividades voltadas para o público Surdo, como oficinas de Libras e de assuntos de interesse geral traduzidos para a Língua de Sinais Brasileira, como saúde e mecânica.

Por sua vez, Salgueiro fica distante 250km de Juazeiro, mas foi escolhido como lócus da pesquisa por ser meu local de trabalho. Atuo, nessa cidade, como servidora pública no campus do Instituto Federal do Sertão Pernambucano, que me oferece fácil acesso e familiaridade com os sujeitos e com o ambiente. A

comunidade escolhida, nesse caso, foi o próprio Campus do IF Sertão-PE, onde, inclusive, já ministrei cursos de fotografia para estudantes Surdos que frequentam o Instituto. Muitos dos Surdos que estudam no Instituto são meus conhecidos, o que proporcionou maior familiaridade e abertura para a participação desses sujeitos na pesquisa.

O campus Salgueiro do IF Sertão-PE conta, atualmente, com quatro intérpretes de Libras e quatro alunos Surdos matriculados em cursos técnicos de nível médio. No curso superior de Licenciatura em Física, a Libras é componente curricular obrigatório, e o campus também oferece cursos regulares de formação continuada, em diferentes níveis, tanto para estudantes como para os familiares de Surdos.

### 3 PARA QUÊ DESVELAR A IDENTIDADE SURDA?

Neste capítulo, apresento a base conceitual que adotei para fundamentar as discussões sobre identidade cultural e identidade Surda nesta dissertação, partindo dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Os Estudos Culturais surgiram na Inglaterra, em meados dos anos 1950, fruto de um movimento intelectual e político de contestação das relações de poder que pautavam o estudo da cultura, gerando divisões hierárquicas que naturalizavam a dominação de determinados grupos sociais por outros, a partir de conceitos como cultura “alta” e “baixa”, “erudita” e “popular”, etc. Esse novo campo de investigação defendia a compreensão da cultura como processo e prática de significação do mundo, construído nas experiências cotidianas dos sujeitos, em todas as classes sociais, e chamava atenção especialmente para as produções culturais dos grupos marginalizados. Na Inglaterra, seus principais representantes foram Raymond Williams, Richard Hoggart, Edward Thompson e Stuart Hall, porém, conforme o movimento foi sendo disseminado, surgiram outras vertentes teóricas no Canadá e América Latina (ESCOSTEGUY, 2001; COSTA, 2000).

Em minha pesquisa, priorizei um recorte dos Estudos Culturais Britânicos focado na relação entre representação, cultura e identidade, baseando-me principalmente em Hall (2000), Silva (2000) e Woodward (2000). Para esses autores, a cultura é entendida numa perspectiva relacional, como conjunto de possibilidades de interpretação do mundo construído pelos grupos sociais para dar sentido à sua existência. É da cultura que derivam práticas e símbolos que caracterizam esses coletivos e os distinguem uns dos outros constituindo suas identidades, as quais operam tanto na afirmação dessas distinções quanto em resistência à dominação por outros grupos e formas de representação (SILVA, 2000; WOODWARD, 2000).

Ao chamar atenção para a existência de modos alternativos de produção cultural, situados nas classes sociais marginalizadas, essa corrente teórica inspirou a criação de linhas de investigação mais específicas, voltadas para as questões culturais de gênero, língua e etnia, fazendo emergir, no Brasil, os Estudos Surdos. Conforme explica Skliar (2010), esse campo teórico tem problematizado a existência de identidades, línguas, projetos educacionais, história, arte e culturas Surdas que foram historicamente invisibilizadas pela representação da surdez como deficiência nas sociedades predominantemente ouvintes. Ele parte da desconstrução da surdez

como uma característica eminentemente natural/biológica para ressignificá-la enquanto diferença culturalmente produzida. Porém, sem pretender estabelecer um novo tipo de representação dominante sobre a surdez, o referido autor ressalta que “seria um equívoco conceber os surdos como um grupo homogêneo, uniforme, dentro do qual sempre se estabelecem sólidos processos de identificação” calcados na simples oposição às representações ouvintistas da surdez. Em vez disso, os Estudos Surdos conduzem a um “conjunto de inquietações acerca de como narramos os outros, de como os outros narram a si mesmos” (SKLIAR, 2010, p. 13), de modo a evidenciar diferentes possibilidades de investigação e compreensão da identidade e cultura Surdas.

### 3.1. CONCEITUANDO IDENTIDADE E DIFERENÇA

Em Estudos Culturais, a identidade pode ser entendida como um modo cultural de categorização usado pelos grupos sociais, em diferentes contextos históricos, para localizar os sujeitos individual e coletivamente na sociedade (CUCHE, 2002). Cultura, nessa perspectiva, é um processo dinâmico de mediação entre o real e o simbólico, através do qual damos sentido às experiências como sujeitos e criamos significados para o mundo à nossa volta (WOODWARD, 2000). É por meio da cultura que ocupamos diversos papéis sociais aos quais estão atreladas diferentes identidades, que nos dizem quem somos, como podemos agir, de quais direitos podemos gozar, entre outras questões (SILVA, 2000; GIDDENS, 2002).

Não se trata de um processo unilateral, em que as identidades são impostas e adquiridas passivamente pelas pessoas, mas como explica Hall (2005), de um complexo movimento de negociação, que envolve desde a afirmação dos indivíduos e grupos em diferentes relações de poder para estabelecer identidades, até a sensação de confiança que elas podem proporcionar frente à dinâmica social. Na medida em que mudanças globais nos contextos econômicos, políticos e culturais têm desconstruído esses posicionamentos e seguranças, fizeram surgir uma crise de identidade que caracteriza a atualidade: a busca constante por categorias dentro das quais se localizar em uma sociedade que se transforma cada vez mais rápido (HALL, 2005).

É possível dizer que essas mudanças vêm ocorrendo significativamente desde o fim do feudalismo na Europa, com a incidência e crescente

desenvolvimento das estruturas e comportamentos que caracterizaram as sociedades modernas, baseadas na industrialização, expansão do capitalismo, da mercantilização da força de trabalho, e na supremacia do Estado-Nação (GIDDENS, 2002). Esse tipo de organização geopolítica operava como instrumento de afirmação da soberania dos diferentes países no cenário internacional, por meio da sustentação de identidades nacionais sólidas e homogêneas, que suprimiam as diferenças culturais internas. Era um reflexo da filosofia iluminista da época, que concebia a cultura como um conjunto de saberes universal, que unia todos os homens na condição de seres humanos, desconsiderando suas particularidades (CUCHE, 2002).

O Estado moderno tende à monoidentificação, seja por reconhecer apenas uma identidade cultural para definir a identidade nacional, seja por definir uma identidade de referência, a única verdadeiramente legítima [...]. A ideologia nacionalista é uma ideologia de exclusão das diferenças culturais. Sua lógica radical é a da purificação étnica. Nas sociedades modernas, o Estado registra de maneira cada vez mais minuciosa a identidade dos cidadãos, [...] os indivíduos são cada vez menos livres para definir suas próprias identidades (id., p. 188).

Desse contexto, surgiram novas formas de interpretação do sujeito e de como suas identidades eram produzidas na dinâmica social. De acordo com Hall (2005), na medida em que as estruturas administrativas, burocráticas e culturais do Estado moderno tornaram-se mais complexas, emergiu a noção sociológica de sujeito, amparada numa dimensão social e coletiva que considerava: 1- a existência de um núcleo identitário fundamental que identificava o indivíduo enquanto ser humano, no qual ele projetava seus desejos e criava formas de representação para si mesmo, e 2- estruturas exteriores nas quais o sujeito era posicionado a desempenhar papéis sociais específicos, que lhe permitiriam desenvolver suas projeções pessoais. Essa teoria

(...) localizou o indivíduo em processos de grupo e nas normas coletivas as quais subjaziam a qualquer contrato entre sujeitos individuais. Em consequência, desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e, inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos papéis que os indivíduos neles desempenham. Essa 'internalização' do exterior no sujeito, e essa 'externalização' do interior, através da ação no mundo social, constituem a descrição sociológica primária do sujeito moderno e estão compreendidas na teoria da socialização (id., 2006, p. 31).

Nesse entendimento, as identidades amarravam o sujeito às estruturas exteriores, tornando ambos unificados e estáveis. Com o processo de globalização e a expansão do capitalismo, da tecnologia e dos meios de comunicação e informação promoveu-se uma interconexão crescente entre regiões, estados nacionais e comunidades locais, criando padrões homogêneos de consumo, ao mesmo tempo em que acentuou as diferenças existentes entre os diversos territórios (ROBBINS, 1991; BURITY, 2001; HALL, 2005), conseqüentemente, no plano político, “os processos relacionais em curso entre localismos e globalismos produziram uma pulverização da noção constante de identidade política” (RODRIGUES; PEREIRA, 2012, p. 106), desconstruindo a soberania do Estado-Nação e fazendo surgir novas posições de identidade (WOODWARD, 2000). As conseqüências desse movimento resultaram em dois tipos de fragmentação:

a) Das identidades nacionais, que tiveram sua homogeneidade desconstruída pela visibilização das várias identidades culturais existentes nos territórios, e pela própria ressignificação do conceito de território com a superação dos limites geográficos no processo de globalização, tornando-o um espaço simbólico e não físico de referência para o sujeito. Nesse cenário, surgiram os movimentos de luta pela afirmação da diversidade cultural e de produção de novos discursos para representar os grupos culturais que tinham sido invisibilizados na ideia homogênea de cultura nacional sustentada pelos Estados modernos.

b) Das identidades sociais, com a emergência de diversos pontos de referência sobre os quais era possível localizar o sujeito além do pertencimento a uma nacionalidade específica. Se antes havia a ideia de classe como uma categoria base para a formação identitária do sujeito no plano social, a complexificação crescente das sociedades modernas fez surgir uma infinidade de campos de localização, como a escola, a família, a sexualidade, possíveis de serem ocupados pelos indivíduos produzindo identidades distintas, que poderiam coexistir com as demais, sendo muitas vezes conflitantes, na medida em que se transitava por esses campos sociais ao longo de sua vivência (GUERRA, 2015; GIDDENS, 2002; HALL, 2005; LACLAU, 1992; WOODWARD, 2000).

A ideia de um núcleo identitário essencial que se alinhava com as estruturas sociais exteriores ao indivíduo para compor sua identidade se tornou insuficiente para explicar como elas seriam construídas frente a esse novo cenário, levando a outra concepção de sujeito, baseada na fragmentação do “eu” e na fluidez da

subjetividade. Assim, O sujeito pós-moderno, nessa definição, é alguém sem uma referência fixa e imutável de si, mas, que transita por diferentes pontos de localização, através dos quais pode desempenhar papéis sociais específicos e acessar os bens materiais e simbólicos que eles oferecem (HALL, 2005).

A concepção relacional e situacional de identidade que adotei para esta pesquisa se apropria dessa nova forma de pensar o sujeito, acrescentando o peso dos contextos e das negociações que estão envolvidos no processo de posicionamento do ser na sociedade. Como salienta Cuche (2002), dessa forma, é possível explicar porque, em determinado momento, algumas identidades são afirmadas ou reprimidas. E mais,

Se a identidade é uma construção social e não um dado, ela é do âmbito da representação, isto não significa que ela [...] dependeria da subjetividade dos agentes sociais. A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, [...] é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. Deve-se considerar que a identidade se constrói e reconstrói constantemente no interior das trocas sociais (CUCHE, 2002, p. 181-183).

Nessa perspectiva, os sujeitos são posicionados no campo do discurso, no processo linguístico de diferenciação – *differance* – pelo qual tanto as identidades quanto as diferenças simbólicas e materiais são estabelecidas. O discurso diferencia o sujeito como sendo uma coisa e não outra, produzindo identidades e marcas subjetivas e objetivas que sustentam essa diferença (HALL, 2000; RODRIGUES, 2012; SILVA, 2000). Quando Derrida (2009) propõe a diferença como processo de diferenciação, ele refuta a relação oposicional saussuriana entre significante e significado como definitiva do sentido das coisas. Para esse filósofo, o significado é produzido pela marcação de diferenças entre os próprios significantes, em cadeia, assim o significado de uma coisa não está totalmente fechado e completo, mas em um estado constante de tornar-se, sustentado pelo jogo de marcação das diferenças.

Por essa razão, o referido autor sugere que “a ideia de significado seja substituída por um movimento de significação”, e a identidade, por identificação com esses significados cambiantes (RODRIGUES, 2012, p. 148). Silva (2000) e Cuche (2002) observam que, enquanto produto da linguagem e da cultura, as identidades estão imbricadas em relações desiguais de poder. A enunciação da diferença e

produção da identidade são feitas por quem tem o poder de nomeá-las, não estando nunca em harmonia com outras enunciações, mas, sim, em disputa com elas. “A identidade e a diferença não são nunca inocentes” (SILVA, 2000, p. 81). Para esses autores, as lutas em torno da identidade são ainda encadeadas, principalmente, pelo acesso aos bens materiais e simbólicos que elas proporcionam. Em contrapartida, à Ciência caberia explicar os processos de identificação que levam “os indivíduos a rotular, categorizar, classificar, de uma maneira e não de outra” uma identidade específica (CUCHE, 2002, p. 1888). Os processos de classificação binaristas seriam a expressão mais forte do poder, pois

Essas referências definem hierarquias e um modo binário de produzir oposições quando atribuem qualificações e sentidos aos pares de opostos que são designados pela rede social, econômica e cultural. O binarismo acompanha a rede de poder que predomina nas sociedades ocidentais e reforça essa rede através da linguagem, que atribui específicos sentidos e valores às pessoas e aos objetos que compõem a realidade (SOUZA; LANGARO, 2011, p. 577).

Essa atribuição de valores e reforço da supremacia que um dos sujeitos assume na polarização, em detrimento do seu oposto, é que faz surgir os estereótipos. De acordo com Krüger (2004), “pode-se definir o estereótipo social como crença coletivamente compartilhada acerca de algum atributo, característica ou traço psicológico, moral ou físico atribuído extensivamente a um grupamento humano” (p. 36). Ele uniformiza as características do grupo, positiva ou negativamente, pela afirmação superficial daquilo que ele tem em comum (ALBUQUERQUE JR., 1999), prendendo os sujeitos a uma forma fixa de representação “que constitui um problema para as representações do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais” (BHABHA, 2013, p. 130), pois podem ser associadas a sentimentos de rejeição, produzindo preconceitos e atitudes discriminatórias (KRÜGER, 2004). Por essa razão, Silva (2000) argumenta ser necessário problematizar a identidade e a diferença, para que esses preconceitos e discriminações não sejam indistintamente disseminados.

Derrida (2009) sugere o estudo das identidades pelo método da desconstrução das classificações binaristas, analisando e subvertendo as narrativas e experiências vivenciadas pelos sujeitos, nos contextos históricos, sociais e culturais específicos (SOUZA; LANGARO, 2011). Concordando com o referido autor, escolhi essa abordagem para estudar a dinâmica de produção das identidades Surdas, que discutirei na próxima subseção deste capítulo. No decorrer do texto,

buscarei pontuar os processos de diferenciação da surdez como identidade, tendo em mente que eles não estão concluídos, ou seja, não existe um conceito fechado do que seja “identidade Surda”, ou um modo absoluto, ou natural, de “ser Surdo”, mas várias maneiras que estão em constante construção.

### 3.2. COMO AS IDENTIDADES SURDAS TÊM SIDO CONSTRUÍDAS?

Partindo da perspectiva pós-estruturalista que expliquei na subseção anterior, entendo que as identidades Surdas são produzidas a partir de várias formas de representação da surdez, que mudam de acordo aos contextos culturais, sociais e históricos nos quais estão inseridas. Cada representação dá aos Surdos uma posição diferente na sociedade, que determina como eles vão vistos pelos outros, quais direitos e deveres podem ter, quem pode ser considerado Surdo, entre outras questões. Não por acaso, adotei o título desta subseção em formato de interrogação, pois, nessa perspectiva pós-estruturalista, não pretendo apontar quais representações são corretas ou erradas, nem busco encontrar uma definição absoluta que explique o que é ser Surdo. Com a discussão que vem a seguir, interessa-me debater as principais narrativas sobre as quais os Surdos têm sido representados, para entender esses diferentes processos de formação identitária e as consequências materiais e simbólicas que eles produzem, abrindo espaço para outras possibilidades de investigação. Nesse sentido, é possível identificar três formas de representação predominantes: a essencialista, a etnicista e a subjetivista.

Nos discursos essencialistas, predominam os marcadores biologizantes, que condicionam a identidade do indivíduo a um núcleo essencial e homogêneo, naturalmente determinado (CUCHE, 2002). Como explica Sacks (2010), a cultura de valorização do corpo instituiu a “presença” do ouvido como norma, estabelecendo uma hierarquia na qual a surdez era inferiorizada e associada a estereótipos negativos, como falta, deficiência, incompletude, provocando atitudes discriminatórias e de marginalização dos Surdos na sociedade. Considerados incapazes de se comunicar oralmente como as outras pessoas, em um contexto cultural no qual as línguas orais se superpunham às demais formas de comunicação, eles tiveram seus direitos sociais negados e foram submetidos a diversos tratamentos corretivos em escolas e hospitais, tanto por meio de cirurgias e aparelhos auditivos, como pelo ensino forçado da oralização e da leitura labial.

Para se ter uma ideia do caráter relacional da identidade, Sacks (2010) observa que, nos lugares onde a comunicação visual por sinais era valorizada, os Surdos assumiam posições de sujeito completamente diferentes. Ele cita como exemplo a ilha de Martha's Vineyard, em Massachussets, Estados Unidos, na qual durante anos, a Língua de Sinais Americana foi usada rotineiramente, tanto por Surdos, como por ouvintes, e mesmo depois que o último habitante Surdo morreu, os ouvintes permaneceram adotando essa forma de comunicação, quando achavam conveniente. As Línguas de Sinais Nacionais eram ensinadas nas escolas, e havia grande índice de alfabetização e formação de pesquisadores entre os Surdos. Já nos cenários onde o oralismo prevalecia como norma, as identidades Surdas eram constantemente associadas a sentimentos como vergonha, depreciação, submissão e passividade. A construção de representações positivas sobre elas, nos Estados Unidos, nesses contextos, começou, principalmente, após a legitimação das línguas de sinais pelos linguistas, convertendo-a em instrumento de afirmação e reivindicação do poder pelos surdos (SACKS, 2010). A nomenclatura de deficiente, nessa conjuntura, remete a uma biologização da identidade Surda: sua condição física lhe prende a uma determinada posição de sujeito, que é a de marginalizado quando a cultura dominante for do tipo oralizada.

Coelho (2011) observa que muitos discursos sobre as identidades Surdas, proferidos pelos próprios Surdos, carregam outro tipo de conotação essencialista, no sentido de colocar as línguas de sinais, entre outros elementos formativos da identidade, como um atributo exclusivo de seu grupo cultural, e a referência a um modo único de ser Surdo, definido pelo uso das línguas de sinais, da vivência em comunidade, rejeição à comunicação oral, etc., que abafa as diferenças entre outros modos de experimentar a surdez. Isso é perceptível, por exemplo, nos estudos que afirmam que a identidade Surda só pode ser despertada em contato com outro sujeito Surdo, como se antes disso ele vivesse sem consciência de seu “eu verdadeiro”, ou se na ausência desse contato, ficasse impedido de se desenvolver como pessoa, como observamos nos textos de Strobel (2016):

Esse contato da criança surda com adultos surdos, através de uma língua em comum, a língua de sinais, é que proporcionará o acesso à linguagem e, dessa forma, **assegurar**á a identidade e a cultura surda, que são **transmitidas naturalmente** à criança surda em contato com a comunidade surda (p. 48, grifo nosso).

Chamamos de '**surdos oralizados**' aqueles que não convivem com a comunidade surda e **não usam a língua de sinais**, que se

comunicam somente através da fala, escrita e de leitura labial. Também quero ressaltar que tem muitos sujeitos surdos que convivem na comunidade surda **e usam língua de sinais, e também são oralizados**. A estes, chamamos de **'surdos'** (p. 51, grifo nosso).

No Brasil, embora a Língua de Sinais Brasileira só tenha sido reconhecida em 2002 (BRASIL, 2002), a produção de representações alternativas à da falta do ouvido ganhou força a partir dos anos 1970, no bojo do apelo à diversidade reivindicado pela teoria multicultural, juntamente com o processo de redemocratização do país e, em nível mundial, de desconstrução do pensamento colonialista. Vários movimentos sociais eclodiram, nessa época, como o movimento negro e o feminismo, contestando a forma como suas identidades vinham sendo narradas, e requerendo novas posições de sujeito. A constitucionalização dos direitos sociais como uma garantia legal para todos, independentemente de raça, cor, orientação sexual ou limitação física, na Carta Magna de 1988, representou a culminância desses protestos, pois reconheceu o processo histórico de discriminação sofrido por esses grupos, ditos minoritários, e fixou o dever do Estado de assegurar-lhes igualdade (SOUZA; IAVENICKI, 2016; STROBEL, 2016).

Nesse cenário, os marcadores culturais Surdos tornaram-se instrumento de luta frente à necessidade de reivindicar acesso a bens simbólicos e materiais como o respeito, o direito à educação, o reconhecimento de sua condição de ser humano e produtor de cultura, que estavam sendo disponibilizados, por exemplo, pelo Estado. A referência ao modo de ser Surdo calcado nesses marcadores representava a militância contra o lugar de marginalização que tinha sido imposto aos Surdos não oralizados, historicamente (LOPES; VEIGA-NETO, 2006), constituindo uma espécie de norma Surda sobre o que era ter uma identidade localizada nessa cultura, que residia sobretudo no uso das línguas de sinais (COELHO, 2011). Santana e Bergamo (2005) contestam a ideia de que a identidade Surda esteja atrelada ao aprendizado das LS. Para essas autoras,

O que ocorre, na verdade, é que, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais surgem novas possibilidades interativas, de compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral. A aquisição de uma língua, e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo (p. 567).

Os discursos que etnicizam a identidade Surda estão calcados em uma abordagem culturalista, que embora proponha refutar a ideia essencialista de um núcleo identitário “impresso” no DNA do sujeito, acaba retornando a esse conceito com a ideia de um núcleo cultural que seria próprio e distintivo de cada povo, do qual derivariam todas as outras vinculações sociais, e que dentre todas seria a mais determinante, pois estaria baseada em uma genealogia comum que seria transmitida no interior do grupo. Por isso, segundo Cucho (2002, p. 179-180), “o indivíduo é levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos. A identificação é imediata”. Sacks (2010) explica que a construção do conceito de povo e comunidade Surda, nos Estados Unidos, veio de uma despatologização da surdez provocada, além da luta no campo social, pelo aumento da representatividade dos Surdos nos meios de comunicação, que passou a acontecer em peças, documentários e novelas, com representações “cada vez mais simpáticas e imaginativas”, de modo que

A mudança nas atitudes sociais e na autoimagem refletiu-se nessas representações e foi por elas afetadas. A língua de sinais foi introduzida na televisão e começou a ser uma matéria eletiva nas escolas. O país inteiro ficou mais ciente dos anteriormente invisíveis e inaudíveis surdos, e eles também se tornaram mais conscientes de si mesmos, sua crescente visibilidade e poder na sociedade. Os surdos, e quem os estudava, começaram a investigar o passado para descobrir (ou criar) uma história, uma mitologia, uma herança surda. Os anos 1970 presenciaram a ascensão não somente do Orgulho Surdo mas do Poder Surdo. Emergiram líderes entre os outrora passivos surdos, aqueles que antes haviam aceitado as caracterizações de si mesmos como inválidos e dependentes – pois era assim que tinham sido considerados pelos ouvintes – agora passavam a julgar-se poderosos, uma comunidade autônoma. (SACKS, 2010, p. 76).

No Brasil, o termo “povo surdo” foi cunhado por Perlin (2003), de modo muito semelhante ao conceito étnico-cultural de nação, que Cucho (2002) explica estar embasado na ideia de um conjunto de pessoas de mesma origem. Segundo as explicações de Perlin (2003), o termo “povo surdo” parece a forma encontrada por um grupo de Surdos de afirmar sua diferença fora dos marcadores estabelecidos pelos ouvintes. É um povo sem território material específico, mas com uma territorialidade simbólica por meio da qual os Surdos desenvolvem sua identidade cultural.

Sempre que me referir aos surdos, estarei me referindo a esta diferença, que geralmente agrega em torno de líderes mais chegados

da política surda no interior do povo surdo. Raras vezes vou me referir aos surdos de outro conjunto onde eles não participam das lutas da civilização, pois estão em malhas ouvicentricas (PERLIN, 2003, p. 17).

Strobel (2016), por sua vez, faz uma distinção entre “povo surdo” e comunidade Surda:

Então entendemos que **a comunidade surda** de fato **não é só de sujeitos surdos**; há também sujeitos ouvintes – membros de família, intérpretes, professores, amigos e outros -, que participam e compartilham interesses comuns em uma dada localização. Quando pronunciamos **povo surdo**, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam o mesmo local, mas que estão **ligados por uma origem**, por um código ético de formação visual, independentemente do grau de evolução linguística, tais como as línguas de sinais, a cultura surda e quaisquer outros laços (p. 38, grifo nosso).

Nesse entendimento, o “povo surdo” é o referencial simbólico sobre o qual os sujeitos podem construir suas identidades pela partilha do sentimento de exclusão que possuem habitando “territórios” de ouvintes. Strobel (2016) explica que isso desencadeia experiências identitárias diaspóricas, pois, quando “o povo surdo se sente excluído das comunidades ouvintes, devido às representações sociais normalizadoras que não aceitam a cultura surda, pode ocorrer o deslocamento à comunidade surda” (p. 39), que é onde os sujeitos Surdos vão buscar efetivamente o contato com as suas “raízes”.

Ainda nessa perspectiva etnicista, os ouvintes, por sua vez, são compreendidos como pessoas que se comunicam pela oralidade e não usam as línguas de sinais, ficam excluídos desse grupo (o “povo surdo”), bem como, outros Surdos que prefiram outras formas de comunicação, pois não são reconhecidos como “verdadeiramente surdos”. Esse tipo de entendimento cria uma segregação “que se realimenta dos padrões sociais usados como marcadores para sinalizar quem são os autorizados a frequentar ou o grupo dos ‘amigos’/ incluídos ou o grupo dos excluídos” (LOPES; VEIGA-NETO, 2006, p. 84).

Em uma perspectiva subjetivista, ou pós-estruturalista, os teóricos desconstróem elementos considerados por outros pesquisadores como única via de acesso a uma identidade Surda - a exemplo das Línguas de Sinais, comunidades imaginárias (o “povo surdo”) ou mesmo os sentidos da audição e da visão. Por exemplo, no senso comum, culturalmente consolidado, vigora a ideia de que as Línguas de Sinais são naturais dos Surdos porque, sem a audição funcional, eles

não podem aprender a se comunicar de outra forma. Assim, as identidades dos Surdos seriam caracterizadas pelo uso de LS, e as dos ouvintes, pela comunicação oralizada. Ao discutir essa questão, Skliar (2013) explica que trata-se de formas diferentes, e não opostas, de apreensão da linguagem. Segundo o referido autor, as Línguas de Sinais não surgiram porque a falta da audição impedia os surdos de aprender a falar, constituindo-se na única forma de comunicação possível e natural para eles, na verdade, elas foram resultado de uma construção histórica, social e cultural feita nas comunidades Surdas. Em razão disso, situar as LS como uma marca da identidade Surda, em oposição às línguas orais, que seriam características da identidade ouvinte, equivaler a reforçar o discurso de subalternização e desvalorização de uma modalidade linguística em relação à outra. Essa prática também contribui com a reprodução de estereótipos, como achar que as LS são universais, naturais das pessoas que não ouvem, etc., - e pode motivar processos discriminatórios e preconceituosos (SKLIAR, 2013).

Muitos discursos essencialistas e etnicistas sobre a Surdez atrelam a identidade Surda a uma maneira específica e uniforme de existência e interação social, baseada na experiência visual como uma compensação à falta da audição, conforme discutimos no início deste capítulo. Porém, segundo Ingold (2008), trata-se de uma naturalização das modalidades sensoriais criada no campo da Antropologia dos Sentidos, que leva a uma crença equivocada “[...] que onde predomina a visão, as pessoas apreendem o mundo de certo modo, e onde predomina a audição, elas o apreenderão de outro” (INGOLD, 2008, p. 63). Uma alternativa a essa compreensão sobre o papel dos sentidos na formação das identidades Surdas é, como propõe Gediél (2010), pensar a surdez a partir de uma corporificação, “em que as experiências de mundo das pessoas Surdas ocorreriam no corpo e por meio dele” (p. 30), e não mediadas por um recurso localizado em uma parte específica do organismo. Marques (2007), apoiando-se em Merleau-Ponty (1999), corrobora com esse pensamento, e afirma que a experiência visual, defendida muitas vezes como elemento diferenciador da identidade Surda, é apenas uma parte do conjunto de características que atuam na constituição do indivíduo. Mesmo assim, ela própria pode possuir diversas facetas, pois

Ainda que minha percepção seja rápida no movimento de detecção, eu dependo do ângulo de alcance dos meus olhos, para depois, por este ângulo, estabelecer o limite através do movimento de minha cabeça, e também do meu tronco, explorando, de certa forma, a

“experiência visual”; não depende apenas de meu globo ocular na sua abrangência, mas também do movimento que executo, da flexibilidade e da disponibilidade do meu corpo. Ainda há a exterioridade, que também promove interferências no meu campo de visão e “altera” a minha experiência visual, porque o corpo é o veículo do ser no mundo, e ter um corpo é, para um ser vivo, juntar-se a um meio definido, confundir-se com certos projetos e empenhar-se continuamente neles (MERLEAU-PONTY <sup>8</sup>apud MARQUES, 2007, p.78).

Para os pós-estruturalistas, como Ladd (2003), a Surdez não se restringe a um conjunto específico de características imutáveis, mas é uma experiência por meio da qual os sujeitos se situam nos diferentes contextos sociais e culturais das comunidades Surdas, produzindo o que ele chama de Surdidades, ou *Deafhood*. O referido autor defende que a Surdidade é vivenciada e atualizada diariamente, tanto pela criação de marcadores identitários, como pelo processo de identificar-se ou não com esses elementos. Em razão disso, nunca está totalmente completa, e seu significado é relativo à realidade dos sujeitos e dos grupos que a experimentam.

Segundo Ladd e Lane (2013), o conceito de Surdidade tem origem nos anos 1990, no bojo do movimento de ressignificação identitária em que as comunidades Surdas – acompanhando a luta de outros grupos culturais considerados minoritários, como as mulheres, os afroamericanos e os gays – buscavam desconstruir os rótulos pelos quais eles vinham sendo narrados nos discursos colonialistas, para legitimar outras formas de representação. O termo apareceu pela primeira vez na literatura científica em 1993, como alternativa positiva para se referir à surdez sem a conotação clínica de doença. Porém, só foi consolidado em 2003, com um sentido mais amplo, relacionado ao processo contínuo de desenvolvimento identitário do indivíduo Surdo, dentro das comunidades Surdas.

Ao expandir a complexidade do conceito, Ladd (2005) explica que apoiou-se em duas prerrogativas: a primeira, de que as culturas Surdas não podem ser estudadas isoladamente das sociedades nas quais estão inseridas, ou seja, como um conjunto fixo de tradições e conhecimentos, comum a toda comunidade Surda; e a segunda, de que as narrativas criadas nos últimos 130 anos sobre os Surdos não são as únicas formas possíveis de explicar as suas identidades. Segundo esse autor, em cada realidade há narrativas distintas, criadas coletivamente, para explicar o que os Surdos são, de onde vieram e o que podem tornar-se, bem como, jornadas

---

<sup>8</sup> MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da Percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999

individuais em busca da própria identidade, nas quais a história de vida de cada pessoa se mistura às narrativas da comunidade Surda, produzindo subjetividades. Nessa dinâmica, escondem-se disputas pela legitimação do que é ou não considerado traço identitário, e na medida em que o pesquisador questiona o que foi estabelecido, pode revelar discursos alternativos, não-hegemônicos, expandindo cada vez mais o leque de significados possíveis para a Surdidade (LADD; LANE, 2013).

Embora tenha inovado ao tratar da identidade Surda como um processo em constante fluidez, a teoria de Ladd (2003) foi criticada por outros autores pós-estruturalistas por ser calcada na Surdidade como uma experiência ontológica exclusiva das pessoas que, ou nasceram Surdas ou perderam severamente a audição ao longo da vida, e fazem uso das Línguas de Sinais, pois essa prerrogativa exclui diversos sujeitos que vivem nas comunidades Surdas, como os ouvintes, os filhos de pais Surdos (CODAs em inglês), Surdos com leve perda auditiva, e Surdos que não usam Línguas de Sinais (KUSTERS; DE MEULDER, 2013). Em um trabalho chamado *The challenge of essentialism in Deafhood*, sem tradução, Hirons (2009 apud KUSTERS; DE MEULDER, 2013) afirma que essa diferenciação é puramente ideológica e só reforça a segregação nas comunidades Surdas. Para ele, se a Surdidade for pensada como um processo de luta mais amplo pela dignidade e o empoderamento humano, as pessoas que têm perda severa da audição não são as únicas que podem vivenciá-la, mas também as que “defendem a causa”, independentemente da capacidade auditiva.

Refletindo sobre essa questão, Kusters e De Meulder (2013) argumentam que, assim como o essencialismo é perigoso para o reconhecimento da diversidade e das diferenças nos grupos humanos, discursos anti-essencialistas extremistas podem enfraquecer a luta dos Surdos biológicos pelo reconhecimento de suas identidades fora do escopo da deficiência, pois a desconstrução das narrativas colonialistas e medicalizadoras sobre a surdez ainda é um processo recente. As referidas autoras perceberam, durante uma pesquisa nas comunidades Surdas, que há grande resistência em aceitar os ouvintes e CODAs em determinado grupo e considera-los como Surdos, sendo uma sugestão das próprias comunidades a adoção de outros termos, por exemplo, *Codahood*, para se referir às experiências identitárias dos filhos de pais Surdos, e “pessoas sinalizantes” para os ouvintes.

Ao amadurecer a proposta conceitual para a Surdidade, Ladd (2003) explica que o traço essencialista do qual ele parte não é fundamentalista, mas estratégico. Ele incentiva outros pesquisadores a refinarem e “desessencializarem” o termo, com foco em dirimir os processos discriminatórios e opressores que muitas vezes são incentivados nas comunidades Surdas pela valorização dos traços culturais “essencialistas”, em detrimento do que não é considerado “tipicamente Surdo”, como o uso de implantes cocleares, a oralização, o gosto por música, etc. Para Kusters e De Meulder (2013), a teoria de Paddy Ladd (2003) parece sugerir um essencialismo “em construção”, que convida a pensar esses tabus e deixar as respostas em aberto, de modo que o “tipicamente Surdo” possa ser atualizado. Dessa forma, o uso de implantes cocleares e a oralização, por exemplo, poderia ser interpretado como uma escolha, “e não como uma traição às comunidades Surdas ou à ideia da Surdidade” (KUSTERS; DE MEULDER, 2013, p. 436, tradução nossa).

Isso não significa dizer que a opção por uma maneira específica de comunicação seja inocente, pois, conforme discutimos no início deste capítulo, os sistemas de representação têm consequências tanto simbólicas quanto materiais para os sujeitos sobre os quais eles atuam, logo, a escolha por legitimar ou contestar determinadas identidades está intrinsecamente ligada a essas questões (WOODWARD, 2000). A nosso ver, a teoria de Kusters e De Meulder (2013) sobre Ladd (2003) abre caminho para pensar sobre essas escolhas e a investigar quais consequências estão relacionadas a cada um dos traços essencialistas estratégicos que os Surdos assumem para si, superando a questão de legitimar uma teoria não-essencialista sobre a surdez. Isso poderia incluir, assim como defende Hirons (2009 apud Kusters; De Meulder, 2013), as experiências de Surdidade vivenciadas pelas pessoas com leve ou nenhuma perda auditiva que se relacionam com as comunidades e as culturas Surdas, oferecendo outras possibilidades de investigação.

A partir dessa discussão, é possível perceber que a comunicação desempenha um papel bastante importante na delimitação das fronteiras identitárias dos Surdos. Tanto entre os próprios Surdos quanto destes em relação aos ouvintes, o uso das Línguas de Sinais, da comunicação oralizada, de outros sistemas linguísticos, do auxílio de implantes, entre outros recursos, que têm sido historicamente determinante da maneira como esses sujeitos são narrados, afetando os lugares que eles têm podido ocupar na sociedade e atuando na legitimação das

suas identidades em resistência às imposições das culturas hegemônicas, conforme abordei ao longo deste capítulo.

Um desses instrumentos comunicativos de legitimação é o sistema de nomeação derivado das Línguas de Sinais para identificar as pessoas que fazem parte de uma comunidade Surda, por meio de sinais-nome ou nomes visuais. Assim, no próximo capítulo, discutirei o papel dos sinais-nome na formação de identidades Surdas, apresentando a origem dessa tradição e como ela se relaciona com as questões que foram apresentadas até aqui: pertencimento com a cultura Surda, práticas opressoras/discriminatórias, etc.

## **4 O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS**

Este capítulo será dedicado à descrição e análise dos dados coletados nas comunidades Surdas de Salgueiro e Petrolina sobre o sistema de nomeação das pessoas na Língua de Sinais Brasileira. Primeiro, apresentarei uma revisão da literatura sobre a origem e principais características dessa tradição que já foram observadas em outros contextos culturais e nacionais, em razão de não ter localizado pesquisas sobre o tema no semiárido pernambucano. Na sequência, descreverei os dados obtidos com a aplicação da pesquisa nas comunidades Surdas que selecionei e, finalizando o capítulo, farei algumas considerações sobre os resultados, atentando para a relação entre a tradição dos sinais-nome na Libras e a construção de identidades Surdas no contexto cultural do Semiárido pernambucano.

### **4.1. CONHECENDO O JEITO SURDO DE NOMEAR**

Embora ainda não sejam muito conhecidos entre os pesquisadores brasileiros, os sinais-nome vêm sendo estudados desde o fim do século XX, com as publicações pioneiras de Meadow (1972, 1977) e Supalla (1990, 1992) sobre o sistema de nomeação na Língua de Sinais Americana. As descobertas feitas por esses autores sobre as características desses sinais e a relação entre essa tradição e o desenvolvimento identitário dos Surdos têm motivado pesquisas em diversos países, possibilitando ampliar a compreensão acerca desse fenômeno nas comunidades Surdas da China (Shun-Chiu; Jingxian, 1989), Suécia (Hedberg, 1994), Nova Zelândia (Mckee; Mckee, 2000), Grécia (Kourbetis; Hoffmeister, 2002), Estônia (Paales, 2011), entre outras localidades.

De maneira geral, os sistemas de nomeação surgiram da necessidade de identificar visualmente as pessoas nas comunidades Surdas, pois os significados sociais e linguísticos dos nomes fonéticos não são acessíveis nas falas sinalizadas (PAALES, 2011). Porém, esse costume adquiriu uma importância cultural que supera a utilidade cotidiana, pois a aquisição do sinal-nome simboliza tanto o momento de ingresso da pessoa na comunidade Surda, como o uso de uma forma alternativa de comunicação em relação às culturas hegemônicas. Em muitos contextos, os sinais-nome são mais conhecidos que os nomes de família, e,

dependendo das convenções da comunidade, podem ou não sofrer variações (MCKEE; MCKEE, 2000).

De acordo com Meadow (1977), os sinais-nome são compostos, estruturalmente, por três elementos: a forma e apresentação da mão; o posicionamento dela em relação ao corpo; e o movimento executado, e podem ser classificados em descritivos ou arbitrários. Os sinais descritivos fazem referência a características físicas ou comportamentais dos sujeitos, e são mais comuns em países como a Nova Zelândia, Austrália, Inglaterra, China e Tailândia. Já os arbitrários são compostos pela representação datilológica de uma letra – que pode ser a inicial do primeiro ou do último nome da pessoa a quem ele se refere – e um movimento de mão realizado na região do rosto ou do corpo. Sinais com essas características são chamados de arbitrários por seguirem convenções linguísticas sem relação direta com a identidade do sujeito que representam, e são mais comuns nos Estados Unidos (MINDESS, 1990; MCKEE; MCKEE, 2000).

Segundo Supalla (1992 apud Mckee; Mckee, 2000), o costume de usar iniciais datilológicas pode ter derivado dos métodos de educação de surdos praticados nos EUA, durante o século XIX, pois era comum nessa época que os signos da Língua de Sinais Americana incorporassem as mesmas letras iniciais das palavras em Inglês. Além dessas formas de classificação, Paales (2011) identificou outros dois tipos de sinais-nome: os híbridos, que possuem características descritivas e arbitrárias, e os que derivam dos nomes próprios oficiais usados nas línguas orais. Os sinais híbridos são considerados por alguns pesquisadores como fruto das trocas culturais entre Surdos e ouvintes, pois os ouvintes consideram apropriado que o nome visual de uma pessoa seja um “retrato” dela, por isso, eles fazem referência tanto à letra inicial do nome quanto a uma característica física ou comportamental. Já os sinais derivados dos nomes próprios oficiais podem ser parcial ou totalmente homônimos a eles (PAALES, 2011).

No Brasil, ao entrevistarem Surdos criadores de sinais-nome, Souza e Gediel (2017) perceberam que a prática de usar um referencial à letra do nome em Português é comum, porém, em algumas comunidades, é considerada errada, pois denota influência dessa Língua sobre a Libras. Essas duas autoras explicam que uma das formas de legitimação da Língua Brasileira de Sinais, nesses lugares, é a afirmação das diferenças entre ela e o Português, o que motiva a criação de sinais

arbitrários, que explorem as possibilidades sintáticas e semânticas da Libras, independentemente de referências à “cultura ouvinte”.

Embora possam ser classificados de uma maneira mais geral, conforme essas convenções, os sinais-nome possuem diversas particularidades relacionadas aos contextos históricos, culturais e linguísticos nos quais são criados. Segundo Paales (2011), cada Língua de Sinais nacional possui seu próprio sistema de nomeação, e cada comunidade Surda, tradições específicas para criação e adoção desse sistema, que definem se o sujeito pode ter mais de um sinal-nome ao longo da vida, em quais contextos a modificação do sinal é permitida, etc., valendo, contudo, a concordância de que o nome visual não pode ser ofensivo. A referida autora explica que, em localidades como os Estados Unidos e a Europa, há mais flexibilidade para mudança do sinal-nome. Na Estônia, é comum que a mesma pessoa possua vários sinais que acompanham seu estágio de vida, podendo indicar o casamento, o divórcio, a aquisição de um novo emprego, entre outras situações. Porém, em lugares como a China, a Palestina, a Nova Zelândia e o Brasil, há mais resistência, e, na maioria das vezes, as pessoas carregam o mesmo sinal-nome por toda a vida (PAALES, 2011). Em algumas localidades, onde não há uma tradição específica para adoção de mais de um sinal durante a vida, a mudança pode ser permitida quando o referencial usado para criar o nome visual confunde as pessoas, por ser pouco específico, ou quando os Surdos da comunidade acham outro sinal que consideram mais adequado para aquele indivíduo (HEREDIA, 2008).

Assim como as regras para estrutura e criação/modificação dos sinais-nome, as comunidades Surdas também compartilham convenções sobre o ritual de aquisição dos nomes visuais, chamado de batismo. De modo geral, ele acontece entre adultos, quando a pessoa passa a fazer parte da comunidade, e entre as crianças, na escola, ao iniciar o contato com outros colegas Surdos (PAALES, 2011). O papel de batizar as pessoas é atribuído, na maioria das comunidades sinalizantes, aos considerados Surdos-líderes, que são pessoas “que conhecem muita gente e gostam de ensinar a Libras” (SOUZA; GEDIEL, 2017, p. 170). Porém, os Surdos biológicos não são os únicos “autorizados” a receber um sinal-nome.

Historicamente, os ouvintes que tinham ligações com a “causa Surda” como intérpretes, parentes e professores também podiam receber sinais. Na medida em que o ensino das Línguas de Sinais e o contato entre Surdos e ouvintes foram crescendo, pessoas sinalizantes e figuras públicas passaram a ter nomes visuais,

independentemente da relação que mantêm com as comunidades. O batismo pode ser rápido ou levar até seis meses para acontecer, pois os Surdos podem ter necessidade de observar e conhecer melhor a pessoa que vão batizar, e até mesmo recusar-se a criar um sinal para alguém recém-conhecido. Estruturalmente, não há diferenças entre os sinais-nome dados a Surdos ou a ouvintes, porém, os sinais dos ouvintes podem ter conotações diferentes nas comunidades Surdas. Eles tanto podem ser considerados ofensivos – no caso do ouvinte criar o próprio sinal - quanto podem ser usados pelos Surdos para fazer piada com os ouvintes, como por exemplo, quando a pessoa não tem muita proficiência na Língua de Sinais falada na comunidade (HEREDIA, 2008; MINDESS, 1990; MCKEE, MCKEE 2000; PAALES, 2011; SOUZA; GEDIEL, 2017).

Para estudar os sistemas de nomeação na Língua de Sinais Americana, Meadow (1977) fez entrevistas com Surdos sobre o processo de batismo, a descrição dos seus sinais, frequência de uso e significado do sinal-nome. Para saber como os sinais-nome atuam na formação de identidades Surdas no Semiárido pernambucano, utilizei as mesmas questões, porém, aplicadas também a ouvintes participantes das comunidades Surdas escolhidas, independentemente do grau de ligação/pertencimento que mantinham com o grupo. Nas próximas subseções, apresentarei os dados coletados em campo e procederei à análise dos resultados.

#### 4.2. PERCEPÇÕES SOBRE OS SINAIS-NOME NA COMUNIDADE DE SALGUEIRO

Comecei a coleta de dados pela comunidade de Salgueiro-PE em função da disponibilidade da maioria dos participantes para estarem presentes nas mesmas datas e horários. O local escolhido foi a sala do Núcleo de Atendimento à Pessoa com Necessidades Específicas do Campus (NAPNE), pois como é frequentada habitualmente pelos Surdos e intérpretes, para receber atendimento, desenvolver atividades de pesquisa/extensão, etc., acreditei que todos se sentiriam mais à vontade para conversar nesse ambiente. Além disso, pensei que esse local proporcionaria mais privacidade para as observações e entrevistas.

No dia 05/03/2018, convidei cinco Surdos para conhecer os objetivos e proposta metodológica da pesquisa, durante uma reunião na sala do NAPNE. Apenas quatro aceitaram participar, porém, devido à indisponibilidade para

comparecer ao Campus nos dias marcados para entrevista, somente três acabaram sendo entrevistados: Francineide, Cleverton e Alisson. Eles consentiram com a divulgação dos nomes, sinais-nome, depoimentos e imagens por meio da assinatura dos respectivos termos (conforme anexo 4), que foram traduzidos. Na sequência, apresentei algumas possibilidades de datas para cada etapa da coleta de dados, e foi sinalizado pela maioria a preferência em realizar um encontro no dia 07/03/2018.

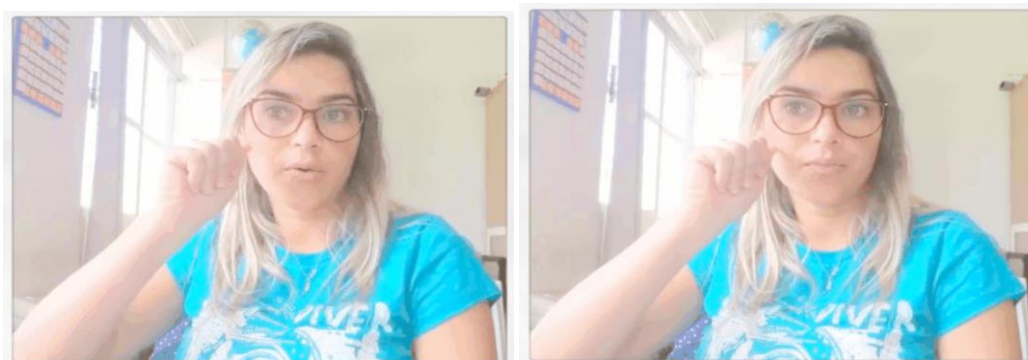
Convidei as intérpretes e membros ouvintes da comunidade de Salgueiro, Aline, Edicleide e Layanne, para participar da pesquisa, e elas indicaram uma quarta pessoa, Márcia, por acreditarem que a história do sinal-nome dela pudesse ser relevante para a nossa investigação. Assim, comprometi-me com três participantes Surdos e quatro ouvintes, que também consentiram com a divulgação de seus nomes, sinais, depoimentos e imagens para fins acadêmicos, assinando os respectivos termos de autorização (anexo 4).

Inicialmente, pensei em fazer uma dinâmica de apresentação em grupo, para que os participantes se sentissem mais descontraídos para conversar, e eu pudesse observar como eles falavam e usavam seus sinais, e também como reagiam à presença da câmera de vídeo. Após essa primeira experiência, estava programado marcar entrevistas individuais com cada um dos participantes e abordar com mais profundidade algumas questões que fossem percebidas como relevantes durante a dinâmica, porém, eles preferiram continuar sendo entrevistados juntos.

Pensei, inicialmente, que isso poderia influenciar as respostas uns dos outros, mas como eles não estavam à vontade para falar sozinhos, aceitei que a entrevista fosse realizada em grupo, o que acabou sendo uma boa estratégia, porque tive dificuldade de ser compreendida a certa altura do encontro por alguns entrevistados, e os outros Surdos e intérpretes, que estavam assistindo, conseguiram minimizar isso. As participantes ouvintes optaram por conceder as entrevistas individualmente, em outro momento, com exceção de Aline, que já estava com os Surdos, auxiliando na tradução das entrevistas.

A dinâmica do primeiro encontro consistiu em pedir que nos apresentássemos dizendo nossos nomes, sinais-nome e seus significados, começando por mim (Figura 1), em sentido horário, seguindo com Aline (Figura 2), Francineide (Figura 3), Cleverton (Figura 4) e Alisson (Figura 5). Em seguida, fizemos perguntas sobre o processo de batismo de cada participante: quando aconteceu, como aconteceu e quem foi o criador do sinal. Posteriormente, fizemos a entrevista de quatro ouvintes.

Figura 2 Sinal-nome de Aline



**Fonte:** Elaboração própria

O sinal-nome de Aline é formado pela representação da letra A com um movimento realizado na bochecha, em referência a um sinal que ela tem nessa região, sendo portanto, híbrido (PAALES, 2011). Ela foi batizada dessa forma aos 17 anos, quando, ao fazer estágio em uma sala de aula para Surdos, conheceu a Libras e teve o primeiro contato com a comunidade Surda. Em relação à origem do seu nome visual, Aline relatou que, até esse primeiro contato com a comunidade Surda, ela não sabia que cada pessoa tinha um sinal em Libras para representar o próprio nome. Mas, quando soube dessa tradição, pediu aos Surdos que conhecia para criarem o dela, e assim também ser identificada na comunidade.

Quanto ao apreço pelo seu sinal, Aline afirmou gostar da representação escolhida para ela, mas demonstrou vontade de mudar o lado do rosto em que o movimento é feito, caso fosse permitido, pois ela sempre sinaliza da forma errada.

Na verdade ele é do lado esquerdo, e não do lado direito [onde ela faz]. Eu faço do lado direito porque sou destra e é mais fácil sinalizar com a mão direita ao invés da esquerda. Mas, sei que fazendo isso meu sinal fica errado (ARAÚJO, 2018)

Em relação à frequência de uso, ela respondeu que utiliza o nome visual sempre que há necessidade de se apresentar a um Surdo, e considera importante que outras pessoas que convivem com as comunidades Surdas sejam batizadas com um sinal-nome, pois torna a comunicação mais rápida e fácil, já que dispensa o uso do alfabeto manual para descrever o nome da pessoa em Português.

Figura 3 Sinal-nome de Francineide



**Fonte:** Elaboração própria.

Quando chegou sua vez de participar da dinâmica, Francineide explicou que tinha dois sinais. Ambos eram formados pela representação da letra F combinada com um movimento na lateral do rosto em alusão aos sinais que ela tem na pele, nessa região. Porém, o primeiro, que foi dado a ela na escola por um colega Surdo, era executado do lado esquerdo do rosto. Já o segundo, do lado direito, e foi criado por solicitação dela, por não ter se identificado com o primeiro. Segundo Francineide relatou, quando executado do lado direito, o seu nome visual fazia referência às marcas que ela tinha na pele, dando um significado que ela considerava positivo, sendo, portanto, um sinal-nome híbrido (PAALES, 2011).

Gosto dele, sinto que combina comigo. Antes de ser batizada não pensava sobre como ele poderia ser, não imaginava nada. Agora, meu sinal é minha identidade e faz com que eu tenha contato com um monte de Surdos (SILVA, 2018).

Nesse momento, perguntei se era possível mudar os sinais-nome, pois eu já tinha ouvido outros Surdos afirmarem o contrário. Ela explicou que em seu caso era permitido, uma vez que a troca aconteceu logo após o primeiro batismo, então o sinal não era muito conhecido na comunidade. Quanto à relevância e frequência de uso do sinal-nome, Francineide respondeu que emprega sempre ao se apresentar a outro Surdo, e que considera importante cada pessoa ter um sinal em Libras, embora ache impossível decorar e lembrar os sinais de todas as pessoas do seu convívio. Ela também relatou ter criado alguns sinais para pessoas de sua família, com os mesmos critérios utilizados pelo Surdo que a batizou: a observação de

características físicas. Perguntei se alguém havia lhe ensinado esse procedimento, e ela respondeu que aprendeu com os Surdos, observando a maneira como eles criavam os sinais.

Figura 4 Sinal-nome de Cleverton



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Cleverton é formado pela representação da letra C em Libras e o movimento de cortar o cabelo. Quando perguntei como ganhou essa identificação, ele explicou que foi batizado em Libras por amigos Surdos de sua cidade natal, Cedro (PE). Cleverton relatou que nasceu Surdo, e como era filho de pais ouvintes que não sabiam sinalizar, se comunicava somente por gestos até aprender Libras. Ele só descobriu o que era ser Surdo quando iniciou a formação escolar em uma instituição privada.

Eu andava com os Surdos, mas não sabia o que era uma pessoa surda. Na escola particular, na formatura do ABC, estava lá fazendo o juramento com o capelo e percebi. Eu estava com a mão estirada e todas as crianças mexiam as bocas, falando. Coloquei a mão na boca e fiquei tentando entender o que era aquilo (FIGUEIREDO, 2018).

Depois de perceber que era diferente das outras crianças, Cleverton conheceu alguns Surdos que o convidaram a estudar em uma escola específica, mas ele acabou sendo matriculado em uma instituição tradicional para ouvintes, sem intérprete de Libras nem professores que soubessem sinalizar.

Desisti de lá e outros Surdos me chamaram para um AEE [sala de atendimento especializado], descobri que existia um alfabeto manual [na Libras] e comecei a aprender com aqueles Surdos. Eles perguntaram meu nome e se eu tinha um sinal, e eu disse 'Não sei do que você está falando'. Aí eles disseram que tinha que ter um sinal e criaram esse para mim. Eu não entendi nada, mas depois, quando vim para Salgueiro, conheci novos Surdos, as intérpretes Aline e Edicleide, fui para uma escola que tinha muitas intérpretes, a professora falava que eu tinha que aprender Libras. Quando eu estudava no Ensino Médio não tinha intérprete, eu não entendia nada. Depois disso vim estudar no Instituto Federal, aí fui começando a desenvolver mais a questão da Libras (FIGUEIREDO, 2018).

Cleverton relatou ainda que só entendeu o significado do seu sinal-nome após conhecer mais sobre Libras. A partir de então, ele percebeu que era uma referência à representação manual da letra C – inicial de seu nome – e à profissão de seu pai, que era cabeleireiro, o que nos permite classificar o seu sinal como híbrido (PAALES, 2011). A expressão completa do sinal faz alusão a como as pessoas o chamavam na cidade de Cedro-PE, pois ele era conhecido por ser o filho do cabeleireiro. A maneira como o sinal de Cleverton foi criado, fazendo referência à profissão do pai, e não a uma característica física ou comportamental dele, nos remete a um aspecto das culturas orais que é o hábito de nomear uma pessoa para localizá-la em um determinado grupo familiar. Calvet (2011) explica que, para a Linguística, os nomes próprios são considerados vazios de sentido, pois ao contrário dos outros termos lexicais - como mesa, cadeira e pedra -, não possuem um referencial específico. Porém, para a Antropologia, a referência para produção de sentido não é a pessoa a quem o nome representa, como um signo fixo, mas, o sistema dentro do qual ele foi criado, que localiza o indivíduo em uma família, classe social ou mesmo no contexto temporal e cultural do seu nascimento, que são as bases para a construção das identidades individuais (CALVET, 2011; SILVA, 2000).

Quando perguntei se ele tinha vontade de mudar o seu sinal-nome, Cleverton respondeu que havia pensado sobre isso, e gostaria de ter um sinal que fizesse referência às letras iniciais de seu nome em Português – Cleverton Barros –, mas como o batismo tinha sido feito há muito tempo, isso não seria permitido. Nesse momento, perguntei quem havia dito ou ensinado a ele que não era possível fazer isso, mas ele apenas respondeu que essa era a lei, e argumentou que assim como não era permitido aos brasileiros mudarem seus nomes de batismo a qualquer

momento, os Surdos também não poderiam alterar os sinais, a menos que o batismo tivesse sido recente.

Após uma breve pausa, Cleverton, então, recordou que mudou o sinal de uma amiga por achá-lo feio, mas reiterou que só pôde fazer isso porque ela havia sido batizada há pouco tempo, assim como Francineide, quando conseguiu alterar o dela. Ao final da entrevista, quando perguntei sobre a importância dos sinais-nome, Cleverton reiterou a fala de Aline e Francineide, e respondeu que são muito relevantes no dia a dia dos Surdos, quando é preciso falar sobre alguém ou se apresentar para outra pessoa, pois dispensa o uso do alfabeto manual em Libras.

Figura 5 Sinal-nome de Alisson



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Alisson foi o único que não consegui classificar, pois ele próprio não soube dizer o que significava, embora pareça tratar-se de um sinal híbrido, formado pela letra inicial do nome dele em Libras e um movimento em alusão a alguma característica física da bochecha. Assim como Cleverton, ele também estava nervoso e pouco à vontade com a câmera de vídeo, durante a primeira dinâmica realizada no dia 07/03/2018. Ele demonstrou, mais de uma vez, não entender a pergunta feita por mim e, em determinados pontos da narrativa, pareceu ter esquecido o questionamento. Sua apresentação foi breve em comparação com os colegas, porém, chamou minha atenção por revelar outro aspecto interessante sobre os sinais-nome.

Alisson relatou que seu primeiro contato com a cultura Surda e a Libras aconteceu na escola. Até esse momento, ele não sabia nada sobre ser Surdo, e sofria por não conseguir se comunicar com as outras crianças. Assim que começou a aprender a sinalizar, uma professora Surda criou um sinal para ele e também para

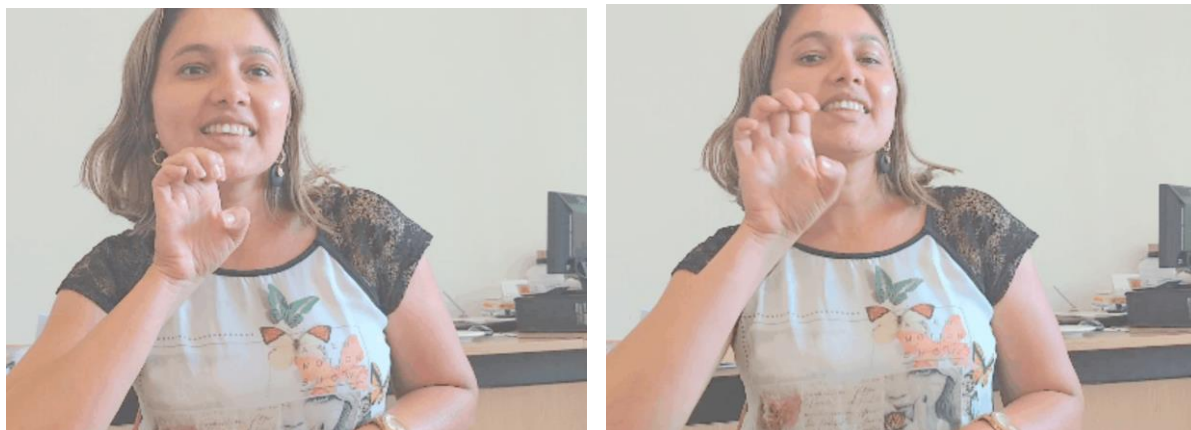
os seus familiares – mãe, pai e duas irmãs. Alisson explicou que não sabia o que era ou para que servia um sinal-nome, mas por indicação dessa profissional, que, inicialmente conduziu suas mãos para construir o movimento correto do sinal, passou a ficar olhando no espelho e repeti-lo, tentando entender a necessidade dessa prática, até conseguir se identificar com ela e reconhecer, naquele ritual de apresentação, a sua identidade.

Considere interessante que essa recorrência adquiriu um duplo sentido: ela tanto proporcionou o aprendizado da execução do sinal, como uma maneira de Alisson criar uma identificação com aquela forma de apresentação, uma vez que não conhecia o seu significado, e precisou repeti-lo até internalizar que era sua representação. Ainda hoje, mesmo tendo mais conhecimento sobre Libras, ele afirma que não tem vontade de mudar de sinal, pois já se acostumou com a configuração criada pela professora e se identifica com isso.

Como, mesmo depois de aprender a sinalizar, ele nunca soube exatamente o que o seu sinal significa, acreditamos que o nome de Alisson em Libras seja arbitrário, de acordo com a classificação de Meadow (1977). Em relação à frequência de uso, ele explicou que utiliza o sinal sempre que precisa se apresentar ou ensinar Libras a alguém. Quando perguntei sobre a importância do sinal em sua vida, ele não entendeu a questão. As intérpretes que estavam na sala tentaram refazer a pergunta, porém, diante de várias tentativas sem sucesso, encerrei a entrevista.

No dia 25/09/2018, fizemos entrevistas individuais com Edicleide (Figura 6), Layane (Figura 7) e Márcia (Figuras 8 e 9), conforme essas ouvintes sinalizaram que seria melhor para elas, utilizando as perguntas da primeira dinâmica com os entrevistados Surdos como um guia, e realizando outras indagações que surgiram, conforme as respostas de cada participante indicavam pontos a serem explorados. Edicleide (Figura 6) e Layane (Figura 7), vale ressaltar, foram escolhidas por serem ouvintes atuantes na comunidade Surda de Salgueiro, enquanto a terceira pessoa, conforme já mencionei, foi indicada por elas, em razão da história do seu sinal-nome, que as intérpretes acharam relevante para a presente pesquisa.

Figura 6 Sinal-nome de Edicleide



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Edicleide é formado pela representação manual da letra E, com um movimento de mão na altura do queixo, sendo portanto, um nome visual híbrido (PAALES, 2011). Após se apresentar, ela explicou que o seu sinal foi criado há mais de 15 anos, quando começou a estagiar, durante o curso de Magistério, em uma classe de atendimento especial para Surdos.

Eu não sabia que eles podiam falar, nem que existia cultura Surda, nem as Línguas de Sinais. Abriu uma vaga de estágio nessa classe que tinha Surdos de todas as idades, porque naquela época eles não eram incluídos nas turmas regulares, e eu fui para ver como era. Chegando lá, conheci Orlando [que depois se tornou aluno do IF Sertão-PE campus Salgueiro] e ele criou o meu sinal. Disse que era porque eu tinha um sinal no queixo, que eu procuro até hoje e não sei qual é, e porque eu gosto de rir (MORAES, 2018).

Edicleide relatou que se apaixonou pela Libras e decidiu fazer outros cursos, até que se tornou intérprete e tradutora. Antes do estágio do Magistério, ela não sabia sobre a tradição de nomear as pessoas na Língua de Sinais Brasileira, mas gostou da referência construída pelo aluno Surdo em seu nome-visual e afirmou se identificar bastante com ele.

Nunca pensei em mudar, me acostumei com ele e gosto muito, não me imagino com nenhum outro sinal. Por um tempo, até ganhei um sinal temporário, porque o meu ficou parecido com o do [ex] governador Eduardo Campos, e durante um evento em que ele estava, fizeram o meu sinal e os Surdos se confundiram. Eles adaptaram o sinal de Eduardo para as representações da letra “E” e a de governador, e o meu, para a letra E com a representação de intérprete de Libras. Eu gostei, mas prefiro meu sinal normal, mesmo (MORAES, 2018).

Nesse momento, perguntei como era o processo de receber esses sinais temporários, e ela explicou que os Surdos que participam da comunidade são muito articulados e estão sempre em contato, facilitando a tomada de decisões sobre essas mudanças, e a difusão do conhecimento sobre o novo sinal.

Eles são muito criativos e têm muito conhecimento. É sempre o surdo que cria o sinal, o ouvinte não pode criar (MORAES, 2018).

É interessante observar que a fala dessa entrevistada transparece a existência de algumas fronteiras entre Surdos e ouvintes que vigoram, pelo menos, na comunidade de Salgueiro. Primeiro, a ideia de que os Surdos são mais criativos e possuem o conhecimento necessário sobre Libras, em contraposição aos ouvintes, que é suficiente para “autoriza-los” a criação de sinais-nome. Depois, que essa relativa autoridade dada aos Surdos, para decidir sobre os sinais-nome, inclusive sobre a adoção de nomes temporários, estabelece uma espécie de hierarquia entre Surdos e ouvintes que apenas são batizados. Acredito que esses posicionamentos legitimam uma narrativa de empoderamento dos Surdos em relação à sociedade ouvinte, de maneira que o sinal-nome funciona como um instrumento dessa nova condição.

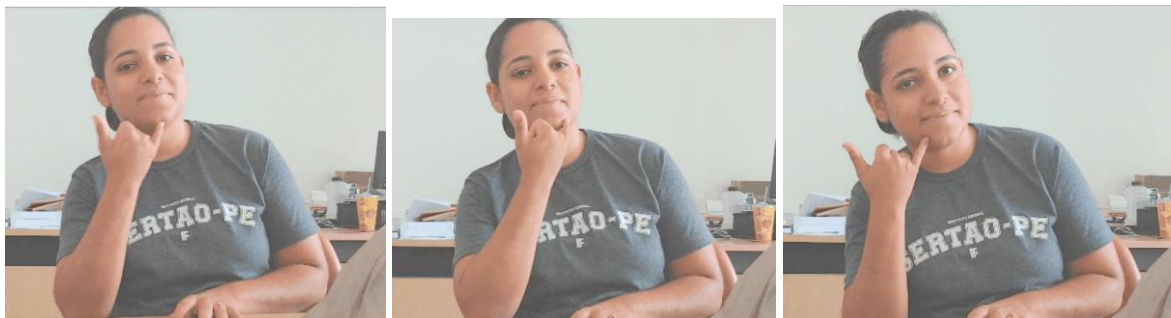
Quando perguntei sobre a frequência de uso e importância do seu sinal, Edicleide explicou que costuma usar em eventos, palestras, lugares onde há Surdos sinalizantes e situações nas quais precisa se apresentar. Também afirmou considerar o sinal-nome muito importante por acreditar que ele simboliza a relação entre os Surdos e deles com os ouvintes.

O sinal é um batismo, é o seu nome em Libras. Se você tem um sinal é porque tem contato com a comunidade, e eles [os Surdos] fazem parte do seu mundo, e você do mundo deles. É importantíssimo conhecer os sinais das pessoas (MORAES, 2018).

Essa interpretação do sinal-nome como um símbolo de inclusão é semelhante à demonstrada por Aline (Figura 2), quando a mesma relatou que pediu para ter um nome visual ao descobrir que as pessoas que faziam parte da comunidade Surda eram conhecidas dessa maneira. É curioso o fato de que, entre os Surdos que entrevistamos em Salgueiro, esse desejo não apareceu. Todos relataram que não sabiam sobre a tradição dos nomes visuais e aprenderam a se identificar com os seus sinais com o tempo, mas nenhum pediu para ser batizado, como os ouvintes fizeram. Percebi, nesse ponto, um desejo de inclusão bastante interessante, que pelo discurso das duas intérpretes, pode ter relação com a curiosidade e vontade de

aprender Libras da época em que estavam começando a se aproximar da comunidade Surda. O sinal-nome, nesse caso, parece funcionar como uma “porta de entrada” para ser aceito no grupo.

Figura 7 Sinal-nome de Layane



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Layane é formado pela representação da letra Y, com a mão acompanhando o queixo da direita para a esquerda, representando seu sorriso, sendo portanto, um nome visual que pode ser caracterizado como híbrido (PAALES, 2011). Quando começamos a entrevista, ela explicou que a história do seu sinal era complicada, pois foi batizada pelos Surdos mas não gostou do nome que recebeu, uma vez que esse primeiro sinal fazia referência a uma marca que ela tinha perto do nariz, com a qual os Surdos faziam piada, por isso se tornava ofensivo.

Eu dizia que não gostava. Isso foi em 2005, mais ou menos. Eles sugeriram fazer um novo sinal com a representação da letra L e um movimento perto do nariz, mas eu dizia que não queria porque achava feio. Então, pegaram o Y [que é a letra “do meio” em L-A-Y-A-N-E] e sugeriram fazer o movimento relacionado ao sorriso, aí eu gostei. Já faz sete anos que uso esse sinal (BARROS, 2018).

Layane contou ainda que foi batizada na escola, quando começou a estudar Libras, e até então não sabia nada sobre as pessoas terem sinais próprios na cultura Surda.

Primeira vez que ouvi falar de Libras foi numa entrevista na rádio. Eu estava lá porque gostava de dançar, e ouvi uma menina falando que tinha uma língua para Surdos, que na época era chamado de surdo-mudo, e quem quisesse aprender podia frequentar as aulas na escola Carlos Pena. Aí eu passei a ir nas aulas de Libras para ver como era e fui aprendendo. Pouco tempo depois de começar a assistir a aula, fui batizada com um sinal. Assim que você começa a conversar com eles [os Surdos], te ensinam o alfabeto e depois vão mostrando os sinais. Perguntam o nome e dizem qual é o sinal que a pessoa irá usar, foi bem rápido (BARROS, 2018).

Nesse momento, percebi que ela foi a única participante da pesquisa cujo sinal-nome faz referência a uma letra diferente da inicial do nome em Português. Layane explicou que como os Surdos utilizam uma característica da pessoa para compor o sinal, ficaram procurando uma alternativa com a qual ela concordasse, até que surgiu a ideia de representar o Y. Logo, não era obrigatório que o nome visual começasse com a letra inicial do nome da pessoa em Português, tendo mais importância o fato dela aceitar ou não aquela identificação. Em seguida, perguntei sobre o processo de mudança dos sinais, se os Surdos falavam abertamente sobre ser possível ou não criar um sinal diferente para alguém da comunidade. Layane respondeu que, para um ouvinte, o batismo pode gerar um pouco de desconforto, considerando que o Surdo é quem define como a pessoa será representada.

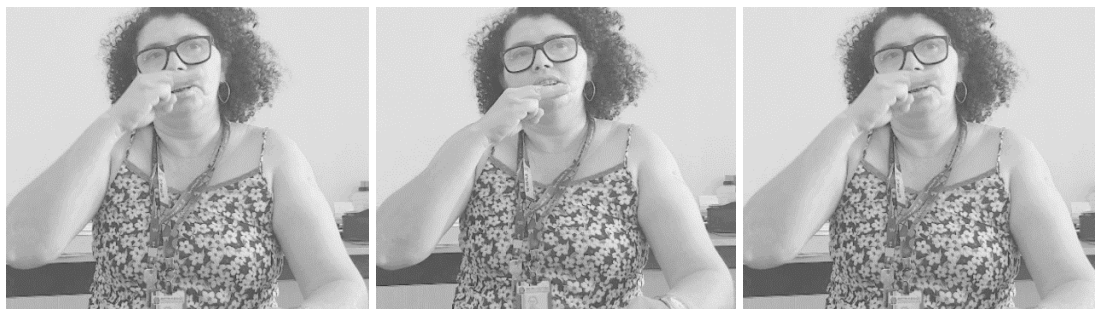
Você fica meio assim, ele chega e diz 'o seu sinal vai ser esse'. Mas você usar um nome que você não gosta é ruim. Quando você nasce, por exemplo, e ganha um nome de pai e mãe, às vezes não é algo que lhe agrada, e hoje já tem leis que deixam a pessoa mudar esse nome. É um processo, mas acho que é quase a mesma coisa do sinal em Libras, sendo que nesse caso é mais simples porque você não registra o sinal-nome em cartório. Não sei se daqui para frente vai ter uma lei que registre (BARROS, 2018).

Ela também mencionou a influência do regionalismo na adoção dos sinais-nome. Segundo explicou, todos os Surdos de Salgueiro já a conhecem pelo novo sinal (Y + sorriso), tendo incorporado essa representação no repertório cultural e linguístico do grupo, enquanto poucos chegaram a saber como era o antigo. Nesse caso, há uma facilidade maior em adotar um novo nome visual, porque a comunidade não se acostumou com o primeiro que foi criado. O peso do hábito na adoção do sinal também foi mencionado pelos outros participantes da pesquisa, como descrevemos no início deste capítulo. Francineide (Figura 3), conseguiu mudar o seu sinal pelo fato de o primeiro não ter sido tão difundido entre a comunidade, enquanto Cleverton (Figura 4) ficou impedido de alterar o seu por já ser conhecido desde criança como “o filho do cabeleireiro”.

Após receber o sinal “definitivo”, Layane (Figura 7) relatou que passou a se identificar e a gostar dele, pois sempre considerou seu sorriso como uma parte favorita do corpo, que lhe remete muito a lembranças positivas. Essa narrativa chama a atenção por sugerir um jogo de negociação entre as pessoas que são batizadas, aquelas que têm mais conhecimento sobre a cultura Surda e as

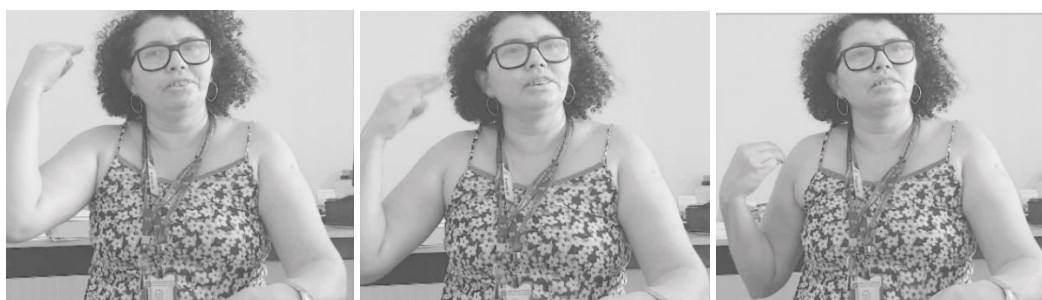
convenções da comunidade na qual estão sendo inseridas, pois a representação que é oferecida a elas passa a ter uma importância maior dentro daquele contexto social.

Figura 8 Sinal-nome de Márcia



**Fonte:** Elaboração própria.

Figura 9 Novo sinal-nome de Márcia



**Fonte:** Elaboração própria.

Márcia relatou que possui dois sinais-nome: o primeiro, criado quando ela começou a lecionar para um estudante Surdo do Ensino Médio, faz referência à letra M, inicial de seu nome, e os dentes proeminentes. Já o segundo, criado recentemente por Cleverton (Figura 4), também faz referência à letra M, porém, a característica física a qual ele remete é o cabelo cacheado. Márcia explicou que, quando ganhou o primeiro sinal-nome, ela não conhecia muita coisa sobre Libras ou a cultura Surda, com exceção do alfabeto manual, mas a necessidade de atender ao seu primeiro aluno Surdo a incentivou a tentar aprender mais sobre o tema. Por essa razão, ela participou de um encontro sobre Libras promovido por uma escola local, e nesse momento, foi batizada com o primeiro nome visual (Figura 8) que fazia referência aos seus dentes proeminentes.

Eu fiquei bem apavorada quando soube que tinha que lidar com um aluno Surdo. Tinha intérprete na classe, mas quando o intérprete

faltasse o que eu ia fazer? Fiquei angustiada. Nessa época, teve um encontro sobre Libras na escola Carlos Pena e eu achei que tinha que participar, porque se Gabriel era meu aluno eu tinha que saber pelo menos o mínimo para ensinar a ele. Eu não sabia de nada, só conhecia o alfabeto manual e achava o máximo, até descobrir que na sala de aula ele não serve de nada. Fui ao encontro sobre Libras e Gabriel me batizou com esse sinal [em referência aos dentes]. Na hora eu não pensei nem refleti, é o meu sinal. Não teve nenhuma reflexão, só aceitei. Depois é que eu fui me incomodando com ele, ao passar do tempo. Quando eu era professora de Gabriel, minha preocupação maior era que ele aprendesse, eu estava pouco me lixando para o sinal. Depois que fui tendo mais propriedade na compreensão do modo de aprendizagem deles é que eu comecei a encrencar, porque era a memória de um tempo de escola de muito bullying<sup>9</sup> e o sinal me remetia a isso (SÁ, 2018).

Márcia explicou que passou a compreender melhor o significado e a importância dos sinais-nome na cultura Surda, por isso, solicitou a Cleverton (Figura 4), pois o Surdo que a batizara já não era mais seu aluno) que fizesse uma nova representação para ela, contudo, encontrou resistência, devido à convenção de que os sinais não podem ser mudados depois de serem incorporados ao repertório da comunidade.

Eu estava na reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência -SBPC, e pedi a Cleverton (Figura 4) para criar um novo sinal para mim. Ele não gostou, ficou meia hora me olhando, mas eu não queria mais aquele [primeiro] sinal. Então Aline (Figura 2) começou a lembrar de outras pessoas para quem ele tinha mudado os sinais. Insisti para ter um sinal novo, então ele acabou criando um em referência ao cabelo cacheado (Figura 9). Não lembro direito como é porque foi muito recente, e desde a SBPC não tenho precisado usar o sinal, então acabei esquecendo. Mas gosto mais de ter um sinal sobre o meu cabelo do que sobre os dentes. Não é que ser dentuça não faça parte do que eu sou, mas faz referência a uma memória ruim. O cabelo não, ele me deixa pra cima, melhor que o dente (SÁ, 2018).

Nesse ponto, percebi novamente a força do hábito no uso dos sinais-nome, pois ainda que não goste do primeiro que recebeu, Márcia tem mais facilidade de lembrar dele, que já foi incorporado ao seu próprio repertório, do que do sinal que ela mesma solicitou. O fato de ter perdido um pouco o contato com os alunos Surdos e deixado de praticar a Libras no dia a dia também interferiram na memorização do seu sinal (Figura 9), diferente, por exemplo, do ocorrido com Layane (Figura 7), que solicitou um novo nome visual, mas passou a usá-lo com tanta frequência quanto o

---

<sup>9</sup> Segundo Olweus (1993), o bullying é um tipo de comportamento agressivo ao qual as pessoas e/ou grupos são expostos repetitivamente.

anterior, pois a profissão de intérprete e a imersão na comunidade Surda faziam com que ela precisasse se apresentar de maneira constante.

Também observei que, a partir do momento em que Márcia deixou de ver o sinal apenas como um recurso comunicativo, para compreender a dimensão simbólica desse artefato na comunidade Surda, ela mesma passou a projetar significados mais complexos à sua representação. Contudo, reiterou que o sinal, sozinho, não é suficiente para fomentar um sentimento de inclusão na comunidade Surda. Percebi que, por ser professora, e sentir no dia a dia a necessidade de comunicação com o aluno Surdo contextualizada com a sua cultura e modo de apreensão do conhecimento, a Língua tem uma importância muito maior, para Márcia, do que o sinal-nome, pois ela valoriza o fato de conseguir interagir de uma forma minimamente autônoma com os estudantes.

Como consigo fazer alguns cumprimentos básicos e ter uma certa interação, sempre me senti próxima [da comunidade]. Não é só o sinal. A gente consegue ter uma sintonia, uma conversa, mesmo sendo atrapalhada porque eu troco os sinais e não domino [a Libras]. Mas os meninos sempre foram muito receptivos (SÁ, 2018).

Ela explicou que, até ingressar no Instituto Federal como professora, não havia muitos espaços de discussão e reflexão sobre a cultura Surda, ficando o tema muito restrito à preocupação com a acessibilidade, entender Libras para conseguir conversar com o aluno, preparar uma didática que seja apropriada para apreensão visual do conteúdo, etc. Isso remete às falas de Aline (Figura 2), Edicleide (Figura 6) e Layane (Figura 7) sobre os espaços escolares nos quais elas tiveram contato com a Libras pela primeira vez, onde também era escasso o conhecimento sobre cultura Surda, e o foco do ensino da Língua estava voltado apenas para a solução prática da comunicação entre professores e alunos.

Nesses discursos, transparece a invisibilização dos Surdos como grupo cultural, que predominou durante tantos séculos, sustentada pelas narrativas medicalizadoras sobre a surdez, como discutimos no início deste capítulo. É perceptível que a prática de criação dos sinais-nome e a compreensão da complexidade dessa tradição acaba contribuindo com a legitimação de uma narrativa diferente, calcada no reconhecimento da cultura e de outras percepções sobre a surdez e os Surdos, mesmo entre as pessoas que não possuem uma atuação tão forte nas comunidades Surdas, como foi demonstrado nas falas de Márcia.

#### 4.3. PERCEPÇÕES SOBRE OS SINAIS-NOME NA COMUNIDADE DE PETROLINA

A experiência de coleta de dados em Petrolina-PE apresentou algumas dificuldades que provocaram uma mudança na dinâmica adotada em Salgueiro-PE, para não comprometer o andamento da pesquisa. Inicialmente, eu consegui autorização para desenvolver a coleta de dados na Igreja Batista em Areia Branca, onde contaria com o apoio de um intérprete de Libras que conhecia os Surdos que frequentavam a comunidade, e poderia mediar a minha aproximação com o grupo, além de traduzir as entrevistas e os termos de consentimento. Porém, o fato de haver somente ele para fazer as traduções acabou atrasando o cronograma, pois fiquei limitada à sua disponibilidade, e depois de algumas remarcações das entrevistas, decidi buscar outra comunidade Surda no mesmo município. Escolhi, então, a Igreja Batista da Vila Eduardo, conhecida como Igreja dos Surdos. Além dos cultos traduzidos para Libras, essa instituição atende Surdos adultos e crianças nas atividades da escola dominical, culto de oração, promove oficinas de Libras para Surdos e ouvintes, acampamentos para Surdos, entre outras ações.

No dia 20/09/2018, solicitei ao pastor Valdir, responsável pela igreja, a autorização para a coleta de dados, a qual foi prontamente consentida. No dia 22/09/2018, fiz um primeiro contato com a comunidade, participando das oficinas temáticas que a igreja estava promovendo em comemoração ao Dia Nacional dos Surdos. Após o término das oficinas, me apresentei e expliquei a proposta desta pesquisa, convidando os Surdos a participar. Diante da negativa do grupo, decidi frequentar a igreja em alguns domingos para que outros Surdos ficassem mais familiarizados com a minha presença e pudessem se sentir mais à vontade para participar da pesquisa. Retornei ao local no dia 23/09/2018, no culto noturno, e nas atividades da escola dominical, nos dias 30/09/2018, 14/10/2018 e 04/11/2018, contando com a ajuda de três intérpretes de Libras que faziam parte da comunidade.

No dia 23/09/2018, a igreja promoveu um culto especial em comemoração ao Dia Nacional do Surdo, que foi ministrado em Libras e traduzido para o Português, com duração de aproximadamente duas horas. Havia muitos espectadores Surdos, adultos e crianças, de idades variadas. O pastor Everaldo, que estava ministrando o culto, saudou os presentes e falou sobre a programação de atividades da semana. Quando ele se referiu ao pastor Valdir, se confundiu e usou o sinal-nome de outra pessoa, contudo, na mesma hora, percebeu o engano e fez o nome visual correto.

Em seguida, ele falou sobre uma das mulheres que frequenta a igreja. Primeiro, indicou o nome dela com o alfabeto manual da Libras, depois, perguntou se alguém sabia o sinal-nome correspondente, ao que algumas pessoas responderam positivamente, ensinando o pastor a fazer o movimento correto, que ele repetiu.

Ao apresentar a programação semanal da igreja, Everaldo falou sobre uma palestrante externa que estaria presente em um dos eventos e fez o sinal-nome dela, para que todos pudessem aprender. Achei interessante que ele não soletrou o nome dela com o alfabeto manual, como fez quando se referiu a uma das mulheres que frequenta a igreja, mas reproduziu somente o sinal-nome, como se o nome dela em Português não fizesse diferença para os Surdos, importando somente aprender como se referir a essa pessoa em Libras.

Após esse momento, Everaldo perguntou quem estava frequentando a igreja pela primeira vez e pediu que os novatos se identificassem, informando seus nomes e se tinham sinais. Percebi que, quando não sabia o nome nem o sinal de uma pessoa, o pastor chamava a atenção dela por alguma característica física, como por exemplo: “Você, de boné, qual seu nome? Você tem sinal?” e “Você, de cabelo cacheado, qual seu nome? Você tem sinal?”. Observei que essa lógica é muito semelhante à utilizada para criar os sinais-nome, conforme Heredia (2008), Meadow (1977) e outros autores já mencionados neste capítulo constataram em outras comunidades, pois destaca um aspecto físico das pessoas sobre as quais se quer falar, de maneira a diferenciá-las dos outros.

Um dos presentes, uma mulher que acompanhava um homem Surdo, respondeu que não tinha sinal-nome por ser ouvinte. O pastor disse, então, que os ouvintes que têm contato com os Surdos também têm sinais, e deu as boas-vindas à igreja. Ao refletir sobre essa situação, percebi três coisas: 1– para a mulher em questão, os sinais-nome eram exclusivos dos Surdos, ou seja, funcionavam como uma marca de diferenciação entre eles e os ouvintes; 2 – A fala dessa pessoa sugere que, para ela, os ouvintes não precisam de sinais-nome, talvez porque possam ouvir e chamar os outros pelos nomes em Português; e 3 – a necessidade do sinal-nome no cotidiano das comunidades Surdas como estratégia de identificação, uma vez que o pastor afirma que não são todos os ouvintes que têm sinais, mas somente aqueles que têm contato com algum Surdo.

Quando o culto terminou, um dos intérpretes me apresentou novamente à comunidade, explicando os objetivos de nossa pesquisa e convidando os

interessados a participar. Tive uma resposta positiva, e nos dirigimos a um local mais reservado da igreja, mais silencioso, para entrevistar o participante José Carlos Ferreira (Figura 10). Ele perguntou se a entrevista seria demorada, pois tinha combinado com outros Surdos de sair para comer pizza. O intérprete que me auxiliava explicou que era comum fazerem isso depois do culto, então, combinamos que a entrevista seria rápida, contemplando as principais questões que eu já havia usado em Salgueiro-PE, na primeira etapa da coleta de dados.

Figura 10 Sinal-nome de José Carlos



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de José Carlos é formado pela representação da letra J em Libras e um movimento em alusão a uma cicatriz que ele tinha na mão direita quando foi batizado pelos Surdos. A entrevista dele foi uma das mais difíceis que fiz, pois Carlos teve muita dificuldade de compreender as perguntas, mesmo com várias tentativas do intérprete. Porém, consegui apreender algumas respostas interessantes, que reforçam as falas dos outros participantes da pesquisa. Após se apresentar, José Carlos explicou que recebeu o seu sinal-nome durante a infância, quando começou a estudar em uma escola com uma professora Surda. Até o momento, ele se comunicava apenas por mímica, porém, essa profissional, na medida em que ia ensinando a ele sobre o alfabeto manual e a estrutura da Libras, passou a falar também sobre a cultura Surda, e explicou a José Carlos que as pessoas eram representadas por sinais-nome. Ela, então, criou um sinal para ele em referência a uma cicatriz que havia em sua mão, combinado com a letra J, que é inicial de seu nome, configurando um sinal híbrido (PAALES, 2011).

Ela criou esse sinal porque geralmente é uma característica da pessoa. Conheço algumas pessoas que já quiseram trocar o meu sinal, sugeriram outras características, mas nunca aceitei. [a cicatriz] é uma característica minha, sempre quis esse [sinal] mesmo. Às vezes, quando [o sinal] é uma deficiência, as pessoas fazem piada e ficam provocando, mas nunca quis mudar (FERREIRA, 2018).

Ele também explicou que aprendeu a criar os sinais, e já fez isso para alguns amigos. O processo de pensar em uma característica física marcante foi apreendido observando outros Surdos fazerem o mesmo. Percebi, em sua fala, que a ideia de comunidade e de aprendizado em conjunto eram frequentes.

Surdo, ouvinte, todos são capazes de aprender. Quando vejo alguém que não sabe muito [Libras], tento trazer para junto da comunidade, ensinar aos poucos, e assim vamos crescendo juntos. Eu mesmo não sabia, fui aprendendo, crescendo, procurando trabalho. Algumas pessoas discriminam [quem não sabe Libras], mas eu, não.

Essa narrativa remete aos discursos essencialistas sobre os Surdos que percebi em Strobel (2016), pois essa autora fala da valorização das Línguas de Sinais nas comunidades Surdas como uma forma de superação do estigma da deficiência, e do peso que a Língua tem na construção da identidade Surda nessa perspectiva (só é Surdo quem sinaliza, vive em comunidade, etc). É um discurso muito característico do período pós-colonialista, quando os movimentos sociais passaram a reivindicar outras representações fora do escopo do “defeito”, da falta de audição, como discuti no início deste capítulo. Notei que, na comunidade de Salgueiro, essa conotação não é tão expressiva nas falas dos entrevistados.

No dia 30/09/2018, fui assistir às atividades da escola dominical. Essa programação, conforme o pastor explicou, é dividida em salas específicas para ouvintes e Surdos, adultos e crianças. Fiquei na sala dos Surdos adultos, com dois intérpretes de Libras. Na ocasião, um grupo de missionários de Juazeiro do Norte-CE conduziu a programação, explicando aos presentes sobre as atividades que eles desenvolviam nas comunidades Surdas daquela localidade. Após o encerramento, pedi ajuda a um dos intérpretes e me apresentei mais uma vez, explicando os objetivos da pesquisa e convidando as pessoas a participarem.

Desta vez, tive três respostas positivas: Herculano (Figura 11); Dalila (Figura 12) e Everaldo (Figura 13). Dalila já havia sido indicada por um dos intérpretes que me auxiliava como um potencial participante, pois era mais receptiva a conversar e poderia aceitar o convite. Os três participantes concordaram com a divulgação dos

nomes, sinais, depoimentos e imagens, e assinaram os termos correspondentes (conforme anexo 4).

Figura 11 Sinal-nome de Herculano



**Fonte:** Elaboração própria

O sinal-nome de Herculano é formado pela referência às sobrancelhas grossas, conforme indicado na figura acima, podendo ser classificado como um sinal descritivo (MEADOW, 1977). Ele foi batizado quando fez seu primeiro curso básico de Libras, em 2016. Na ocasião, a professora Surda explicou que os sinais-nome eram usados para identificar as pessoas nas comunidades Surdas. Ela viu as características de cada aluno e foi criando nome visuais para cada um. Até esse momento, Herculano não sabia nada sobre essa tradição, mas depois do batismo feito pela professora, ele passou a pesquisar sobre o assunto e ouviu explicações, também, de outros Surdos da comunidade.

Quando questionado se gostava do seu sinal, Herculano respondeu que sim, e relatou que, no ato do batismo, a professora explicou a referência às sobrancelhas grossas que ele tinha. Por ser uma característica que já apreciava, ele afirmou ter gostado bastante de ser identificado daquela forma. Porém, se pudesse mudar o próprio sinal, talvez o faria, pois muitas pessoas na comunidade possuem sinais semelhantes àquele. Herculano explicou ainda que, durante as palestras e eventos da comunidade, já encontrou pessoas com sinais iguais ao seu. Nessas situações, o grupo adotava a estratégia de apontar para o sujeito de quem falava, ou tentar especificar a pessoa por alguma característica física adicional, como “aquele mais moreno ou mais claro”, etc.

Ele relatou que os próprios Surdos sugeriram uma adaptação para o seu sinal, que seria a referência à sobrancelha grossa, seguida de um movimento com o dedo indicador direito na direção dos olhos, para indicar o formato mais “puxado”.

Foi uma estratégia semelhante à adotada pelos Surdos de Salgueiro-PE, quando perceberam que Edicleide (Figura 6) tinha um sinal-nome igual ao do ex-Governador de Pernambuco, Eduardo Campos. Porém, ao invés de usar outra característica física como traço distintivo, eles escolheram adotar as funções sociais de cada um, ficando “intérprete de Libras” para Edicleide e “Governador” para Eduardo Campos, sempre que os dois estivessem no mesmo evento. Acredito que, nesse caso, essa distinção era mais eficaz do que uma característica física, pois o cargo público de Governador era bastante conhecido, e portanto, suficiente para diferenciá-lo.

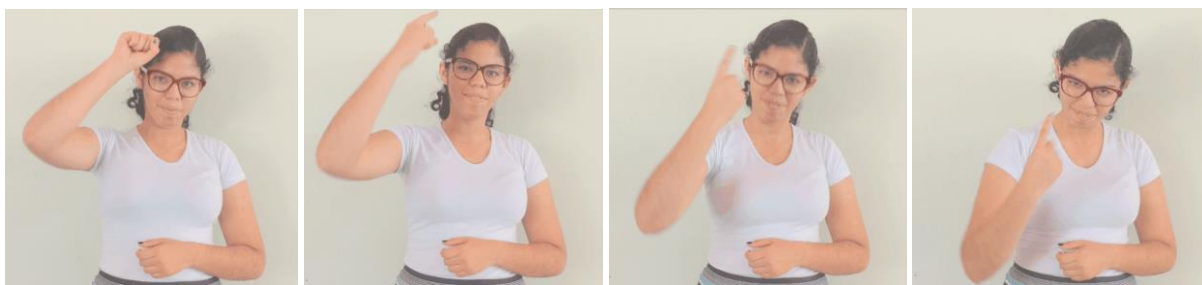
Na sequência, perguntei a Herculano se ele adotaria o sinal-nome adaptado, conforme os Surdos de sua comunidade sugeriram, e ele respondeu que preferia manter o original, pois gostava dele e já era bem conhecido. Isso remete a duas situações semelhantes vivenciadas em Salgueiro. A primeira foi a explicação dada por Cleverton (Figura 4) sobre a mudança de sinal de uma amiga, que só foi possível porque tinha sido criado há pouco tempo. E a segunda, a resistência da comunidade Surda em atribuir um novo sinal-nome para Márcia (Figuras 8 e 9), uma vez que o seu antigo sinal já era bastante conhecido. Percebi, com essas situações, que, na verdade, não há uma única lógica, norma ou instrução para a criação de sinal-nome nessas comunidades Surdas, prevalecendo tanto o hábito de nomear a pessoa por um sinal específico quanto o apreço desse sujeito pelo seu nome visual como fatores determinantes para a permissão ou não da mudança de sinais.

Em seguida, perguntei sobre a relevância do sinal-nome na vida de Herculano e ele respondeu que os Surdos, assim como os ouvintes, às vezes, têm dificuldade de lembrar o nome das pessoas numa conversa, e quando se usa uma identificação visual, ou seja, o sinal, a memorização é mais fácil. Por essa razão, os sinais-nome têm muito valor no cotidiano das comunidades Surdas. Ele ainda explicou que:

Uso diariamente, por causa do contato [frequente com os Surdos]. Quando alguém conta uma história, fala de você, no lugar de fazer a datilologia do nome, faz o sinal. Quando falamos com Surdos que já conhecemos não usamos tanto, mas sempre tem algum surdo novo e aí precisa usar o sinal (LOURENÇO, 2018).

Para finalizar a entrevista, perguntei se o sinal-nome o fazia sentir-se mais pertencente à comunidade Surda. Herculano respondeu que compreendia que o sinal-nome é um traço característico das comunidades Surdas, portanto ao ser batizado com uma identificação visual passou a sentir-se mais vinculado ao grupo.

Figura 12 Sinal-nome de Dalila



**Fonte:** Elaboração própria.

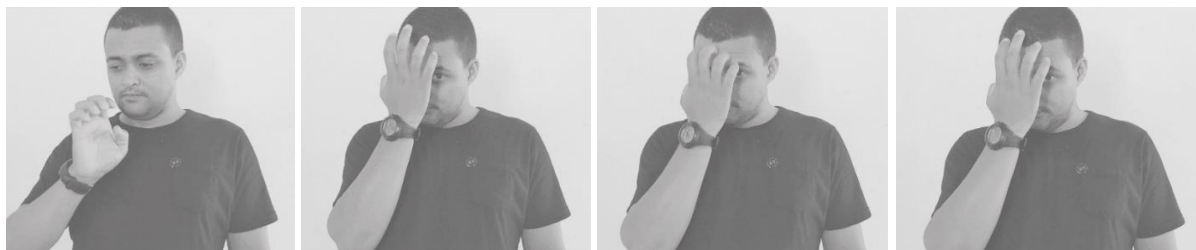
O sinal-nome de Dalila é formado pela mão direita fechada na lateral da cabeça, com um movimento feito pelo indicador direito de cima para baixo, em alusão à maneira como ela amarrava o cabelo cacheado e longo, sendo por isso, um sinal descritivo (MEADOW, 1977). A entrevista dela, assim como a de José Carlos (Figura 10), também apresentou dificuldades de tradução, pois ela não entendeu algumas perguntas que precisei repetir. Porém, mesmo assim, consegui compreender alguns fatos curiosos sobre o seu sinal-nome.

O sinal de Dalila foi criado pela professora, na escola, quando viu que ela penteava o cabelo daquela forma, com duas amarrações. Inicialmente, ele era composto pelo movimento das duas mãos, porém, com o tempo, Dalila passou a fazer o nome visual somente com uma mão, por ser mais prático, e se tornou conhecida na comunidade Surda dessa maneira. Dalila contou que a professora tinha o costume de se referir aos alunos por sinais específicos, e assim ela foi aprendendo o nome visual de cada colega. Mas, ao contrário dos outros relatos que ouvimos sobre a criação dos sinais-nome, a professora em questão era ouvinte. Perguntamos como essa profissional poderia ter criado os sinais sem ser Surda, mas Dalila respondeu que a professora sabia Libras e atendia os estudantes Surdos em uma sala específica, semelhante a que Edicleide (Figura 6) mencionou que conheceu durante o estágio no curso de Magistério.

Percebi, com esses discursos, que nessas comunidades, o contato dos Surdos com a Libras aconteceu principalmente na escola, por intermédio de professores, Surdos ou ouvintes, mas que conheciam a Libras e a cultura Surda o suficiente para iniciar os alunos nessas tradições, sem que o fato de ouvir ou não interferisse na aceitação dos sinais, até porque a maioria dos Surdos que entrevistei

não fazia ideia do que era a cultura Surda, então não poderia imaginar uma outra forma de ser batizado com um sinal. Talvez, nas comunidades mais isoladas, em que não há tanta presença de ouvintes, e o ensino de Libras na escola é feito por professores Surdos, haja uma resistência maior à aceitação de ouvintes criarem sinais-nome.

Figura 13 Sinal-nome de Everaldo



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Everaldo é uma referência à letra inicial de seu nome e o movimento de pentear o cabelo para frente, sendo, portanto, um nome visual híbrido (PAALES, 2011). Quando questionado sobre a origem do sinal, ele relatou que foi batizado aos 11 anos de idade, em Juazeiro do Norte-CE, pelos Surdos que frequentavam a sua casa para estudar, pois sua mãe ministrava aulas de reforço escolar.

(...) os Surdos me viram penteando o cabelo dessa forma [fez o movimento do sinal], como se fosse lambido, e me deram esse sinal. Poderia ter sido alguma coisa relacionada ao meu peso, mas eles preferiram o cabelo. [Com o tempo] mudou minha característica física [pois não tem mais cabelo grande], mas o sinal permaneceu (OLIVEIRA, 2018).

Ele explicou, ainda, que já conhecia a tradição de nomear as pessoas dessa forma nas comunidades Surdas, pois aprendeu sobre isso com os alunos de sua mãe, que também lhe ensinaram a Libras.

Eles me deram o sinal porque não conseguiam soletrar o meu nome [com o alfabeto manual em Libras] e porque eu pedi. Aí eles pensaram e criaram esse. Já sabia que cada pessoa tinha um sinal, minha casa era uma escola de Surdos, pois minha mãe dava aula de reforço para as crianças Surdas. Nesse período, eu aprendi a Língua Brasileira de Sinais com eles, e me explicaram que cada pessoa tinha um sinal. Então, eu também quis um nome visual. Foi rápido, quando tem alguns Surdos criativos, eles veem logo a característica mais marcante da pessoa e criam o sinal (OLIVEIRA, 2018).

Essa fala de Everaldo dialoga como a necessidade já expressada por Herculano (Figura 11) de ter um sinal-nome para sentir-se incluído. Em ambos os casos, o conhecimento sobre a identificação visual como um traço característico das comunidades Surdas foi o elemento motivador para os ouvintes reivindicarem um sinal-nome e desenvolverem uma noção maior de pertencimento junto aos grupos que conviviam. Mckee e Mckee (2000), em seus estudos sobre esse tema, aplicado nas comunidades Surdas da Nova Zelândia, explicam que os sinais-nome têm essa dupla função, tanto como demarcador do ingresso de uma pessoa na comunidade Surda quanto como ponto de partida para formação identitária do sujeito naquele contexto sociocultural. Nesse sentido, os participantes da presente pesquisa parecem demonstrar que quanto mais usam o sinal-nome e se habitam a serem identificados daquela forma, menos parecem pensar em modificá-lo.

Apesar de achar que essa característica de pentear o cabelo para frente era uma gozação comigo, pensei que não tinha problema, porque eu realmente fazia isso. Hoje, eu não mudaria porque o sinal já faz parte do meu nome. É igual ao seu nome de batismo, não tem necessidade de mudar. Assim como na Língua Portuguesa nem todo mundo sai mudando o nome, na Língua Brasileira de Sinais também não. Conheço algumas pessoas que mudaram seus sinais porque não gostaram deles ou eram jocosos, mas são exceções (OLIVEIRA, 2018).

Sobre a frequência de uso do seu nome visual, Everaldo relatou que usa sempre na igreja, por ser um dos pastores, e também nas videoconferências, quando os Surdos ligam uns para os outros. Ele sempre se apresenta fazendo somente seu sinal, sem precisar soletrar seu nome em Português.

Uma pessoa não se sente bem se for chamada assim: 'Ei, bichinho', 'Eu conheci aquele menino, aquela moça, gordinha, magrinha'. É sempre melhor dizer 'Patrícia, Joana', pois é o nome correto. Da mesma forma, os Surdos preferem ser chamados pelos seus sinais, que são seus nomes visuais (OLIVEIRA, 2018).

Essa comparação expressa por Everaldo apareceu de maneira semelhante na fala de Herculano (Figura 11), sugerindo que a tradição de nomear as pessoas com um sinal-nome ultrapassa a mera solução de um problema prático do cotidiano - soletrar o nome em Libras - , constituindo-se muito mais como um marcador identitário, que funciona como uma referência, conforme explica Mariani (2014):

Esse funcionamento linguístico e social mostra tanto o aspecto convencional do nome próprio quanto implica seu caráter referencial, produzindo um efeito de identidade por sua repetição. O nome próprio funciona como uma referência para o sujeito, uma vez que o

sujeito é designado e se designa a partir desse nome (MARIANI, 2014, p. 134).

Essa importância é reiterada na fala de Everaldo, quando o mesmo (re)afirma que “No início, meu sinal representava uma característica física, mas hoje é o meu nome, minha identidade”. Nesse trecho da fala dele, também apreendi que a identificação com o sinal-nome foi sendo desenvolvida conforme a comunidade Surda tornava-se mais importante em sua vida, possivelmente tanto pelas atividades que realizava junto a ela, como pelo uso repetitivo do seu sinal, ou seja, o hábito de ser identificado daquela forma.

Figura 14 Sinal-nome de Eduardo



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Eduardo é formado pela referência aos óculos e ao cabelo cacheado, sendo portanto, um sinal descritivo (Meadow, 1977). Ele explicou que era oralizado até começar a aprender Libras, na comunidade Surda de Recife (PE). Na medida em que o seu conhecimento sobre os sinais foi aumentando, ele deixou de se comunicar oralmente, e hoje, utiliza somente a Libras.

O sinal de Eduardo foi criado quando ele era criança, com cerca de quatro ou cinco anos de idade, por um amigo Surdo.

Meu amigo, que criou o sinal, perguntou se eu gostei, eu disse que sim. Ele observou essa característica que eu tinha, o cabelo cheio e os óculos. Meu cabelo era muito cheio e às vezes eu cortava. Hoje eu sou careca, mas não mudaria o meu sinal (JÚNIOR, 2018).

Durante a entrevista, Eduardo demonstrou bastante resistência à ideia de mudar de sinal, mesmo que a característica do cabelo não seja mais visível. Ele explicou que a modificação de um nome visual provoca confusão na comunidade Surda, pois vai haver pessoas que conheciam o sinal antigo, as que só conhecem o novo, e durante uma conversa, poderia ser muito difícil entender a referência a ele.

Se algum Surdo perguntar ‘Você conhece Eduardo?’ e fizer o sinal, vai saber que sou eu. Meu cabelo já caiu, mas eu não mudaria nunca o meu sinal. Se mudar de sinal causa confusão. O sinal é único e pronto. O sinal é importante para chamar, conversar, fazendo o sinal, todos conhecem quem é o Surdo (JÚNIOR, 2018).

Com essa fala, Eduardo endossou o que os outros participantes de nossa pesquisa, Surdos e ouvintes, afirmaram quanto à utilidade prática dessa forma de representação. É interessante que, embora os entrevistados demonstrem tanta resistência à mudança de sinal-nome, essa prática pode ser bastante comum em outras culturas Surdas, como por exemplo, na Grécia. Segundo Kourbetis e Hoffmeister (2002), nesse país, quando um ouvinte adulto é batizado em uma determinada comunidade Surda e muda para outra localidade, há grande probabilidade de os Surdos dessa nova região modificarem o seu sinal-nome. Já entre os Surdos estonianos é possível ter até quatro sinais diferentes (PAALES, 2010). Acredito que tantas formas distintas de vivenciar a mesma tradição contribuem com a desconstrução da ideia de cultura Surda como um conjunto uniforme de costumes, comuns a toda comunidade. Ainda mais quando, a partir das entrevistas feitas em Salgueiro e Petrolina, percebe-se como as opiniões divergem, mesmo os sujeitos fazendo parte do mesmo grupo.

O próximo participante entrevistado foi a ouvinte Nacelha, que optou por não ter o sinal-nome filmado. O sinal dela é formado pela representação da letra N e a referência aos olhos puxados, sendo, portanto, híbrido (MEADOW, 1977). Ela foi batizada em 2001, durante um curso de Libras, que na época era chamado de “Curso de Mímica” e ministrado por um professor ouvinte. Apesar de ter aceito participar da pesquisa, tendo assinado o TCLE (conforme anexo 3) não autorizou a divulgação de sua imagem, por essa razão, utilizei a escrita de sinais ao invés de fotografias para ilustrar o seu nome visual.

Nacelha teve uma experiência bastante diferente dos outros participantes com a criação do seu sinal-nome. Ao contrário dos demais, que foram batizados por amigos, professores ou familiares, ela criou o próprio sinal, durante uma oficina de Libras.

O professor explicou que cada pessoa tinha um sinal na cultura Surda, e que ele era formado por alguma característica física marcante. Ele disse que para ter um primeiro contato com a comunidade Surda, além de saber Libras, era importante já ter um sinal-nome. Então, a primeira tarefa foi cada aluno se observar no espelho, ver se tinha alguma mania e criar o próprio sinal.

Independente de ser Surdo ou ouvinte, todos fizeram isso. Foi difícil, eu fiquei sem saber o que fazer, então pensei no que as pessoas diziam de mim: eu era conhecida por ter o cabelo grande e o olho puxado. Optei pelo olho e fiz o meu sinal. Depois os surdos falaram que não podia mudar.

Perguntei a ela se os Surdos da comunidade tiveram alguma resistência em aceitar o sinal-nome que não tinha sido criado por um deles, mas ela respondeu que não houve distinção e todos se habituaram a identificá-la daquela maneira. Até aprender algumas coisas sobre a Libras e a cultura Surda naquela oficina feita em 2001, Nacelha não conhecia nada sobre o assunto, a não ser os Surdos que moravam em sua vizinhança, mas que viviam sem se comunicar com as outras crianças por não falarem Libras, nem serem oralizados. Depois da oficina, ela descobriu uma escola, por indicação do professor, que era frequentada por Surdos sinalizantes, e lá, Nacelha ficou por dez anos aprendendo e ensinando Libras.

Quanto à importância do sinal-nome, ela relatou que acredita ser o elemento principal da identidade Surda.

Quando eles [os Surdos] se assumem e se aceitam, o sinal é o elemento mais importante. Tanto que, dependendo do Surdo, ele pode conviver com uma pessoa vários anos e não saber o nome dela, só o sinal. Isso aconteceu comigo com alunos meus lá em Juazeiro. Uma aluna que, após oito anos na escola, teve que sair e me mandou uma carta com meu nome errado. Eram muitos anos de convivência, mas ela não sabia meu nome. Por outro lado, os Surdos que conviveram comigo nunca vão esquecer o meu sinal. Comigo é diferente, se eu deixo de conviver com os Surdos, eu esqueço os sinais. Os Surdos não, memorizar o visual é mais fácil para eles (OLIVEIRA, 2018).

Nacelha, portanto, no nosso encontro, revelou um aspecto interessante de sua comunidade, que é a importância dada à memorização dos sinais-nome. Segundo ela mesma contou, para os Surdos, esquecer um sinal de alguém é demonstrar que aquela pessoa não foi importante o suficiente para ser lembrada.

Quando eu não vejo um Surdo com tanta frequência e esqueço o sinal, eles olham pra mim com uma cara feia, como se não tivessem sido importantes para eu me lembrar dos seus sinais. Aí eu digo que estou velha e não tenho boa memória, e tudo fica bem. É importante lembrar dos sinais, mas para os ouvintes, pela própria cultura, se torna mais difícil, quando você não tem contato diário com a pessoa. Eu lembro mais fácil do nome, e não do sinal (OLIVEIRA, 2018).

Sobre a possibilidade de mudança do sinal, uma vez que foi ela mesma quem se batizou, Nacelha disse que não adotaria uma nova identificação, pois acredita que escolheu um nome visual muito marcante e que lhe representa bem.

Os Surdos ficaram fazendo gracinha dizendo que era do Japão, que o meu sinal deveria ter um complemento relacionado a artes marciais, mas só porque eles gostam de fazer piada. Eu não mudaria. Já encontrei pessoas em Fortaleza, outra cidade no Ceará que era parecido o sinal, mas idêntico mesmo, não. E até quando é idêntico, durante a conversa você consegue distinguir a pessoa, especificar ‘Fulano é de Fortaleza, fulano é de Petrolina, etc’.

Nesse trecho, é possível fazer uma conexão com as falas de Edicleide (Figura 6) e Herculano (Figura 11), para perceber a diversidade de estratégias adotadas pelos Surdos para diferenciar as pessoas e os sinais, quando são muito semelhantes. Enquanto, no círculo de amigos de Nacelha, usa-se a cidade natal da pessoa como traço distintivo, no de Edicleide (Figura 6) predominou a profissão, e no de Herculano (Figura 11), as características físicas. Assim como sugerem que a mudança completa de sinal-nome é evitada no dia a dia das comunidades, essas estratégias demonstram, mais uma vez, que cada grupo tem suas particularidades, e que as convenções sobre os sinais-nome são igualmente idiossincráticas. É curioso fazer essa constatação quando se sabe que essa tradição de nomear em sinais, entre outros artefatos culturais, é um dos traços que os discursos essencialistas como os de Strobel (2016) costumam defender como algo que unifica os Surdos na condição de pessoas diferentes, um “povo” com sua própria história e tradições distintas dos ouvintes.

Figura 15 Sinal-nome de Jaime



**Fonte:** Elaboração própria.

O sinal-nome de Jaime é formado pela referência aos óculos quadrados, sendo, portanto, descritivo (MEADOW, 1977). A entrevista com ele foi bastante difícil, pois além dos problemas de tradução e compreensão das nossas perguntas, que outros participantes Surdos também demonstraram, ele tem a visão quase toda comprometida, e não conseguia enxergar muito bem a fala do intérprete que me auxiliava. Mesmo assim, tentamos repetir as perguntas várias vezes, nos deslocamos para uma área da igreja que tinha menos claridade, para que, dessa forma, ele pudesse enxergar melhor e participar da pesquisa, ainda que apresentasse respostas curtas, devido à sua condição física.

Jaime relatou que recebeu o seu sinal-nome em Brasília, ainda criança. Na época, ele não conhecia muitos sinais em Libras, mas um amigo Surdo que era mais proficiente fez o seu batismo. Quando morava na referida cidade, Jaime convivia, principalmente, com ouvintes, mas após um tempo começou a frequentar a associação de Surdos de Brasília e a aprender Libras, observando os outros conversarem. Foi dessa forma que ele descobriu a tradição de nomear as pessoas com um sinal. Quando perguntamos sobre a frequência de uso e importância do seu nome visual, Jaime explicou que usa em conversas com outros Surdos e que gosta bastante dele, tendo uma importância grande em sua vida, mas não soube definir detalhadamente as razões dessa consideração.

Figura 16 Sinal-nome de Valdir



**Fonte:** Elaboração própria.

Valdir é o pastor da Igreja Batista da Vila Eduardo, e o sinal dele é formado pela representação da letra V com movimentos repetitivos em direção ao peito, conforme ilustra a figura acima. No dia 23/09/2018, no início do culto em homenagem ao Dia Nacional dos Surdos, ele se apresentou como filho de pais Surdos, destacou que conhece bem a Língua Brasileira de Sinais, pois sempre teve contato frequente com as comunidades Surdas, participava das ações da igreja voltada para os Surdos, e tem uma preocupação com a aprendizagem da Libras pelas crianças filhas de Surdos que frequentam a Igreja.

Esse discurso parece ter sido uma maneira dele se reafirmar como membro ativo da comunidade Surda da Igreja, quase um ato político de preocupação com as demandas específicas do referido grupo. Essa prática causou empatia entre o público Surdo que estava visitando a Igreja pela primeira vez. Ressalto, que durante toda a coleta de dados, escutei relatos sobre a desconfiança que alguns Surdos costumam ter em relação aos ouvintes. Essa situação justifica a postura adotada por Valdir e, inclusive, manifestava-se como um possível obstáculo à realização da pesquisa, já que eu não era conhecida por frequentar a comunidade, nem domino a Libras.

No dia 04/11/2018, quando consegui realizar a entrevista individual com o pastor Valdir, questionei a origem do seu sinal-nome, e ele explicou que os pais o batizaram com esse sinal (ver Figura 17), quando ele nasceu, por ser mais fácil e simples de usar no dia a dia. Perguntei o que significava, ao que Valdir respondeu: “Não me explicaram, apenas que é mais fácil, mais simples de usar”. Sobre o uso de sua identificação visual, ele relatou que, ao longo do seu convívio com a comunidade Surda, aprendeu que o sinal representava características físicas ou pessoais, mas nunca descobriu o que o seu sinal-nome representava ou a qual característica estava associado.

O relato desse pastor é bem semelhante ao processo de adoção do sinal-nome por Alisson (Figura 5), que foi batizado pela professora sem que ela lhe explicasse o significado do nome visual escolhido. Nas duas narrativas, podemos perceber que a identificação com essa representação se deu pela repetição, o costume de se apresentar com esse nome visual até que ele fosse assimilado como uma identidade, de maneira que nenhum dos dois participantes sinalizou intenção

de ter o sinal-nome modificado ou demonstrou qualquer preocupação quanto ao seu significado.

Em relação à frequência de uso do sinal, Valdir respondeu que usa sempre que está na comunidade e precisa se apresentar a algum Surdo, mas não especificou se utiliza também a datilologia ou somente o sinal-nome. Ele disse, também, que nunca teve vontade de mudá-lo, e que o considera importante porque é o que lhe identifica para os Surdos.

É quem eu sou. Acho importante conhecer os sinais de outras pessoas porque o sinal, para o Surdo, é como o nome de alguém. Se você gosta de ser lembrado pelo seu nome, o Surdo gosta de ser lembrado pelo seu sinal (VIEIRA, 2018).

Essa narrativa reitera o que Herculano (Figura 11) e Everaldo (Figura 13) disseram sobre a importância equivalente entre os nomes próprios da Língua Portuguesa e os nomes visuais da Libras. Ela pode ser interpretada, além do viés da relação entre nome e identidade, como uma estratégia de legitimação da Libras e de afirmação da cultura Surda, em relação a outras culturas hegemônicas, como Mckee e Mckee (2000) já observaram que acontece nas comunidades americanas.

Na próxima subseção, apresentarei a análise dos dados coletados, buscando responder aos objetivos propostos no início desta pesquisa. Para melhor compreensão dos resultados, estructurei a análise da seguinte maneira: primeiramente, abordarei as semelhanças e diferenças percebidas nos sinais-nome e na tradição do batismo em cada uma das comunidades estudadas. Na sequência, discutirei como os sinais-nome articulam experiências identitárias nos Surdos e ouvintes entrevistados.

#### 4.4. COMO OS SINAIS-NOME ATUAM NA DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES SURDAS?

Apesar das dificuldades encontradas durante a coleta de dados, foi possível entrevistar quinze pessoas e estudar 17 sinais-nome (incluindo o meu e os dois sinais de Márcia). Considerando as classificações de Meadow (1977) e Paales (2011), identificamos um sinal possivelmente arbitrário, cinco descritivos e nove híbridos, conforme a tabela abaixo:

<b>Participante</b>	<b>Sinal</b>	<b>Tipologia</b>
Gabriela	G + cabelo curto	Híbrido
Aline	A + sinal do lado esq. da bochecha	Híbrido
Francineide	F + sinais do lado esq. do rosto	Híbrido
Cleverton	C + cortar o cabelo	Híbrido
Alisson	A + movimento no rosto	Possivelmente híbrido
Edicleide	E + sinal no queixo + sorriso	Híbrido
Layane	Y + sorriso	Híbrido
Márcia	M + dentes ou M + cabelo cacheado	Híbridos
José Carlos	J + cicatriz na mão	Híbrido
Herculano	Sobrancelha grossa	Descritivo
Dalila	Cabelo longo amarrado em uma chuquinha	Descritivo
Everaldo	E + cabelo penteado para frente	Híbrido
Eduardo	Óculos + cabelo cacheado	Descritivo
Nacelha	N + olhos puxados	Híbrido
Jaime	Óculos	Descritivo
Valdir	V + movimento no peito	Possivelmente arbitrário

**Fonte:** Elaboração própria.

A predominância de sinais híbridos e descritivos sugere uma maior influência da miscigenação cultural entre Surdos e ouvintes nas comunidades estudadas, pois, como explica Paales (2011), esses tipos de sinais-nome refletem tradições de ambos os grupos, enquanto os nomes visuais arbitrários costumam predominar em comunidades mais isoladas, nas quais há preferência por explorar e desenvolver a Língua de Sinais vigente. Pelas características das comunidades estudadas – uma escola dirigida por ouvintes, sem professores Surdos, e a outra, uma igreja em que os ouvintes também são maioria – essa assertiva parece ser confirmada.

A influência dos sistemas de nomeação das culturas ouvintes também apareceu na fala de Cleverton (Figura 4), que é natural de uma comunidade rural de Pernambuco, e recebeu um sinal-nome relativo à forma como era conhecido pelos

ouvintes, “o filho do cabeleireiro”. Porém, também é possível atribuir a predominância de sinais híbridos e descritivos ao fato de a Libras ter sido reconhecida como Língua, no Brasil, há menos de 16 anos, o que a torna ainda pouco conhecida e explorada na educação dos Surdos – fato sugerido pelas falas dos participantes Surdos que mencionaram ter aprendido a Língua tardiamente, e dos ouvintes, que conheciam a Libras como “mímica” nos cursos ministrados no início dos anos 2000.

Nas duas comunidades estudadas, a maioria dos sinais foi criado em ambientes escolares, quando os sujeitos entrevistados começaram a aprender Libras ou a conviver com outros Surdos. Em Petrolina, alguns foram criados por ouvintes, como os sinais de Herculano (Figura 11), Dalila (Figura 12) e Nacelha (Figura 15), mas, não foram percebidas diferenças estruturais entre eles, nem em relação à aceitação pelos Surdos. Todos os entrevistados concordaram que o sinal-nome deve representar uma característica da pessoa, seja comportamental ou física, e apenas Edicleide (Figura 6) mencionou que o batismo não pode ser feito por ouvintes.

A maior parte dos entrevistados relatou não ter vontade de mudar seu nome visual por já estarem acostumados a se identificar e serem identificados por eles, o que nos remete ao importante papel da performance no processo de naturalização identitária teorizado por Hall (2000). No decorrer da pesquisa, percebi dois elementos que performam nesse sentido: a execução frequente do sinal-nome no cotidiano dos sujeitos e a alusão a memórias positivas ou negativas. No primeiro caso, o hábito de se apresentar com os sinais que lhes foram atribuídos fez com que os sujeitos assumissem essas identidades mesmo quando não sabiam a qual característica faziam referência, como aconteceu com Alisson (Figura 5) e Valdir (Figura 17), e também, quando a característica que motivou o nome visual deixou de existir, como mencionaram Everaldo (Figura 13) e Eduardo (Figura 14), porque remetiam a memórias positivas. Já no segundo caso, percebemos no relato de Márcia (Figura 9), que ela deixou de se identificar com o seu sinal quando o mesmo passou a refletir sobre essa representação e percebeu que remetia a uma época negativa de sua vida (o *bullying* sofrido na escola em razão dos dentes proeminentes), tendo preferido assumir um novo sinal, que se referisse a um aspecto positivo de sua identidade (o cabelo, símbolo de empoderamento).

Em relação à mudança, embora Layane (Figura 7) tenha mencionado que o processo de aquisição de um novo sinal-nome torna-se mais fácil comparado ao nome em Português, por não ser registrado em cartório, as resistências dos Surdos entrevistados à mudança sugere que a tradição de manter o mesmo sinal por toda a vida tem tanto peso quanto um registro legalmente reconhecido. Também percebi que há uma espécie de respeito entre os Surdos pelo sinal criado por outro colega, nas falas de Cleverton (Figura 4), Eduardo (Figura 14), e José Carlos (Figura 10), por exemplo, quando repetem que a modificação não é permitida porque algum Surdo já criou o sinal e teve o trabalho de fazer isso, e também, na resistência de Cleverton (Figura 4) para alterar o sinal de Márcia (Figura 8). Nesse caso, Márcia já havia pedido a outro Surdo, amigo de Cleverton, para mudar o sinal, e recebeu uma resposta negativa. Entendi que Cleverton não queria, a princípio, discordar dos colegas, tanto que ele repetiu, em sua entrevista, que “Era a lei”, que precisaria estudar a respeito para saber se realmente alguém pode mudar o sinal de outra pessoa.

Outro argumento relacionado à mudança dos sinais, presente na fala de Layane (Figura 7), foi o regionalismo, que seria a convenção existente no repertório cultural e linguístico da comunidade Surda de cada localidade quanto aos significados dos sinais das pessoas. Nesse ponto, Nacelha (Figura 15) esclareceu que as comunidades acabam criando estratégias para minimizar as confusões causadas pelos sinais parecidos, como indicar o local de origem da pessoa de quem se fala (“fulano é de Fortaleza, de Petrolina, etc.”), ou alguma característica física complementar, como Herculano (Figura 11) mencionou (“fulano que é mais moreno, mais branco, etc”).

Em Petrolina, Everaldo (Figura 13) fez uma afirmação interessante sobre a importância cultural do nome próprio, quando afirmou que os Surdos valorizam ser chamados pelos seus sinais, assim como os ouvintes preferem ser conhecidos pelos seus nomes fonéticos, ao invés de apelidos genéricos como “bichinha, gordinha, fulano”, etc. Para Mariani (2014), essa valorização se dá pela função cultural, social e linguística que os nomes próprios têm de diferenciar os sujeitos uns dos outros e estabelecer uma identidade primária, a partir da qual outras representações serão construídas. Em se tratando de sinais-nome, o fato de serem mais acessíveis aos sinalizantes que os nomes fonéticos, em razão da tradução, faz com que essas identidades sejam dispensáveis no cotidiano das comunidades Surdas, como

apontou Nacelha (Figura 15), ao relatar que uma aluna não sabia seu nome em Português, mesmo após oito anos de convivência, embora memorizasse com perfeição o sinal, e como também percebemos durante os primeiros encontros na Igreja Batista da Vila Eduardo, quando Everaldo (Figura 13) falou de uma palestrante Surda sem dizer o nome dela em Português, e apresentou somente o sinal-nome.

O último aspecto que observei em relação às experiências identitárias desencadeadas pelos sinais-nome diz respeito ao reconhecimento dos sujeitos como parte da comunidade Surda. Segundo Paaes (2010), os sinais nominais são considerados elementos do folclore Surdo, jogos linguísticos criativos que enaltecem a singularidade das Línguas de Sinais e da cultura Surda em si, por representarem a cultura e história do grupo, a maneira como os Surdos percebem o mundo ao redor, entre outros elementos. Por essa significação, eles funcionam como marcadores, que identificam as pessoas que fazem ou não parte dessa cultura. Os Surdos que entrevistei relataram ter adquirido seus sinais de maneira natural, quando começaram a aprender Libras ou conviver com outros Surdos sinalizantes, e se referiram a eles sempre como “minha identidade”, “a maneira como sou conhecido na comunidade Surda”, “aquilo que me coloca em contato com outros Surdos”.

Já entre os ouvintes, a percepção é de ser aceito/incluído no grupo no momento em que recebe o sinal, e também, de carregar uma representação de si que reflete a visão de outra pessoa sobre sua personalidade/identidade, como demonstraram Everaldo (Figura 13) e Aline (Figura 2), que pediram para ter nomes visuais, quando descobriram que era assim que os Surdos se referiam às pessoas nas comunidades, e Márcia (Figura 9) e Layane (Figura 7), que ressaltaram, respectivamente, o peso da percepção do “Outro” sobre si, quando falaram “Eles só viam meus dentes, não queria ser vista daquela forma”, e “O Surdo é quem determina como vai ser o sinal, ele olha a característica da pessoa e já diz”.

Na fala de Aline (Figura 2), ela menciona que o sinal-nome é um indicativo de que os ouvintes fazem parte do “mundo” dos Surdos, e vice-versa. Essas percepções remetem aos discursos essencialistas sobre identidade Surda que disseminam a ideia da comunidade como um coletivo fechado em tradições exclusivas dos Surdos, a exemplo da Língua, dos sistemas de nomeação, da literatura, piadas, como explica Strobel (2016). Talvez por terem sido tão presentes nas narrativas sobre os Surdos a partir do fim do século XX, essas marcas

exclusivas deem aos ouvintes um sentimento de inclusão ou aceitação no grupo, que só poderia ser formado por pessoas que partilham dessas tradições.

Ao mesmo tempo, notei entre os ouvintes que a identificação com os seus sinais-nome mudou conforme adquiriram mais convivência com as comunidades Surdas e conhecimento sobre as suas histórias e tradições. Everaldo (Figura 13), por exemplo, afirmou que, inicialmente, o sinal representava apenas uma característica física sua, mas, atualmente, significa sua identidade, posicionamento que foi reforçado pelos outros ouvintes entrevistados, com exceção de Márcia (Figura 9), cuja identificação foi sendo enfraquecida pela falta de convivência com os Surdos.

Considere interessante que, para Márcia (Figura 9), o sinal-nome sempre foi apenas um instrumento de comunicação com os alunos Surdos, necessário à convivência diária, não sendo vital para o sentimento de inclusão ou aceitação no grupo. Em sua fala, essa participante afirmou que a aceitação de um ouvinte em qualquer comunidade Surda não vem só do sinal, mas também do conhecimento da Libras para articular uma conversa, da prática de poder utilizar uma didática mais contextualizada com a cultura Surda, etc. Porém, quando essa professora percebeu que aquela representação era importante para os Surdos, passou a refletir sobre o significado de seu nome visual e preferiu adotar um novo sinal, que fosse positivo e importante também para ela. Percebi aqui, a relevância da representação, dos discursos, sobre a constituição identitária que foi tão marcante entre os ouvintes entrevistados, e abro espaço para questionar: Não seria essa uma maneira de experimentar a dimensão ontológica da Surdez – chamada de Surdidade por Ladd (2003) – independentemente de possuir uma audição funcional? Frente ao exposto, argumento que sim.

Para Canevacci (2001), os objetos que criamos durante a nossa vivência no mundo são, na verdade, sujeitos carregados de individualidade. A análise das suas origens, transformações e até mesmo de sua morte pode nos dizer muito sobre as relações humanas existentes por trás dessa biografia, pois as coisas falam em suas dimensões visuais, e esses dizeres são decodificados de maneira polissêmica e ativa, uma vez que cada consumidor interpreta e dá sentido à coisa em seu contexto cultural, geográfico e biográfico. Por isso, acredito fortemente no estudo dos sinais-nome como uma porta de entrada para compreender as identidades e culturas Surdas em toda a sua pluralidade semântica. Defendo que a leitura e interpretação

desse artefato como um texto visual pode permitir conhecer diferentes narrativas sobre as pessoas, os tempos e espaços onde foram criados, revelando uma infinidade de possibilidades sobre a cultura Surda e os modos de ser e estar nas comunidades Surdas onde eles são utilizados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa dedicou-se ao estudo dos sinais-nome em duas comunidades Surdas do Semiárido pernambucano, buscando investigar o papel desse artefato cultural na formação identitária de Surdos e ouvintes, sob uma perspectiva desconstrucionista. Assumi o desafio de abordar essa problemática, ainda pouco explorada por pesquisadores brasileiros, e até então inédita no contexto dos estudos nos territórios semiáridos, por acreditar na importância de compreender a Surdez enquanto fenômeno cultural, cujos produtos materiais e simbólicos influenciam a maneira como milhares de pessoas interagem no e com o mundo, e podem ou não ocupar determinados papéis sociais, assim como as identidades nacionais, raciais, de gênero, etc.

Sei que, historicamente, essas interações e papéis foram ditados por narrativas colonialistas e opressoras, que relegaram aos Surdos um lugar de fala estereotipado, à margem da sociedade. Porém, na dinâmica da pós-modernidade, essas imposições vêm dando espaço para diversos movimentos de luta pelo reconhecimento de outras formas de narrar a surdez e os Surdos, que provocam outros tipos de tensões, e envolvem não só os sujeitos sem audição funcional, mas também, aqueles que, independentemente da perda auditiva, desenvolvem relações de pertencimento e identificação com os marcadores culturais Surdos, os quais estão em constante atualização. Acredito e defendi, durante toda a pesquisa, que investigar e debater essas questões é fundamental para compreender que não se trata de fenômenos naturais, mas de produtos sócio-culturais cambiantes, complexos, cujo estudo pode proporcionar maior entendimento sobre os contextos e os grupos nos quais estão inseridos, bem como, sobre os processos de (in)visibilização aos quais são submetidos.

Por essa mesma razão, decidi investigar a formação identitária tanto de Surdos como de ouvintes. Percebi que, mesmo sob as perspectivas teóricas pós-modernas, o estudo desse tema ainda fica restrito aos sujeitos biologicamente Surdos, e desconsidera que as comunidades Surdas da atualidade englobam uma diversidade enorme de pessoas que influenciam tanto na produção de novos/outros artefatos culturais Surdos, como de processos identitários complexos e pertinentes de investigação. Sei que essa perspectiva não é bem aceita entre muitos pesquisadores, e até comunidades de Surdos, frente aos discursos binaristas já

consolidados sobre identidade Surda. Porém, acredito que a expansão dessa discussão é fundamental para a compreensão das novas realidades pós-modernas e pós-colonialistas, nas quais as fronteiras identitárias tornam-se cada vez mais fluidas e heterogêneas, sobretudo em um programa de Pós-Graduação em Educação, pois, como discuti nos capítulos anteriores, os processos e práticas educacionais tiveram um papel determinante na consolidação histórica de estereótipos sobre esse grupo cultural.

A escolha dos sinais-nome como objeto de pesquisa proporcionou explorar um elemento da Língua de Sinais Brasileira ainda pouco estudado no país, mas, que reflete a riqueza sintática e semântica desse idioma, e a habilidade dos Surdos em explorá-lo para criar formas diferentes de identificar as pessoas em suas comunidades. São duas considerações chave na desconstrução, por exemplo, da ideia de que os Surdos não sejam capazes de se comunicar, e de que as Línguas de Sinais sejam menos importantes ou complexas que as Línguas Orais.

Em relação aos objetivos, a pesquisa oportunizou perceber que a Libras e o sinal-nome são considerados e valorizados como traços característicos da cultura Surda nas comunidades que estudamos, sendo o aprendizado dessa Língua de Sinais e do nome visual um marco da inserção dos sujeitos – tanto Surdos como ouvintes –no grupo. Para a maioria dos participantes entrevistados, o sinal-nome legitima a riqueza gramatical e semântica da Libras, e o potencial criativo dos Surdos para explorar essa Língua.

A tradição de criar e usar os sinais-nome possui a função prática de otimização da comunicação nas comunidades Surdas, mas também, um grande valor simbólico de representação da identidade pessoal para os sujeitos que recebem essa forma de identificação. Para os Surdos, é uma tradição que legitima a sua Surdidade, o pertencimento ao grupo e à cultura Surda. Já para a maioria dos ouvintes entrevistados, significa a inclusão no universo cultural dos Surdos, representa a maneira como são percebidos visualmente pelos outros, e conforme o grau de envolvimento com a comunidade, constitui uma parte importante da identidade do sujeito.

As características de cada sinal apontaram um cruzamento cultural bastante interessante nas comunidades estudadas, tendo sido identificada uma grande quantidade de sinais-nome híbridos, que fazem referência a tradições das culturas ouvintes. Além disso, percebi que a performance repetitiva do sinal tem grande

influência na aceitação dessa forma de representação como uma identidade pelos sujeitos, mesmo quando não há uma explicação clara do significado ou uma relação incônica direta entre o sinal-nome e a pessoa representada. A repetição também influencia na possibilidade de alteração do nome visual dos sujeitos, independentemente de serem Surdos ou ouvintes. Essa mudança não é consensual entre os Surdos, porém, a maioria dos entrevistados afirmou que o principal entrave à adoção de um novo sinal é a confusão que pode provocar quando já existe uma forma de identificação consolidada na comunidade de cada região.

Além de configurarem uma forma de comunicação mais ágil no dia a dia das comunidades Surdas, e representarem a aceitação do indivíduo nesses grupos, os sinais-nome também podem ser considerados narrativas visuais que situam os sujeitos no tempo e espaço em que foram batizados, por fazerem referência a características físicas e comportamentais desse momento específico. Acredito que o estudo aprofundado dessa tradição pode ajudar a compreender aspectos históricos e culturais das comunidades, do processo de batismo e do processo de construção da subjetividade tanto dos indivíduos Surdos como dos ouvintes na dinâmica das comunidades Surdas. Vislumbro, nessa perspectiva, o registro documental como uma importante ferramenta, tanto de estudo dessa tradição, como para o cotidiano das comunidades Surdas, por permitir a consulta e facilitar a memorização dos sinais de cada pessoa. Inicialmente, esta pesquisa tinha como um dos objetivos a construção de um catálogo com as imagens, descrição do sinal e explicação do significado. Porém, em função dos contratempos para realização das entrevistas e análise dos resultados, não foi possível concretizar essa proposta, ficando como sugestão para estudos posteriores.

Entre as limitações enfrentadas, é possível destacar a dificuldade de adequação do cronograma de coleta de dados à disponibilidade dos participantes, que atrasou a conclusão das entrevistas e prejudicou a participação de algumas pessoas na pesquisa; a dificuldade de tradução e compreensão de algumas perguntas durante as entrevistas; a resistência de alguns participantes à presença da câmera de vídeo e a desconfiança de alguns Surdos em relação à pesquisadora ouvinte, em Petrolina-PE, que atrasou a coleta de dados nessa localidade.

No entanto, se por um lado, o fato de ser ouvinte e não participar da comunidade há mais tempo gerou desconforto nos participantes, por outro, acredito que enriqueceu a experiência como pesquisadora, diante do desafio de conduzir a

investigação desconstruindo tanto os estereótipos ouvintistas, quanto aqueles produzidos pelos próprios Surdos sobre si, para melhor compreender a atuação do sinal-nome na formação identitária desses sujeitos. Essa, talvez, seja uma das principais contribuições proporcionadas pelo presente trabalho. Ao contrário da maioria das pesquisas que consideram apenas os sujeitos biologicamente Surdos como detentores de identidades Surdas, priorizei discutir que os ouvintes também vivenciam esse processo, entre outras situações, quando adotam e utilizam seus sinais-nome, desenvolvendo relações de pertença à comunidade por meio dessa narrativa visual.

A maneira como os ouvintes que entrevistei falaram sobre os seus sinais-nome evidencia a importância desse artefato para esses sujeitos, independentemente do grau de funcionalidade auditiva. Destaco, também, que essas identidades podem ser conflitantes e heterogêneas no mesmo espaço social e cultural, vide os ouvintes que abrem mão do nome próprio, de família, na vivência em comunidade, ao acostumarem-se a usar apenas o sinal para se identificar; a opção por sinalizar ao invés de oralizar, demonstrada pela maioria dos intérpretes que entrevistei; as tensões no processo de aceitação e/ou solicitação de mudança de sinal, etc.

Entendo que, frente a essa nova configuração da sociedade pós-moderna, em que as identidades tradicionalmente consolidadas como “naturais” e “estáveis” começam a ser questionadas e reconstruídas, é inegável a necessidade de pensar a surdez em toda a sua heterogeneidade, problematizando as escolhas dos mais diferentes sujeitos por assumir uma identidade Surda. Ainda mais no contexto cultural de valorização da imagem e da visualidade que vivemos contemporaneamente. Por fim, trazer essa discussão para o Semiárido pernambucano convida a pensar nessas questões, e em como têm se manifestado nesse espaço geográfico e simbólico, provocando reflexões que vão além das secas, das culturas consideradas tradicionais do campo, inserindo na pauta de investigação também as problemáticas urbanas, dos grupos culturais invisibilizados pela ideia de um território eminentemente rural, atrasado e condicionado às intempéries do clima.

## 6 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR., D. M. **A invenção do Nordeste**. Recife/São Paulo: Fundação Joaquim Nabuco e Editora Cortez, 1999.

ALVES, R. S. **O impacto da proposta curricular e ressignificação da prática pedagógica no âmbito das escolas do campo da rede pública municipal de ensino Juazeiro/BA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/wp-content/uploads/2017/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o-RAFAEL-SANTANA-ALVES.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2017.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

BURITY. Globalização e identidade: desafios do multiculturalismo. **Trabalhos para discussão**, v. 107, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35182958.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em: 13 fev. 2017.

CALVET, L. J. **Tradição oral e tradição escrita**. São Paulo: Parábola editorial, 2011.

CARVALHO, L. D. Um sentido de pertencimento ao território semiárido brasileiro: a ressignificação da territorialidade sertaneja pela convivência. **Revista de Geografia**, v. 28, nº 02, Recife, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228949>. Acesso em: 04 jan. 2018.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência: novas territorialidades no Semiárido brasileiro**. 1ª ed. Jundiaí, São Paulo: Palco Editorial, 2013.

CARVALHO, L. D.; REIS, E. dos S. Educação contextualizada para a convivência com o semiárido brasileiro: fundamentos e práticas. **Caderno Multidisciplinar – Educação e Contexto do Semiárido Brasileiro**, ano 8, n. 07. Juazeiro – Bahia: Selo Editorial Resab, 2013.

CANEVACCI, M. **Antropologia da comunicação visual**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

COELHO, O. Conceptualizações da surdez, manifestações e marcas da cultura surda e os casamentos endógamos surdos. *In*: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.) **Cultura surda na contemporaneidade**:

**negociações, intercorrências e provocações.** Canoas, Rio Grande do Sul. ULBRA: 2011.

COSTA, M. V. Estudos Culturais – para além das fronteiras disciplinares. *In:* COSTA, M. V. (org.) **Estudos Culturais em Educação.** Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

DALCIN, G. Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo. *In:* QUADROS, R. (org.). **Estudos Surdos I.** Petrópolis. Arara Azul: 2006.

DERRIDA, J. A escritura e a diferença. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. *In:* DUARTE, J., BARROS, A. (Orgs.) **Teoria e métodos de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2012.

DUARTE, S. B. R. et al. Aspectos históricos e socioculturais da população surda. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 20, n. 4, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/3861/386138080016/>. Acesso em: 03 abr. 2017.

ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografia dos Estudos Culturais:** uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34760771/ESCOSTEGUY\\_A na Carolina D. Cartografias dos estudos culturais - uma versao latino-americana.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1554134455&Signature=NdE9A6uj6ioGiZMzNaeap9W1aHs%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCartografias dos estudos culturais uma v. pdf](https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/34760771/ESCOSTEGUY_A na Carolina D. Cartografias dos estudos culturais - uma versao latino-americana.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1554134455&Signature=NdE9A6uj6ioGiZMzNaeap9W1aHs%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCartografias dos estudos culturais uma v. pdf). Acesso em: 12 mar. 2019.

FLORENCIO, R. R. **Educação e letramento intercultural na aldeia de Assunção do povo Truká.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/wp-content/uploads/2016/08/Roberto-Rem%C3%ADgio-Flor%C3%A4ncio.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2017.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, A. P. G. **O imperativo da cultura surda no plano conceitual: emergência, preservação e estratégias nos enunciados discursivos.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, RS. Disponível em: <http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/anie-pereira-goularte.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

GOMES, R. de F. M. **Voices no Silêncio: um estudo sobre identidade e memória de quilombo na perspectiva do letramento (Sítio Boa Vista – Afrânio/PE).** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/index.php/2017/07/03/romana-de-fatima-macedo-gomes-tema->

[vozes-no-silencio-um-estudo-sobre-identidade-e-memoria-de-quilombo-na-perspectiva-do-letramento-sitio-boa-vista-afraniope/](#). Acesso em: 15 mai. 2017.

GUERRA, P. **Bourdieu: campos artísticos, campos sociais e a defesa do espaço social relacional**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Disponível em: [https://sigarra.up.pt/fadeup/pt/pub\\_geral.show\\_file?pi\\_gdoc\\_id=480930](https://sigarra.up.pt/fadeup/pt/pub_geral.show_file?pi_gdoc_id=480930). Acesso em: 31 mar. 2018.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro. DP&A: 2005.

HALL, S. Quem precisa da identidade? *In*: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

HEDBERG, T. Name signs in Swedish Sign Language: Their formation and use. *In*: **The Deaf Way: Perspectives from the International Conference on Deaf Culture**. 1994.

HEREDIA, F. “Me di cuenta de que podía hablar con las manos”: las personas sordas y su encuentro con la Lengua de Señas e la comunidad sorda. *In*: IX CONGRESO ARGENTINO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL. **Anais** [...] Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais, Universidade Nacional de Misiones, Posadas, 2008. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-080/225.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

HOLCOMB, T. K. Compartilhamento de informações: um valor cultural universal dos surdos. Tradução: Iuri Abreu. *In*: KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.) **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas, Rio Grande do Sul. ULBRA: 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd\\_2010\\_religiao\\_deficiencia.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf). Acesso em 02 mai. 2017. Acesso em: 11 out. 2017.

INGOLD, T. Pare, olhe, escute! Visão, audição e movimento humano. **Ponto Urbe online**, Universidade de São Paulo, n. 3, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1925#quotation>. Acesso em: 03 abr. 2018.

JUNIOR, N. C. P. Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução. **Revista Encontros de Vista**, nº 5, p. 9-20, 2010. Disponível em: [http://encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo\\_Junior\\_Derrida\\_e\\_a\\_desconstrucao\\_uma\\_introducao\\_final.pdf](http://encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo_Junior_Derrida_e_a_desconstrucao_uma_introducao_final.pdf). Acesso em: 02 nov. 2017.

KARNOPP, L.; KLEIN, M.; LUNARDI-LAZZARIN, M. L. (Orgs.) **Cultura surda na contemporaneidade: negociações, intercorrências e provocações**. Canoas, Rio Grande do Sul. ULBRA: 2011.

KOURBETIS, V.; HOFFMEISTER, R. J. Name signs in Greek sign language. **American Annals of the Deaf**, v. 147, nº 3, 2002. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/384430/summary>. Acesso em: 15 jun. 2018.

KRÜGER, H. Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In: LIMA, M. E. O.; PEREIRA, M. E. Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas. Salvador: EDUFBA, 2004.

KUSTERS, A.; DE MEULDER, M. Understanding Deafhood: in search of its meanings. **American Annals of the Deaf**, v. 157, nº 5, p. 428-438, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/236058317\\_Understanding\\_Deafhood\\_In\\_Search\\_of\\_Its\\_Meanings](https://www.researchgate.net/publication/236058317_Understanding_Deafhood_In_Search_of_Its_Meanings). Acesso em: 26 nov. 2018.

LACLAU, E. A política e os limites da modernidade. In: HOLLANDA, H. B. de. **Pós-modernismo e política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. Disponível em: <https://www.issuu.com/heloisabuarquedehollanda/docs/posmoder>. Acesso em: 31 mar. 2018.

LADD, P. **Understanding Deaf Culture**: in search of Deafhood. Multilingual Matters, 2003.

LADD, P. Deafhood: A concept stressing possibilities, not deficits. **Scandinavian Journal of Public Health**, v. 33, nº 66, p. 12-17, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/14034950510033318>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LADD, P.; LANE, H. Deaf Ethnicity, Deafhood and their relationship. **Sign Language Studies**, v. 13, nº 4, p. 565-579, 2013. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/26191740?read-now=1&seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/26191740?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 25 nov. 2018.

LATHER, P. Fertile obsession: validity after poststructuralism. **The sociological quarterly**. v. 34, 1993. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/j.1533-8525.1993.tb00112.x?journalCode=utsq20>. Acesso em: 20 nov. 2018.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

LOPES, M. C.; VEIGA NETO, A. Marcadores culturais surdos: quando eles se constituem no espaço escolar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 03, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em: <http://projetoedes.org/wp/wp-content/uploads/Lopes-Veiga-neto.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

MAC LURE, M.; BURMAN, E. A desconstrução como método de pesquisa. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARIANI, B. Nome próprio e constituição do sujeito. **Letras**, Santa Maria, v. 24, nº 48, p. 131-141. Jan/jun 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/14428/pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MARTINS, C. dos S. **Educação do campo: alfabetização enfoque na educação contextualizada no município de Juazeiro/BA**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/index.php/2017/07/03/cleidinalva-dos-santos-martins-tema-educacao-do-campo-alfabetizacao-com-enfoque-na-educacao-contextualizada-no-municipio-de-juazeiroba/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MARTINS, J. **Anotações em torno do conceito de educação para convivência com o semiárido**. Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido, Selo Editorial-RESAB, Juazeiro-BA, 2004. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/index.php/2017/07/07/anotacoes-em-torno-do-conceito-de-educacao-para-a-convivencia-com-o-semiarido/>. Acesso em: 18 fev. 2018.

MARQUES, R. R. A percepção do corpo próprio e o “ser surdo”. **Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 09, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/viewFile/20425/18659>. Acesso em 08 abr. 2018.

MCKEE, R. L.; MCKEE, D. Name signs and identity in New Zeland sign language. *In*: METZGER, E. (editor). **Bilingualism and identity in Deaf Communities**. Gallaudet University Press: Washington D.C., 2000.

MEADOW, K. P. Sociolinguistics, Sign Language, and the Deaf Subculture. *In*: Psycholinguistics and Total Communication, **American Annals of the Deaf**. O’Rourke: Washington, 1972.

MEADOW, K. P. Name signs as identity simbols in the deaf Community. **Sign Language Studies**. Nº 16, p. 237-242, 1977. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/pdf/26203239.pdf?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/pdf/26203239.pdf?seq=1#page_scan_tab_contents). Acesso em: 28 mar. 2018.

MINDESS, A. What name signs can tell us about Deaf Culture. **Sign Language Studies**, v. 1, nº 1066. p. 1-23, 1990. Disponível em: [https://www.academia.edu/25178435/What\\_Name\\_Signs\\_Can\\_Tell\\_Us\\_About\\_Deaf\\_Culture](https://www.academia.edu/25178435/What_Name_Signs_Can_Tell_Us_About_Deaf_Culture). Acesso em: 26 nov. 2018.

MOREIRA NETO, M. **Outro sertão: fronteiras da convivência com o Semiárido**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2013.

MOREIRA NETO, M. Convivência com o semiárido: nas fronteiras entre o novo que se legitima e o antigo que teima em ficar. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2038>. Acesso em: 22 nov. 2017.

OLIVEIRA, M. L. B. **Cartilha do censo 2010 – pessoas com deficiência**. Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2017.

OLWEUS, D. A profile of bullying at school. **Educational leadership**, v. 60, nº 6, 2003. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ662681>. Acesso em: 20 dez. 2018.

PAALES, L. On the system of place name signs in Estonian Sign Language. *Journal of Ethnology and Folkloristics*, v. 4, nº 2, 2010. Disponível em: <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=100383>. Acesso em: 17 dez. 2018.

PAALES, L.. Name Signs for hearing people. **Folklore**, v. 47, 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/292481799\\_Name\\_Signs\\_for\\_Hearing\\_People](https://www.researchgate.net/publication/292481799_Name_Signs_for_Hearing_People). Acesso em: em 27 nov. 2018.

PERLIN, G. **O ser e o estar sendo surdos**: alteridade, diferença e identidade. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5880>. Acesso em: 19 out. 2017.

PERLIN, G. O lugar da cultura surda. *In*: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (orgs.) **A invenção da surdez**: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação, p. 73-82, Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

POUTIGNAT, P. **Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/gpcie/files/2018/04/2-BARTH-Fredrik.-Os-grupos-%C3%A9tnicos-e-suas-fronteiras.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PRIKLADNICKI, F. **Desconstrução e identidade**: o caminho da diferença. 2007. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/12097>. Acesso em: 18 dez. 2018.

REIS, E. dos S.; PINZOH, J. M. **O paradigma cultural**: interfaces e conexões. Curitiba: CRV, 2016.

RIOS, P. P. S. **Relações de gênero no contexto semiárido: vivências no assentamento nova canaã (Pindobaçu-BA)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/index.php/2016/08/04/dissertacao-pedro-paulo-souza-rios/>. Acesso em: 04 fev. 2017.

RODRIGUES, C. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Revista Latinoamericana Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 10, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sex/n10/a07n10.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

RODRIGUES, C.; PEREIRA, G. O. de L. Estado-nação, cultura e democracia: novas reivindicações para uma globalização intercultural. **Século XXI**. v. 3, nº 1, Porto Alegre, 2012.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. Companhia de Bolso: 2010.

SANTANA, A. P.; BERGAMO, A. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 91, Campinas, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n91/a13v2691.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2018.

SANTOS, J. M. dos. Educação descontextualizada: desexplicando as explicações. In: REIS, E. dos S.; PINZOH, J. M. **O paradigma cultural**: interfaces e conexões. Curitiba: CRV, 2016.

SHOSTAK, J.; BARBOUR, R. S. Entrevista e grupos-alvo. In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. (Orgs.). **Teoria e métodos de pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SHUN-CHIU, Y.; JINGXIAN, H. How deaf children in a chinese school get their name signs. *Sign Language Studies*, v. 65, nº 1, 1989.

SILVA, A. O. da. **Território tradicional de fundo de pasto de Bruteiro e Traíra: territorialidades contemporâneas e as lutas pela reapropriação social da natureza**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro. Disponível em: <http://ppgesa.uneb.br/index.php/2017/07/03/adriana-olivia-da-silva-tema-territorio-tradicional-de-fundo-de-pasto-de-bruteiro-e-traira-territorialidades-contemporaneas-e-as-lutas-pela-reapropriacao-social-da-natureza-juazeiro-ba-2017/>. Acesso em: 15 mai. 2017.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2000.

SKLIAR, C. **A surdez, um olhar sobre as diferenças**. 6ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

SOUZA, I. L.; GEDIEL, A. L. Os sinais dos surdos: uma análise a partir de uma perspectiva cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 56, n. 1. Campinas, jan-abr 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132017000100163](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132017000100163). Acesso em: 09 abr. 2018.

SOUZA, M. de.; LANGARO, F. Desconstruir para problematizar matrizes identitárias. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 31, n. 03, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v31n3/v31n3a10>. Acesso em: 31 mar. 2018.

SOUZA, R. S.; IVENICK, A. Multiculturalismo como política de inclusão/exclusão. **Nuances – Estudos sobre educação**. v. 27, n. 1, jan-abr 2016.

Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/3473/3306>. Acesso em: 1º abr. 2018.

SOUZA, V. A. de.; SOUZA, V. A. de. As contribuições dos Estudos Culturais nos Estudos Surdos e as implicações para se repensar a educação das pessoas Surdas. *In: V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Anais [...]* Universidade Federal de Uberlândia, Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Especial, 2012. Disponível em: [http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/290\\_2\\_2.pdf](http://www.cepae.faced.ufu.br/sites/cepae.faced.ufu.br/VSeminarior/trabalhos/290_2_2.pdf). Acesso em: 30 mar. 2018.

SOMEKH, B.; JONES, L. Observação. *In: SOMEKH, B.; LEWIN, C. Teoria e método de pesquisa social*. Petrópolis: Vozes, 2015.

STRATHERN, P. Derrida em 90 minutos. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 4ª ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

SUPALLA, S. J. **The book of name signs: naming in American Sign Language**. Dawn Sign Press, 1992.

WITCHES, P. H.; LOPES, M. C. Formas de vida surda e seus marcadores culturais. *Educação em Revista*, v. 34. Belo Horizonte, ago. 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-46982018000100168&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-46982018000100168&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 dez. 2018.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In: SILVA, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes: 2000.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas individuais para sujeitos que têm sinais-nome

- A) Apresente seu nome e sinal-nome
- B) Quando você foi batizado e quem criou o seu sinal?
- C) Qual o significado do seu sinal?
- D) Onde, quando e com que frequência você usa o seu sinal?
- E) Qual sua ocupação/função social?
- F) Você considera importante o uso do sinal-nome? Por quê?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista individual para surdos que já criaram sinais-  
nome

- A) Quais critérios são observados para criar o sinal-nome?
- B) Onde, quando e como você se apropriou dessa ferramenta (a criação dos sinais)?
- C) Por que é importante dar um sinal-nome a surdos e ouvintes?

## **ANEXOS**

## MEMORIAL

Gabriela Lapa Teles Barbosa<sup>10</sup>

Quando optei pela graduação em Jornalismo, houve muita surpresa na família, pois sempre fui uma pessoa tímida. Embora sempre tenha gostado de ler e escrever, meus pais, que vinham de formações em Direito e Administração, acharam inusitada a escolha por essa carreira, cujo profissional tinha um perfil em que a timidez parecia não se encaixar. Confesso que eu também tinha receio de não me adaptar, mas, justamente por exigir um perfil diferente, achei que a profissão de jornalista poderia contribuir com o meu crescimento pessoal, me desafiando a vencer a timidez, e a melhorar minhas habilidades de iniciativa e comunicação interpessoal.

Ingressei no curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, em 2008, na Universidade Federal de Alagoas. Nessa época, meus pais moravam em Caruaru-PE, e eu precisei me mudar para morar em Maceió, onde ficava o campus sede da UFAL. A experiência de morar sozinha em uma cidade diferente, e até então, desconhecida, foi muito enriquecedora. Nos dois primeiros anos da graduação, participei do jornal coletivo experimental “Expedição”, elaborado por uma turma de estudantes de vários períodos de Jornalismo, como laboratório de prática de redação e edição em mídia impressa. Nesse período, aprendemos a organizar, gerenciar, elaborar e finalizar o jornal, com apoio de professores que supervisionavam as produções.

Ainda em 2008, apresentamos a experiência desse projeto no “V Congresso Acadêmico”, realizado na própria universidade. No mesmo ano, participei, também, como ouvinte, do “V Congresso Brasileiro de Comunicação Social”, realizado em Recife-PE, da “I Semana Internacional de Estudos Midiáticos”, “I Seminário de Perspectivas do Mercado em Comunicação” e do “Encontro de Escritores Brasileiros”, realizados em Maceió-AL. Foi quando percebi que me identificava bastante com o jornalismo impresso, e comecei a buscar estágios na área.

---

<sup>10</sup> Mestranda do Programa de Pós –graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA.

Em 2009, fiz meu primeiro teste para estágio, no impresso diário “O Jornal”. Consegui a vaga e comecei a estagiar na editoria de Cidades, primeiro elaborando relatórios, organizando contatos e fazendo pequenas notícias. Depois, comecei a receber algumas pautas diárias, e na medida em que evoluía na escrita, passei a produzir reportagens para os cadernos de domingo. O estágio durou dois anos, durante os quais conheci profissionais e amigos que tornaram a vivência fora de casa menos difícil, e contribuíram bastante com o meu crescimento pessoal e profissional. Foi o caso, por exemplo, da jornalista Nide Lins, com quem convivi como estagiária e, depois de formada, como repórter de “Cadernos Especiais” – editoria que ela gerenciava. Nide me inspirava a escrever com criatividade e sensibilidade, por meio dos seus textos alegres e coloridos. Ela escrevia, principalmente, reportagens sobre gastronomia e turismo, passando a atuar, depois, também com educação e tecnologia. Essa diversidade de editorias era um desafio para mim, pois os temas e públicos eram muito diferentes, mas foi uma experiência que me incentivou a ser versátil com o texto.

Outro desafio foi a produção de reportagens sobre situações de calamidade, tragédia humana e conflito. Tanto as que acompanhei como as que eu mesma fiz, me levaram a refletir sobre o papel do jornalista na mediação da informação, o impacto que a exposição das fontes e a adoção de certas abordagens sensacionalistas poderia provocar nas pessoas. Sempre busquei um limite entre o que era realmente noticiável nesse tipo de fato, e como isso deveria ser transmitido para os leitores, de modo a não tornar a tragédia maior do que era, bem como evitar exposições desnecessárias sobre as vítimas e os envolvidos nesse tipo de situação. Acredito, desde então, que é possível, e necessário, buscar produzir um jornalismo humano e comprometido com a informação ética, e procuro seguir esse raciocínio em todos os meus trabalhos.

Na reta final da graduação, decidi produzir um livro-reportagem sobre violência doméstica como Trabalho de Conclusão de Curso. Optei por esse tema porque percebi, no dia-a-dia do estágio no jornal impresso, muitos casos de mulheres vítimas de violência pelos companheiros, os quais eu mesma noticieei várias vezes. Embora a Lei Maria da Penha estivesse completando cinco anos de vigência naquela época, muitas vítimas ainda sofriam preconceito e preferiam não denunciar os agressores, o que me motivou, junto com minha orientadora, a

conduzir a pesquisa, pois queríamos contribuir com a desconstrução desses preconceitos.

Depois de formada, com o incentivo de minha mãe, que na época já era servidora pública, passei a estudar para concursos na área de jornalismo, e durante dois anos fiz diversas provas pelo Brasil. Em 2014, ingressei como servidora no Instituto Federal do Sertão Pernambucano, e desde então, tenho procurado adaptar os conhecimentos que adquiri no jornalismo impresso ao trabalho em Assessoria de Comunicação, fazendo atendimento à imprensa, produtos institucionais e gerenciamento de redes sociais.

Logo após o ingresso no IF Sertão-PE, decidi voltar aos estudos cursando uma pós-graduação, e escolhi o curso de Gestão em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, que além de bem conceituado, era EAD, o que me permitia conciliar com o horário de trabalho. Nessa época, eu era a única servidora formada em Comunicação no campus, e havia uma demanda por cursos de fotografia entre a comunidade, especialmente entre os surdos que estudavam no campus. A professora de Libras, Patrícia Lourenço, me convidou para ministrar um curso de fotografia para eles, e a partir daí, aceitei o desafio de adaptar os meus conhecimentos nessa área para a Língua Brasileira de Sinais.

O curso de fotografia para surdos durou três meses, durante os quais eu trabalhei com a intérprete Aline Cássia, ensinei aos alunos e aprendi com eles, pois até então não conhecia a Libras, e com muita paciência e carinho, eles foram me ensinando alguns sinais. Nesse tempo, também, fui batizada por eles, ganhando meu sinal-nome. Eu não conhecia os sinais-nome, ou sinais próprios, que representavam as pessoas em Libras, e quando ganhei o meu, fiquei muito interessada por essa forma de comunicação.

Em 2016, finalizei a especialização na Metodista e decidi continuar estudando, dessa vez em um programa de Mestrado. Por razões de viabilidade econômica e de compatibilidade com o trabalho, optei pelo Programa em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, no Campus III, Juazeiro, na Universidade do Estado da Bahia, e decidi cursar algumas disciplinas como aluna especial para conhecer melhor o PPGESA e conseguir montar um projeto para a seleção de aluno regular. Primeiro, cursei “Meios, Mediação e Redes Sociais”, que embora tenha sido interessante, não me ajudou muito a organizar uma proposta de pesquisa. Terminei essa disciplina sem ideias do que propor, e um pouco frustrada,

com medo de não conseguir participar da seleção no ano seguinte. Foi então que me matriculei em “Produção da Existência nos Territórios Semiáridos”, com os professores Juracy Marques e Luzineide Dourado, e, finalmente, encontrei meu objeto de estudo: os sinais-nome criados e usados em comunidades surdas urbanas do Semiárido.

Durante essa disciplina, os professores fizeram várias discussões sobre identidade e cultura, focando em como o corpo e o espaço territorial são significados e experimentados de diferentes formas, de acordo com os contextos culturais em que estão inseridos. Também abordaram a questão da identidade dos territórios semiáridos brasileiros, que foram historicamente representados como espaços rurais subdesenvolvidos. Essas discussões me levaram a refletir sobre as culturas urbanas que estavam em construção no espaço semiárido urbano, e que acabavam invisibilizadas por estereótipos, tanto do semiárido como um espaço rural, como do que seria considerado comunidades ou identidades tradicionais pertencentes a esses territórios.

Nessa disciplina, conheci alunos regulares do PPGESA, com quem compartilhei as dúvidas sobre a proposta de pesquisa e as minhas reflexões sobre as discussões feitas em sala de aula. Eles me levaram a refletir sobre os temas que eram do meu interesse, e foi então que compartilhei a vontade de estudar sobre os sinais-nome criados e usados nas comunidades surdas urbanas, ao mesmo tempo em que receava que o tema não fosse bem aceito pelo Programa. Os colegas me incentivaram a seguir com a proposta por ser algo que eu tinha interesse em estudar, e também, que poderia contribuir trazendo objetos de estudo novos para o Mestrado, pois o objeto do meu interesse estava relacionado com as culturas urbanas dos territórios semiáridos, que até então vinham sendo pouco abordadas no PPGESA. Ainda com receios, construí um projeto e me inscrevi na seleção, sendo aprovada para a turma regular 2018.

A proposta de pesquisa que fiz, e com a qual ingressei no Programa, tinha como objetivo estudar o ritual de batismo (ato de criação e adoção do sinal-nome) nas comunidades surdas urbanas do semiárido, por meio da fotoetnografia, identificando as características do ritual em cada comunidade, e como os sinais-nome influenciavam o sentimento de pertença à cultura surda nas pessoas que os recebiam. Eu pretendia, como produto final, construir um catálogo de fotografias de

sinais-nome, para dar em retorno às comunidades que participassem da pesquisa, de maneira que elas pudessem ficar com o registro documental dessa tradição.

Antes de começar a cursar as disciplinas de aluno regular, no período entre a matrícula e o início das aulas, ministrei uma oficina de fotografia para surdos na UNEB, em parceria com uma fotógrafa e uma intérprete de Libras. Durante essa experiência, conheci alunos surdos e ouvintes que tinham sinais-nome, presenciei um batismo, e também vi uma situação inusitada em que os surdos se negaram a batizar uma ouvinte que chegou para fazer uma cobertura jornalística do evento. Tudo isso despertou ainda mais meu interesse e curiosidade sobre esse objeto de estudo, e me deixou ansiosa para começar a estudar e trabalhar na pesquisa.

Cada disciplina cursada durante o primeiro ano de mestrado contribuiu bastante com o amadurecimento e desenvolvimento do meu projeto, assim como as orientações periódicas. Durante as disciplinas de Seminário de Pesquisa I e II, por exemplo, aprofundei meu conhecimento sobre os métodos de pesquisa e instrumentos de coleta e análise de dados, e junto com a minha orientadora, optamos por fazer mudanças no projeto submetido para a seleção. A fotoetnografia foi substituída pela desconstrução, e entre os instrumentos de coleta de dados surgiu a vídeo-documentação. O catálogo impresso de sinais-nome deu lugar a um catálogo virtual, por sugestão de uma colega de turma, que chamou minha atenção para a dinamicidade do vídeo, a qual permitiria captar os movimentos dos sinais-nome com mais riqueza e fidelidade do que a imagem fotográfica estática. Inicialmente, ela sugeriu construir o catálogo em um site, porém, pesquisando sobre as possibilidades, optei por uma rede social que proporcionaria mais interatividade com os usuários, e mais acessibilidade para os surdos, pois daria mais destaque aos vídeos em Libras e demandaria menos uso de textos em português. Infelizmente, não houve tempo hábil para concretizar esse aspecto da proposta de pesquisa.

Além disso, as discussões sobre identidade e representação foram aprofundadas durante as orientações e incorporadas à pesquisa, focando em como o sinal-nome atua na formação identitária de surdos e ouvintes, constituindo diversos modos de identificação com a cultura surda. Pretendi, com esse caminho, contribuir com a desconstrução de narrativas essencialistas sobre a identidade Surda, documentando a pluralidade existente nos territórios semiáridos, especificamente nas comunidades urbanas de Salgueiro e Petrolina (PE).

Inicialmente, pensei em fazer uma triangulação de dados em comunidades situadas em Salgueiro, Petrolina e Juazeiro-BA, porém, tive dificuldades para localizar comunidades nessa última cidade, optando por fazer um estudo comparativo apenas entre as duas primeiras. A comunidade escolhida para estudo em Petrolina foi sugerida por uma colega do mestrado, que frequenta o local. Já em Salgueiro, optei por desenvolver a pesquisa no meu local de trabalho, o campus do IF Sertão-PE, pois há vários estudantes Surdos que possuem ou já criaram sinais-nome, os quais conheço desde que ministrei o curso de fotografia.

O projeto referido foi apresentado na forma de artigo durante o “VII Workshop Nacional em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido”, realizado na UNEB em 2017. Na ocasião, houve boa receptividade sobre essa proposta de pesquisa entre os participantes, que observaram ser importante inserir outras culturas, como a Surda, nas discussões que problematizam os espaços semiáridos.

Uma parte do projeto, relativo à documentação dos sinais-nome e criação do catálogo, também foi transformada em artigo científico e apresentada em outro evento, o “II Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido (Conidis)”, realizado no mesmo ano, em Campina Grande-PB. Na ocasião, um dos participantes contou sua experiência com a adoção de sinais-nome, e sugeriu que a pesquisa atente para as contradições existentes no processo de batismo, entre as identidades que as pessoas projetam sobre si, e as representações que são criadas sobre elas através dos sinais-nome dados pelos outros.

A experiência de estudar a cultura e a identidade Surdas no mestrado em Educação foi desafiante e enriquecedora, assim como os outros desafios que vivi desde a escolha da graduação. Por não ser fluente em Libras, cada etapa da coleta de dados em campo, feita por mim, precisou do apoio de profissionais intérpretes, para garantir que a comunicação com os sujeitos da pesquisa fosse feita de maneira correta. Porém, aproveitei a oportunidade de estar em contato mais frequente com os Surdos e com os próprios intérpretes, para melhorar meu conhecimento de Libras, e assim, ter um pouco mais de autonomia nas conversas. Participei de um curso básico de Libras em 2017, e passei a usar um aplicativo de tradução no celular. Isso tem sido muito importante, não só para a pesquisa, pois faz com que os sujeitos se sintam mais à vontade vendo meu esforço em aprender a sua língua, como para o meu dia a dia no trabalho, pois tenho conseguido me comunicar melhor

com eles, quando nos encontramos durante as pautas ou nos corredores. Aos poucos, espero conseguir melhorar cada vez mais essa comunicação.

Conciliar as aulas do mestrado com o desenvolvimento da pesquisa e o trabalho não foi fácil, pois além das muitas atividades, tive a necessidade de viajar diariamente para trabalhar em Salgueiro, que dista 250km da minha residência, em Petrolina, e da UNEB, em Juazeiro. Porém, essa experiência foi muito gratificante, e a pesquisa feita com carinho e dedicação. Percebi, no dia a dia, que a proposta de estudar a identidade e a cultura Surdas é bem recebida pelos Surdos com quem socializei a ideia, pois sentiram-se valorizados e viram uma oportunidade de mostrar sua cultura fora da questão da deficiência.

Algumas vezes, fui questionada sobre meu interesse em estudar esse tema, pois não sou intérprete, nem professora de Libras, nem falo Libras fluentemente, e muitas vezes as pessoas estranham que alguém que não tenha esse perfil se interesse por essas questões. Aproveito, então, para explicar meu interesse pelos sinais-nome, e meu apreço pela cultura Surda, como uma oportunidade de defender que as demandas comunicacionais, identitárias e de representação dos Surdos sejam temas de interesse de diversas áreas do conhecimento, e por profissionais das mais diferentes formações, sempre, claro, com responsabilidade, ética e respeito. Acredito que é preciso problematizar a surdez e os Surdos, também, fora do âmbito da educação especial, para expandir as investigações e o conhecimento sobre suas demandas, desconstruir estereótipos, quem sabe, contribuir com novas formas de representação.

## ANEXO 2 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE DO ESTADO  
DA BAHIA - UNEB



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

**Pesquisador:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 78868817.0.0000.0057

**Instituição Proponente:** UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.532.715

#### Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa é um trabalho apresentado ao Programa de mestrado em educação, cultura e territórios semiáridos e pretende verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas localizadas, respectivamente, em Petrolina (PE) e Salgueiro (PE)

#### Objetivo da Pesquisa:

Verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em comunidades surdas urbanas de Salgueiro (PE) e Petrolina (PE).

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

##### Riscos:

Tendo como parâmetro o registrado no formulário de informações básicas da Plataforma Brasil, o pesquisador identificou:

Como a nossa pesquisa envolve participantes surdos que falam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e a pesquisadora principal não domina esse idioma o suficiente para conduzir a coleta de dados sozinha, haverá necessidade de um intérprete de Libras para mediar o contato com os sujeitos da pesquisa durante as visitas a campo, logo, pode haver uma perda na pureza das informações coletadas, em função da tradução da Libras para o Português e da possibilidade de

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555

Bairro: Cabula

CEP: 41.195-001

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3117-2399

Fax: (71)3117-2399

E-mail: cepuneb@uneb.br

ANEXO 3 – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: VAUDIR VIEIRA VIEIRA  
Documento de Identidade nº: 369241557 Sexo: F ( ) M ()  
Data de Nascimento: 10/02/83  
Endereço: R. MONTREUIL PE Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: LOT. NOVA YORK Cidade: PETROLINA CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: (71) 98864222 \_\_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA  
**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : [http](http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil)

<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

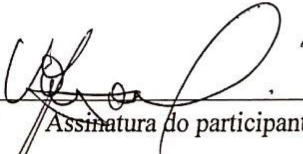
**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)


**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**


Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO" e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

*Petrolina, 23 de setembro de 2018.*

  
Assinatura do participante da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)



  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: JAIMÉ BELARMINO G. RA AZEVEDO S  
Documento de Identidade nº: 0690021690-5 LP-BA Sexo: F ( ) M ( )  
Data de Nascimento: 20/01/1966  
Endereço: RUA RIO AMAZONAS 36 Complemento: CASA  
Bairro: JOSE B MALTA Cidade: PETROLINA CEP: 56320-400  
Telefone: (87) 98848-16274 1

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO
2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA  
Cargo/Função: Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEP 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO" e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Petrolina 28 de setembro de 2018.

José Roberto dos Anjos

Assinatura do participante da pesquisa



Gabriela Lapa Teles Barbosa

Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

[Assinatura]

Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: Maria Nacelha Ferreira Oliveira  
Documento de Identidade nº: \_\_\_\_\_ Sexo: F (X) M ( )  
Data de Nascimento: 02 / 06 / 1977  
Endereço: R. Paraíso Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: Vila Eulália Cidade: Petrolina CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: (81) 98851556 / ( ) \_\_\_\_\_

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

Cargo/Função: Pesquisador/discente

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : [http](http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil)

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

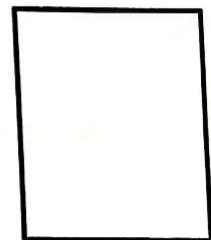
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEP/510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF**

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINALENOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Petrolina 23 de setembro de 2018.

Maria Nivalha Ferreira Oliveira  
Assinatura do participante da pesquisa



Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

[Assinatura]  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N<sup>o</sup>  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: Eleandro José Barreto da Lapa Júnior  
Documento de Identidade n<sup>o</sup>: 4340596 Sexo: F ( ) M ()  
Data de Nascimento: 23/10/1977  
Endereço: Av. Guaranarapes, 269 Complemento: Eol. Flávio  
Bairro: Jardim Atlântico Cidade: Olinda CEP: 53.190-050  
Telefone: (81) 971247761 APT 01

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO
2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA  
Cargo/Função: Pesquisador/discente

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

temo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

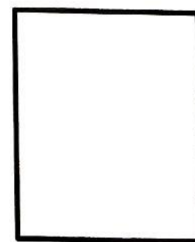
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEP 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

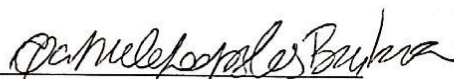
**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

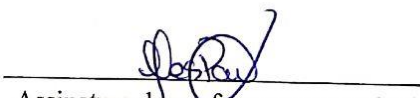
Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Petrolina, 23 de setembro de 2018.

  
Assinatura do participante da pesquisa



  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N<sup>o</sup>  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: Dalila Giovanna Macedo de Souza  
Documento de Identidade n<sup>o</sup>: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M ( )  
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_/(\_\_\_\_) \_\_\_\_\_/

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO**

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA**

**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

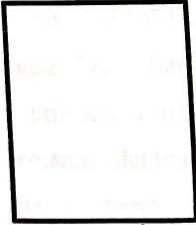
**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Reb, 23 de setembro de 2018.  
Petrolina

Dalila Giovanna Macedo de Souza  
Assinatura do participante da pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

  
[Handwritten Signature]  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: Francisco Geraldo C. de Oliveira  
Documento de Identidade nº: 2003039008131 Sexo: F ( ) M (X)  
Data de Nascimento: 27/10/1986  
Endereço: R. PANAISO, 150 Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: VILA SULLUS Cidade: PETROLINA CEP: 5  
Telefone: (87) 988224739 / ( ) \_\_\_\_\_

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

Cargo/Função: Pesquisador/discente

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

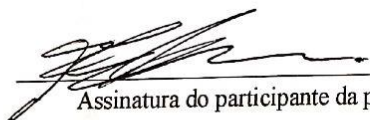
**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

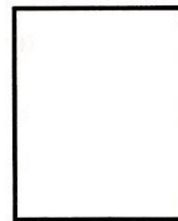
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEP 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF


**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**


Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Petrolina, 23 de setembro de 2018.

  
Assinatura do participante da pesquisa



  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N<sup>o</sup>  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: Horcilano Nemes Laurinco  
Documento de Identidade n<sup>o</sup>: 1114281033 Sexo: F ( ) M (X)  
Data de Nascimento: 04/03/1980  
Endereço: RUA DA ESTACAO SN Complemento:  
Bairro: PIZANGA Cidade: VAZEIRO CEP: 42900700  
Telefone: (41) 988358180 / 1

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

Cargo/Função: Pesquisador/discente

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: [http](http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil)

<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEP 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Petrolina, 23 de setembro de 2018.

Herclano Nunes Lourenço

Assinatura do participante da pesquisa



Gabriela Lapa Teles Barbosa

Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

Gabriela Lapa Teles Barbosa

Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: JOSÉ CARLOS FERREIRA  
Documento de Identidade nº: 5 620 004 Sexo: F ( ) M ()  
Data de Nascimento: 13 / 05 / 1978 Complemento: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Cidade: PETROLINA CEP: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Telefone: 87 91 62 / (-) 2877

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF**

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO" e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Petrolina, 23 de setembro de 2018.

Jose Carlos Ferreira  
Assinatura do participante da pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

[Assinatura]  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N<sup>o</sup>  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: Márcia Janias de Oliveira et al  
Documento de Identidade n<sup>o</sup>: 5127211 Sexo: F (X) M ( )  
Data de Nascimento: 02 / 07 / 2018  
Endereço: Rua Rita Alves das Santos nº 21 Complemento: —  
Bairro: Primavera Cidade: Salgueiro CEP: 56.000-000  
Telefone: (87) 98807-5677

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

Cargo/Função: Pesquisador/discente

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

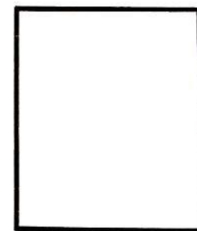
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF


**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**


Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Salgueiro 25 de setembro de 2018.

  
Assinatura do participante da pesquisa



  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: Rafayane de Lima Barros  
Documento de Identidade nº: 4975213 SDS-PE Sexo: F (X) M ( )  
Data de Nascimento: 18/01/1990  
Endereço: R-15 nº 285 Complemento: casa  
Bairro: Vila dos Funcionários Cidade: Salgueiro CEP: 56.00000  
Telefone: (97) 988457439/( )

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)


**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

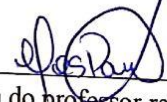
**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO" e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Salgueiro 25 de setembro de 2018

  
Assinatura do participante da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: Edicleide Conserva de Moraes  
Documento de Identidade nº: 6459855 Sexo: F (X) M ( )  
Data de Nascimento: 29 / 05 / 1984  
Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ / ( ) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP SEP/510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF**

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO" e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Salgueiro, 25 de setembro de 2018.

Edicleide Conserva de Moraes

Assinatura do participante da pesquisa

Amelita Lopes de Albuquerque

Assinatura do pesquisador discente

(orientando)



[Handwritten Signature]

Assinatura do professor responsável

(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO N<sup>o</sup>  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: ALISSON SANTOS DE LIMA  
Documento de Identidade n<sup>o</sup>: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M (X)  
Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ / (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : [http](http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil)

<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa  
**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

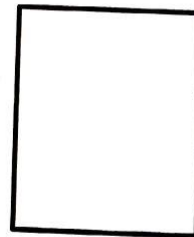
**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO" e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

SALGUEIRO 14 de MARÇO de 2018.

Alisson Santos  
Assinatura do participante da pesquisa



Paulo Roberto de Sousa  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

[Assinatura]  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: LUIZ CLEVERTON BARROS FIGUEIREDO  
Documento de Identidade nº: \_\_\_\_\_ Sexo: F ( ) M (x)  
Data de Nascimento: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_ / (\_\_\_\_) \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO

2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA

**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : http

<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)


**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF


**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

Salvador, 14 de MARÇO de 2018.

  
Assinatura do participante da pesquisa

  
Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)

  
Assinatura do professor responsável  
(orientador)

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CAMPUS III  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO,  
CULTURA E TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº  
466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

**I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Nome do Participante: FRANCINEIDE DE SOUZA SILVA  
Documento de Identidade nº: \_\_\_\_\_ Sexo: F  M   
Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_ Complemento: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ / ( ) \_\_\_\_\_

**II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**

1. **TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO
2. **PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** GABRIELA LAPA TELES BARBOSA  
**Cargo/Função:** Pesquisador/discente

**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO de responsabilidade da pesquisadora **Gabriela Lapa Teles Barbosa**, discente da Universidade do Estado da Bahia, que tem como objetivo primário verificar a relação entre as experiências de criação e adoção do sinal-nome, e a formação identitária de surdos e ouvintes em duas comunidades surdas urbanas: a Igreja Batista em Areia Branca, localizada em Petrolina, e o Instituto Federal do Sertão Pernambucano, localizado em Salgueiro (PE).

Entre os benefícios que a nossa pesquisa pode oferecer estão o registro documental dos sinais-nome existentes nas comunidades surdas estudadas. Por ser uma tradição inserida no

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia, aprovado sob numero de parecer: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, consulta disponível no link: <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

**V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS**

**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Gabriela Lapa Teles Barbosa

**Endereço:** Rua Marcos Passos, 476, Residencial Katharina, apt 03. Vila Eduardo, Petrolina - PE. CEP: 56328-030. **Telefone:** (87) 9 9911-1011 **E-mail:** gabriela.lapa@hotmail.com

**Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB** Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: [cepuneb@uneb.br](mailto:cepuneb@uneb.br)

**Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP** SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

**V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO**

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO” e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos, e disponibilizados em um banco de dados virtual de sinais-nome com a minha identificação, e assinarei este documento em duas vias, sendo uma destinada ao pesquisador e outra a mim.

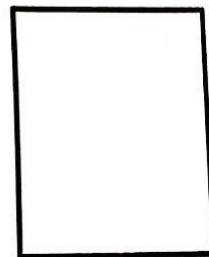
SALGUEIRO, 14 de MARÇO de 2018.

Francineide de Souza Silva

Assinatura do participante da pesquisa

Carandeza de Barros

Assinatura do pesquisador discente  
(orientando)



[Handwritten Signature]

Assinatura do professor responsável  
(orientador)



ANEXO 4 – Termos de Autorização de Uso de Nome, Sinal-nome, Depoimento e Imagem assinados



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu ALINE BAÍSSIA SILVA ARAÚJO, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 03 de JANEIRO de 2018.

Aline Baíssia S. Araújo  
Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM**

Eu Francineide de Souza Silva, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 14 de MARÇO de 2018.

Francineide de Souza Silva  
Participante da Pesquisa

Gabriela  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu Luiz Cláudio Barros Esquerdo, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 14 de MARÇO de 2018.

Luiz Cláudio Barros Esquerdo  
Participante da Pesquisa

Gabriela  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu Alisson Santos de Lima, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 14 de MARÇO de 2018.

Alisson Santos

Participante da Pesquisa

Gabriela

Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla

Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM**

Eu Edicleide Conserva de Moraes, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 25 de setembro de 2018.

Edicleide Conserva de Moraes

Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa

Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva

Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu Dayane de Lima Barros, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 25 de setembro de 2018.

Dayane de Lima Barros  
Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu Márcia Farias de Oliveira e Sá, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

Salgueiro, 25 de setembro de 2018.

Márcia Farias de Oliveira e Sá  
Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu JOSÉ CARLOS FERREIRA, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

PETROLINA  
Salgueiro, 23 de SETEMBRO de 2018.

José Carlos Ferreira  
Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu Dalila Giovanna Macedo de Souza, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

PETROLINA  
Salgueiro, 23 de SETEMBRO de 2018.

Dalila Giovanna Macedo de Souza  
Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM**

Eu Herculano Nunes Lourenço, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

PETROLINA  
Salgueiro, 23 de SETEMBRO de 2018.

Herculano Nunes Lourenço

Participante da Pesquisa

Gabriela Lapa Teles Barbosa

Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

Carla Conceição da Silva Paiva

Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM

Eu FRANCISCO EVERALDO C. DE OLIVEIRA, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

PETROLINA  
Salgueiro, 23 de SETEMBRO de 2018.

  
Participante da Pesquisa

  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



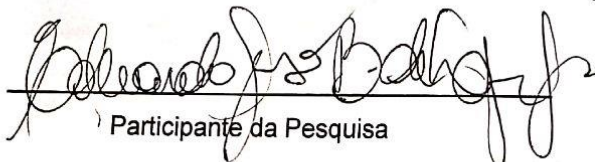
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM**

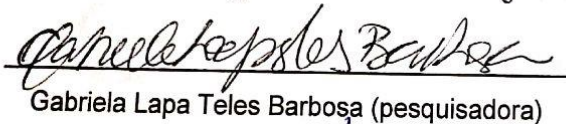
Eu EDUARDO JOSÉ BARBOSA DE LIMA JUNIOR, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

PETROLINA  
Salgueiro, 23 de SETEMBRO de 2018.

  
Participante da Pesquisa

  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (DCH-III)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA E  
TERRITÓRIOS SEMIÁRIDOS (PPGESA)



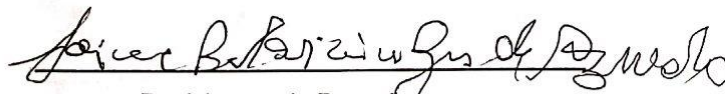
**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM**

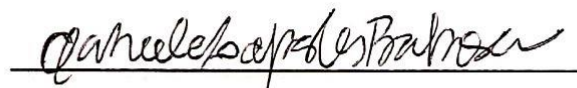
Eu JAIMÉ BELARMINO G. DE AZEVEDO, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

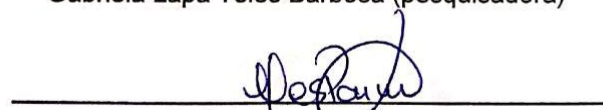
Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

PETROLINA  
Salgueiro; 23 de SETEMBRO de 2018

  
Participante da Pesquisa

  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)




**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE NOME, SINAL-NOME, DEPOIMENTO E IMAGEM**

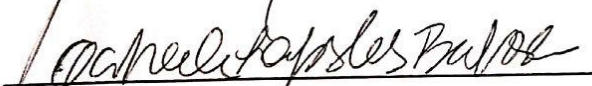
Eu VALDIR VIEIRA, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso do meu nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, a pesquisadora GABRIELA LAPA TELES BARBOSA, do projeto de pesquisa intitulado O LUGAR DO SINAL-NOME NA FORMAÇÃO DE IDENTIDADES SURDAS NO SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO, a colher meu depoimento e utilizar meu nome, sinal-nome e imagem sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.


Ao mesmo tempo, libero a utilização do meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/1990) quando for o caso.

Caso, em algum momento da pesquisa, eu desista de participar do estudo, reivindico o direito de ter meu nome, sinal-nome, depoimentos e/ou imagem excluídos da pesquisa. Assim como, caso eu decida continuar participando, tenho o direito de reivindicar a qualquer momento a manutenção do nome, sinal-nome, depoimento e/ou imagem em sigilo.

RETROCIAMA  
Salgueiro, 23 de SETEMBRO de 2018.

  
\_\_\_\_\_  
Participante da Pesquisa

  
\_\_\_\_\_  
Gabriela Lapa Teles Barbosa (pesquisadora)

  
\_\_\_\_\_  
Carla Conceição da Silva Paiva (orientadora)